

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LÓGICA E METAFÍSICA

THIAGO XAVIER DE MELO

O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS
COMO UM
PROBLEMA DE CATEGORIZAÇÃO ONTOLÓGICA

RIO DE JANEIRO, BRASIL

2013

Thiago Xavier de Melo

O Problema dos Universais como um Problema de Categorização Ontológica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lógica e Metafísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Filosofia (Lógica e Metafísica).

Programa de Pós-Graduação Lógica e Metafísica

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Orientador: Guido Imaguire

Rio de Janeiro, Brasil

2013

de Melo, Thiago Xavier
O Problema dos Universais como um Problema de Categorização Ontológica/Thiago Xavier de Melo. – Rio de Janeiro, Brasil, 2013
110 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação
Lógica e Metafísica, 2013.

Orientador: Guido Imaguire

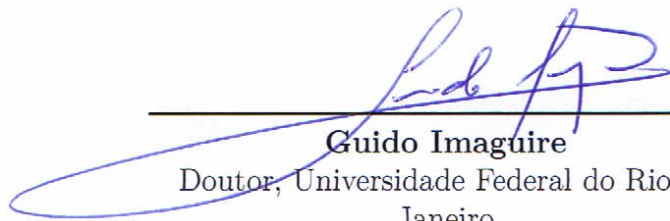
1. Metafísica. 2. Metafísica das Propriedades. 3. Problema dos Universais. I. Imaguire, Guido. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação Lógica e Metafísica. III. O Problema dos Universais como um Problema de Categorização Ontológica

Thiago Xavier de Melo


O Problema dos Universais como um Problema de Categorização Ontológica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lógica e Metafísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Filosofia (Lógica e Metafísica).

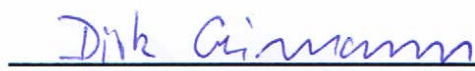
Trabalho aprovado. Rio de Janeiro, Brasil, 16 de outubro de 2013:



Guido Imaguire
Doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro



João Branquinho
Doutor, Universidade de Lisboa



Dirk Greimann
Doutor, Universidade Federal Fluminense

Para meu pai

Agradecimentos

Ao professor Guido Imaguire, por muito. Agradeço-o por sua contribuição para essa dissertação, pelos diálogos sempre profícuos, por ter me apresentado à Metafísica, e por ter me incentivado desde o primeiro semestre de graduação, e até hoje. Tanto essa dissertação quanto meus interesses acadêmicos seriam muito diferentes, e não melhores. Muito obrigado.

Aos membros da banca, professores Dirk Greimann e João Branquinho, pela gentileza de aceitarem o convite.

A meus amigos mestrandos, por termos formado uma turma tão estimulante e amistosa. Aos professores Desidério Murcho, Ludovic Soutif e Marco Ruffino, por nos terem conduzido nessa turma.

A meus amigos da República Tio Patinhas, pelo companheirismo. A meus amigos de Fortaleza, por todo o apoio. A meu amigo André Pontes, por ambos.

À minha família, especialmente, meu pai, minha avó e meu irmão. Sem eles, esse período teria sido muito diferente, e nada melhor. Muito obrigado, por tudo.

Agradeço ainda à UFRJ, ao IFCS, ao PPGLM e à CAPES, por todo o investimento.

Resumo

DE MELO, Thiago Xavier. **O Problema dos Universais como um Problema de Categorização Ontológica**. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Lógica e Metafísica) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O objetivo dessa dissertação é oferecer uma formulação adequada para o Problema dos Universais. Tradicionalmente, esse problema foi formulado como o Problema do Um em Muitos – o problema de como podem diferentes coisas ter uma mesma propriedade. No entanto, assim formulado, muitos filósofos consideram-no hoje um pseudo problema, sobretudo a partir da crítica do Nominalismo de Avestruz. No Capítulo 1, esclareço o que uma formulação adequada do Problema dos Universais deve preservar em relação ao Problema do Um em Muitos. Especificamente, argumento que aquilo que é dado nesse problema é mais plausível do que aquilo que é dado em outros problemas relevantes. No Capítulo 2, especifico o que uma formulação adequada do Problema dos Universais deve satisfazer para evitar a crítica do Nominalismo de Avestruz. Especificamente, argumento que o Problema dos Universais deveria exigir uma explanação dos fatos dados e que essa explanação não poderia ter como *explananda* somente a existência de um particular. No Capítulo 3, argumento que várias propostas de formulação do Problema dos Universais são inadequadas. Especificamente, argumento contra formulações que pedem pela referência de predicados, compromisso ontológico quantificacional, fazedores-de-verdade, e análise conceitual. No Capítulo 4, proponho uma formulação desse problema e argumento que ela é adequada. A formulação proposta é de que o Problema dos Universais é o problema de explicar certos fatos da forma: a é F , b é F e b é G , em uma teoria de categorias ontológicas.

Palavras-chaves: propriedades. problema dos universais. problema do um em muitos. categorias ontológicas.

Abstract

DE MELO, Thiago Xavier. **O Problema dos Universais como um Problema de Categorização Ontológica**. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Lógica e Metafísica) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

The purpose of this dissertation is to offer an adequate formulation of the Problem of Universals. Traditionally, this problem was formulated as the Problem of the One over Many – the problem of how different things can have one and the same property. Nevertheless, so conceived, this problem is open to the criticism of Ostrich Nominalism. In Chapter 1 I elucidate what an adequate formulation of the Problem of Universals should preserve in relation to the One over Many problem. Specifically, I argue that the facts given in this problem are more plausible than facts given in other relevant problems. In Chapter 2 I specify what an adequate formulation of the Problem of Universals should satisfy in order to avoid Ostrich Nominalism. Specifically, I argue that the Problem should ask for an explanation of the given facts and that this explanation cannot be adequate if the *explanada* consists only in the existence of a particular. In Chapter 3 I argue that many alleged formulations of the Problem of Universals are inadequate. Specifically, I argue against formulations which ask for references of predicates, quantificational ontological commitment, truth-makers, and conceptual analysis. In Chapter 4 I propose a formulation of the Problem and I argue it is adequate. My proposal is that the Problem of Universals is the problem of explaining some facts of the form: a is F , b is F and b is G , in a theory of ontological categories.

Key-words: properties. problem of universals. one over many. ontological categories.

Sumário

Introdução	15
0.1 Uma história do Problema do Um em Muitos	15
0.2 O propósito, a tese e o plano	19
1 O Problema dos Universais a partir do Um em Muitos	23
1.1 Os problemas do debate sobre universais	24
1.2 O Problema do Um em Muitos	25
1.3 Universais como solução e Inferência à Melhor Teoria	28
1.4 A mooreanidade dos fatos de um em muitos	31
1.5 Conclusão	36
2 O Problema dos Universais por oposição ao Nominalismo de Avestruz	37
2.1 Explicação, problemas explanatórios e IMT que explica	38
2.2 O Nominalismo de Avestruz	42
2.3 As virtudes do Nominalismo de Avestruz	50
2.4 Conclusão	57
3 Críticas a outras propostas	59
3.1 Significado de predicados	60
3.2 Critério quantificacional de compromisso ontológico	68
3.3 Fazedores-de-verdade e ‘em virtude de’	73
3.4 Análise conceitual	79
4 O Problema de Categorização Ontológica de Muitos intersectando Muitos	83
4.1 Introdução	83
4.2 O Problema de Categorização Ontológica	85
4.3 Contra o Nominalismo de Avestruz Pleno	88
4.4 Contra o Nominalismo de Avestruz Puro	97
4.5 Contra o Universalismo de Avestruz	101
4.6 O que é dado no Problema dos Universais	102
Conclusão	105
Referências	107

Introdução

O propósito desta dissertação é oferecer uma formulação adequada do Problema dos Universais. Mais precisamente, o propósito é formular um problema que de fato desempenhe um certo papel que se esperou do assim chamado *Problema do Um em Muitos* (*One over Many*). Nesta introdução esclareço esse propósito a partir da literatura relevante.

0.1 Uma história do Problema do Um em Muitos

A tradição do problema

O Problema do Um em Muitos ocupou um lugar privilegiado no debate sobre universais. Ele esteve presente nesse debate desde seu início, em Platão. Contemporaneamente, David M. Armstrong pensou que ele dá origem ao principal argumento a favor da existência de universais. Mesmo as teorias metafísicas que rejeitaram universais costumaram tentar resolver esse problema. E ele foi até mesmo muitas vezes chamado *O Problema dos Universais*.

Costuma-se formular o Problema do Um em Muitos mais ou menos assim: como podem muitas entidades diferentes ter uma mesma propriedade? Como podem várias coisas ser de um mesmo tipo, compartilhar uma mesma natureza, ter uma mesma característica?

Em Platão, o problema aparece articulado no *Argumento* do Um em Muitos. A partir desse argumento, concluía-se a existência de universais sistematizada na Teoria Platônica das Formas.¹ Assim, no diálogo *Parmênides*, Sócrates consente a seguinte síntese do argumento:

Creio que tu crês que cada forma é uma pelo seguinte: quando algumas coisas, *múltiplas*, te parecem ser grandes, talvez te pareça, a ti que as olhas todas, haver uma certa idéia *uma e a mesma* em todas; donde acreditas o grande ser um. (Platão, 2003, 132a1-4, *grifo nosso*).²

Não foi Platão quem deu o nome ao problema ou ao argumento. O nome para o argumento parece ter sido derivado dos estudos de Aristóteles sobre a teoria platônica e precede cronologicamente o nome do problema.³ O motivo para o nome do argumento é óbvio: o argumento parte de fatos de um em muitos, isto é, fatos em que *uma* mesma

¹ O que hoje chamamos “universal” corresponde ao que se diz “forma” ou “ideia” nas traduções dos textos de Platão. As formas platônicas, no entanto, são de uma espécie de universal, os abstratos – havendo ainda a concepção de universais como entidades concretas.

² Para outras passagens relevantes em Platão, cf. e.g. *República*, 596a6–7; *Fédon*, 100c-d; *Filebo*, 34e3-4.

³ Cf. *Metafísica*, A9-990b13 e o fragmento do *Peri Ideon* em “Commentarius in Metaphysica 79.3-88.2”, de Alexandre in *Aristotle* (1984, p. 62).

propriedade é compartilhada por *muitas* entidades. O motivo para a precedência cronológica também parece óbvio: nem Platão nem Aristóteles destacaram, do argumento, o problema. Deve-se notar, no entanto, que o problema é teoricamente anterior ao argumento e que os fatos de um em muitos são teoricamente anteriores ao problema. Como veremos nas seções 1.2 e 1.3, os fatos podem ser dados em vários problemas e o problema pode dar origem a vários argumentos.

Contemporaneamente, David M. Armstrong colocou o Problema do Um em Muitos no centro de seu clássico *Universals and Scientific Realism*. A favor de sua teoria que, como a platônica, admite a existência de universais, Armstrong argumentou que, enquanto outras teorias não respondem satisfatoriamente o Problema do Um em Muitos, a sua o faz (1978a, 1978b). Em sua obra, dentre outras formulações do problema, encontra-se a seguinte:

Nós começamos com um acordo básico então: que, em algum sentido mínimo ou pré-analítico, há coisas que têm certas propriedades e estão em certas relações. Mas, como Platão foi o primeiro a notar, essa situação é profundamente enigmática, pelo menos para filósofos. A mesma propriedade pode pertencer a coisas diferentes. A mesma relação pode relacionar coisas diferentes. Aparentemente, pode haver uma coisa idêntica em coisas que não são idênticas. As coisas são uma ao mesmo tempo em que são muitas. Como isso é possível? (ARMSTRONG, 1978a, p. 11)⁴

A resposta de Platão, de Armstrong e de muitos outros a que chamamos *realistas acerca de universais* (doravante, apenas *realistas*), é que isso é possível porque, para além das diferentes coisas que ‘pré-analiticamente’ compartilham certa propriedade ou relação, existe, de fato, uma outra entidade, a qual as diferentes coisas não constituem, mas que está relacionada a todas elas, um *universal*. Como Armstrong diz, “a conclusão do argumento é simplesmente que em geral essa aparência não pode ser desconsiderada, mas precisa ser aceita. Há uma tal coisa como identidade de natureza” (ARMSTRONG, 1978a, p. xiii)⁵.

Aqueles que se opõem aos realistas afirmam que tudo o que existe são particulares; eles são os *nominalistas*. Porém, embora neguem a existência de universais, esses metafísicos tradicionalmente costumaram responder o Problema dos Um em Muitos – alegando que ele pode ser resolvido de outras formas, aceitando-se outras teorias, nas quais as diferentes coisas compartilham uma mesma propriedade porque constituem, ou têm certas relações com, outros particulares. Assim, apesar de se oporem aos realistas, esses nominalistas também viram na solução do Problema do Um em Muitos um motivo

⁴ No original: “We start with a basic agreement, then: that in some minimal or pre-analytic sense there are things having certain properties and standing in certain relations. But, as Plato was the first to point out, this situation is a profoundly puzzling one, at least for philosophers. The same property can belong to different things. The same relation can relate different things. Apparently, there can be some thing identical in things which are not identical. Things are one at the same as they are many. How is this possible?”

⁵ No original: “The conclusion of the argument is simply that in general this appearance cannot be explained away, but must be accepted. There is such a thing as identity of nature.”

pelo qual se deveria acreditar em suas respectivas teorias.⁶ Portanto, para essa tradição, o Problema do Um em Muitos foi visto como um problema que teorias metafísicas deveriam responder. Em outras palavras, tanto realistas quanto esses opositores aceitaram o desafio colocado pelo Problema do Um em Muitos.

A revolução do avestruz

Em relação à tradição acima, tem-se uma revolução na história. Pois, em vez de se tentar resolver o problema, alegou-se recentemente que o Problema do Um em Muitos é um pseudo problema, argumentando-se que os fatos de um em muitos podem ser tomados como fatos últimos, irreduzíveis, inexplicáveis, básicos, primitivos, fundamentais; e, portanto, que o Argumento do Um em Muitos não é correto.⁷

Essa posição foi defendida por W.V.O. Quine em seu clássico “On What There Is” (1948). Primeiro, com base em seu critério quantificacional de compromisso ontológico, Quine não se vê forçado a admitir, na realidade, correspondentes de predicados da linguagem. Consequentemente, ele não vê motivo decisivo para não tomar fatos de um em muitos como fundamentais. Segundo, ele rejeita que, ao aceitar universais, se tenha qualquer ganho teórico em relação a esses fatos. Consequentemente, ele prefere tomá-los como fundamentais a reconhecer a existência de propriedades. O seguinte trecho é expressivo da posição de Quine.

Que as casas e rosas e pores do sol são todos eles vermelhos, pode ser tomado como último e irreduzível, e pode-se defender que o Senhor X não está melhor, no que concerne a real poder explanatório, por todas as entidades ocultas que ele postula sob tais nomes como “vermelhidão”. (QUINE, 1961, p. 10)⁸

Em seu clássico, Armstrong batizou pejorativamente a posição quineana de *Nominalismo de Avestruz*, dizendo:

ter em mente aqueles filósofos que recusam admitir universais, mas os quais, ao mesmo tempo, não vêm qualquer necessidade de análises reduzíveis [...]. Não há universais, mas a proposição de que *a* é *F* está perfeitamente bem como está. A recusa de Quine em considerar predicados com qualquer seriedade ontológica parece fazer dele um nominalista desse tipo. O que tal nominalista está fazendo é simplesmente recusar qualquer esclarecimento da distinção tipo/espécime [com que Armstrong formula neste contexto o Problema do Um em Muitos] [...]. Ele nos deve

⁶ Cf. e.g. Campbell (1990), Rodriguez-Pereyra (2002). No entanto, houve também aqueles que negaram que existem propriedades independentemente de nossas mentes e linguagem, como os nominalistas subjetivistas de conceitos e de predicados – cf. seção 2.2.

⁷ Digo ‘recentemente’, não em relação à formulação de Armstrong, que é posterior ao início da ‘revolução’, mas a toda a história do problema, no que o leitor há de entender o drama em que se encontram os tradicionais de hoje.

⁸ No original: “That the houses and roses and sunsets are all of them red may be taken as ultimate and irreducible, and it may be held that McX is no better off, in point of real explanatory power, for all the occult entities which he posits under such names as ‘redness’.”

assim um esclarecimento sobre a distinção. Isso é uma questão compulsória no exame final. (ARMSTRONG, 1978a, pp. 16-7)⁹

Em “Ostrich Nominalism or Mirage Realism?” (1980) Michael Devitt defendeu que Quine não é um ‘nominalista de avestruz’. No entanto, a concepção de ‘nominalista de avestruz’ de Devitt é peculiar. Ele defende que Quine não é um nominalista de avestruz no sentido de que não há um problema que é ignorado. Ele diz:

Avestruzes têm reputação de ignorar problemas pondo suas cabeças na areia. Miragens são outro traço da vida no deserto: pessoas vêem coisas que não estão lá. Um “Nominalista de Avestruz” é uma pessoa que sustenta o Nominalismo enquanto ignora um problema. Um “Realista de Miragem” é alguém que adota o Realismo porque vê um problema que não está lá. Minha tese principal é a seguinte: I. Sustentar Nominalismo enquanto ignora o Argumento do Um em Muitos não é ser um Nominalista de Avestruz; pelo contrário, adotar o Realismo por esse argumento é ser um Realista de Miragem. (DEVITT, 2010, p. 14)¹⁰

Seu argumento (para sua tese I) é de que não há um problema ignorado porque sequer haveria um problema, isto é, o Problema do Um em Muitos não seria um problema genuíno, mas sim um pseudo problema.¹¹ Assim, Devitt defende a tese de Quine de que se pode tomar os fatos de um em muitos como fundamentais; e, por isso, defende o ‘nominalismo de avestruz’ no nosso sentido, que é também próximo ao da literatura recente.¹²

Armstrong respondeu Devitt em “Against ‘Ostrich’ Nominalism”, onde reafirmou que o Um em Muitos é “o principal argumento a favor da existência de universais”; que ele “mostra que há um forte argumento preliminar para aceitar universais”; e que:

qualquer filosofia abrangente deve tentar dar conta de fatos mooreanos. Eles constituem as questões compulsórias no exame filosófico final. Se mesmidade de tipos é um fato mooreano, então, porque Quine não vê necessidade de dar conta dele, ele está recusando responder uma questão

⁹ No original: “I have in mind those philosophers who refuse to countenance universals but who at the same time see no need for any reductive analyses of the sorts just outlined. There are no universals but the proposition that *a* is *F* is perfectly all right as it is. Quine’s refusal to take predicates with any ontological seriousness seems to make him a Nominalist of this kind. What such a Nominalist is doing is simply refusing to give any account of the type/token distinction, and, in particular, any account of types. But, like anybody else, such a Nominalist will make continual use of the distinction. Prima facie, it is incompatible with Nominalism. He therefore owes us an account of the distinction. It is a compulsory question in the examination paper.”

¹⁰ No original: “Ostriches are reputed to ignore problems by putting their heads in the sand. Mirages are another feature of desert life: people see things that aren’t there. An “Ostrich Nominalist” is a person who maintains Nominalism whilst ignoring a problem. A “Mirage Realist” is a person who adopts Realism because he sees a problem that isn’t there. My major thesis is as follows: I. To maintain Nominalism whilst ignoring the One over Many argument is not to be an Ostrich Nominalist; rather to adopt Realism because of that argument is to be a Mirage Realist.”

¹¹ Cf. e.g. Devitt (2010, pp. 13-5, 26, 29).

¹² Cf. e.g. Cleve (1994, esp. pp. 581-8), Rodriguez-Pereyra (2000, p. 267), Peacock (2009, pp. 184-5) e Pickel e Mantegani (2012, nota 1). No entanto, na seção 2.2 ofereço uma definição mais abrangente de nominalismo de avestruz, segundo a qual aqueles que defendem que esses fatos são fundamentais são de apenas uma das espécies de nominalismo de avestruz, a plena – havendo ainda uma segunda, a versão pura.

compulsória”. (ARMSTRONG, 1980) in (BEEBEE; DODD, 2007, pp. 161-2)¹³

A resposta de Armstrong não convenceu muitos, que se juntaram à tese do Nominalismo de Avestruz de que o Problema do Um em Muitos é um pseudo problema. Defesas aos avestruzes surgiram de várias partes, embora nem sempre sob o mesmo nome, muitas vezes orgulhosos dele. David K. Lewis atribuiu à falta de persuasividade que percebera no Argumento do Um em Muitos o motivo para seu seminal “New Work for a Theory of Universals”, onde procura (e encontra!) alternativas para se argumentar a favor de universais.¹⁴ Lewis argumenta que haveria duas formas de dar conta dos fatos de um em muitos, uma seria analisá-los, outra seria tomá-los como primitivos. Ele argumenta ainda que quando se considera que não é possível tomá-los como primitivos, como Armstrong, é porque o Problema do Um em Muitos foi adulterado, ao que ele responde que “o Problema do Um em Muitos adulterado merece nossa negligência. O avestruz que não o vê é um pássaro sábio, na verdade”. (LEWIS, 1983, p. 352)¹⁵. James van Cleve defendeu a posição em “Predication Without Universals? a Fling with Ostrich Nominalism” (1994). Mais recentemente, Joseph Melia a defendeu como um “Nominalismo Sensato” em “Truthmaking without Truthmakers” (2005).¹⁶

O fim da história é que o Problema do Um em Muitos não ocupa mais aquele lugar privilegiado que lhe foi conferido por tanto tempo. Outros problemas foram formulados e ganharam destaque como problemas que poderiam dar origem argumentos a favor de universais, enquanto o Problema do Um em Muitos, sequer isso.

0.2 O propósito, a tese e o plano

Há muito mais sobre a história acima. Mas, como está, é suficiente para levantar algumas questões. Primeiro, por que o Problema do Um em Muitos deveria merecer um lugar privilegiado no debate sobre a existência de universais, fosse um problema genuíno? Segundo, como o Problema do Um em Muitos deveria ser para efetivamente merecer esse lugar? No entanto, essas questões são somente preambulares em relação a uma outra com mais implicações práticas para nossas teorias, a saber: haverá um problema que efetivamente mereça um tal lugar? Isto é, poderíamos formular um problema que tenha

¹³ No original: “the main argument for the existence of universals”; “shows that there is a strong preliminary case for accepting universals”; “any comprehensive philosophy must try to give some account of Moorean facts. They constitute the compulsory questions in the philosophical examination paper. If sameness of type is a Moorean fact, then, because Quine sees no need to give account of it, he is refusing to answer a compulsory question”.

¹⁴ A rigor, não só a favor de universais, o artigo de Lewis é um novo trabalho a favor de qualquer teoria do que ele chama “propriedades naturais”.

¹⁵ No original: “The transformed problem of One over Many deserves our neglect. The ostrich that will not look at it is a wise bird indeed.”

¹⁶ Outros atraídos pela posição foram James Summerford (1980) e Bruce Aune (1984, 1985, esp. p. 44). Cf. tb. Devitt e Sterelny (1999, pp. 278-9) e Inwagen (2011, p. 398).

as qualidades que o Problema do Um em Muitos tem, mas que não tenha seus defeitos; haveria um substituto para o Problema do Um em Muitos?

O próprio critério quantificacional de compromisso ontológico, com que Quine defendeu sua posição, sugere que o problema sobre a quantificação de variáveis em posição de predicados deve decidir o debate sobre a existência de universais; e assim, Devitt disse ser esse “o problema dos universais genuíno”.¹⁷ Na mesma linha, Lewis (1983, pp. 354-5) sugeriu que o Problema do Um em Muitos devesse ser formulado sem se especificar a propriedade compartilhada pelos muitos indivíduos, o que levaria a quantificar sobre a propriedade compartilhada.

A partir da variedade de formulações que Armstrong ofereceu para o Problema do Um em Muitos, Alex Oliver (1996, §§17-25) procurou sistematicamente formulá-lo de diversas maneiras, a saber, em termos do critério quantificacional de Quine, em termos de análise conceitual e em termos de fazedores-de-verdade. Por sua vez, Gonzalo Rodriguez-Pereyra (2000) respondeu que o Problema dos Universais é o Problema do Muitos em Um, isto é, o problema de fornecer fazedores-de-verdade a casos em que uma só coisa tem muitas propriedades. Finalmente, Howard Peacock (2009) defendeu que o problema de como duas coisas podem ser qualitativamente a mesma e, ainda assim, também qualitativamente diferentes é um problema dos universais genuíno.

Grosso modo meu propósito nesta dissertação é formular um problema que faça as vezes do Problema do Um em Muitos. Um tal problema deve ser, de modo relevante, similar ao Problema do Um em Muitos, mas ao mesmo tempo ser diferente, de modo tal que possa merecer o destaque que se pensou que o Problema do Um em Muitos merecia. Um tal problema, chamarei, por isso, *o Problema dos Universais*.

O uso da expressão “o Problema dos Universais” pode levar a alguma confusão. Primeiro, porque “problema dos universais” é bastante ambíguo. Segundo, porque essa expressão é errada se considerada como uma descrição do Problema do Um em Muitos e, conseqüentemente, como descrição dos problemas propostos para substituir este. (Para mais sobre isso, cf. seções 1.1 e 1.2.) Porém, mantereí “o Problema dos Universais” como um nome, primeiro, para facilitar a referência ao problema, uma vez que – até o Capítulo 4 – não temos previamente uma formulação do problema, nem – até o final do Capítulo 2 – uma descrição daquilo que ele deve satisfazer; segundo, para manter conexão com a literatura anterior.

Minha tese nesta dissertação é que o Problema dos Universais pode ser adequadamente formulado como o Problema de Categorização Ontológica de casos de Muitos intersectando Muitos. Em outras palavras, minha tese é que o problema de categorizar ontologicamente a realidade dado que a é F , b é F e b é G deve efetivamente ocupar um

¹⁷ “Postscript to “ ‘Ostrich Nominalism’ or ‘Mirage Realism’ ” in Devitt (2010).

lugar tão privilegiado no debate sobre universais quanto se pensou que o Problema do Um em Muitos ocupava.

O plano é o seguinte. No [Capítulo 1](#), respondo por que o Problema do Um em Muitos deveria ocupar um lugar privilegiado no debate sobre a existência de universais, fosse genuíno. No [Capítulo 2](#), respondo como o Problema do Um em Muitos deveria ser para efetivamente ocupar tal lugar, isto é, para evitar o Nominalismo de Avestruz, para ser genuíno. Os dois primeiros capítulos equivalem a responder quais critérios um problema deve satisfazer para ser uma formulação adequada do Problema dos Universais. No [Capítulo 3](#), mostro que vários problemas que foram ou poderiam ser propostos são inadequados como formulações do Problema dos Universais. No [Capítulo 4](#), formulo o Problema de Categorização Ontológica de Muitos intersectando Muitos e mostro que ele é uma formulação adequada do Problema dos Universais.

1 O Problema dos Universais a partir do Um em Muitos

Neste capítulo respondo por que o Problema do Um em Muitos mereceria um lugar privilegiado no debate sobre universais e esclareço exatamente que lugar seria esse. Em linhas gerais, a resposta é que a partir do Problema do Um em Muitos poder-se-ia ter um argumento a favor da existência de universais que seria mais cogente do que argumentos que partem de outros problemas. O motivo é que aquilo que é dado no problema, isto é, os fatos de um em muitos, são mais plausíveis do que aquilo que é dado em outros problemas. Este capítulo estabelece assim um critério de adequação relativo aos fatos sobre os quais o Problema dos Universais deve ser, nomeadamente, fatos mais plausíveis do que os dados em outros problemas.¹

Especificamente, na [seção 1.1](#), distingo dois tipos de problemas presentes no debate sobre universais: os problemas sobre universais e os problemas que podem ter universais como solução. Na [seção 1.2](#), estabeleço que o Problema do Um em Muitos é sobre fatos de um em muitos e esclareço em que consistem estes. A partir disso, mostro que o Problema do Um em Muitos não é um problema sobre universais, mas sim, sobre propriedades, e que ele é um dos problemas que podem ter universais como solução. Na [seção 1.3](#), esclareço, mais exatamente, que a relevância desses problemas para o debate sobre universais é que eles podem dar origem a argumentos a favor de sua existência, especificamente, argumentos via inferência à melhor teoria. Na [seção 1.4](#), mostro que o Problema do Um em Muitos mereceria um lugar privilegiado dentre esses problemas porque o que é dado nele – *i. e.* que muitas coisas podem ter uma mesma propriedade – é mais plausível do que o que é dado nos outros problemas que podem ter universais como solução e, conseqüentemente, o Argumento do Um em Muitos seria mais cogente do que os outros argumentos a favor de universais.

¹ No próximo capítulo, estabeleceremos critérios de adequação relativos não ao que é dado, mas àquilo que é pedido pelo Problema dos Universais.

1.1 Os problemas do debate sobre universais

Há vários problemas presentes no debate sobre universais.² Nesta seção, distingo problemas de dois tipos: os problemas *sobre* universais e os problemas dos universais *como solução*.

Os problemas sobre universais

Alguns problemas no debate sobre universais são, pelo menos parcialmente, problemas *sobre* universais. Por exemplo:

(SN) O que são universais?

(S \exists) Existem universais?

O problema (SN) é sobre o que são universais, sobre a *natureza* deles. Isto é, ele pede por uma caracterização teórica para a categoria ontológica a que responde “universais” e, conseqüentemente, para entidades quaisquer que se queira admitir sob essa categoria. Por sua vez, o problema (S \exists) é o problema sobre a *existência* de universais. Ele questiona se a categoria ontológica dos universais é povoada ou não. Note-se que uma resposta a (S \exists) pressupõe uma resposta a (SN).

Outros problemas *sobre* universais são os problemas sobre como podemos *conhecer* universais e sobre como podemos nos *referir* a universais. O primeiro supõe que universais existem e questiona se haveria e qual seria nossa relação epistêmica com universais. O segundo questiona se haveria e qual seria a relação da nossa linguagem com universais. Novamente, note-se que estes dois problemas pressupõem uma caracterização do que são universais, isto é, uma resposta a (SN).

Os problemas dos universais como solução

Outros problemas são relevantes no debate sobre universais, não por serem sobre universais, mas sim porque podem ter universais *como solução*. Isto é, são problemas para os quais uma das soluções possíveis baseia-se na crença de que universais existem. Os seguintes problemas são desse tipo:

(PS) qual o significado dos predicados da nossa linguagem?

² Muitos desses problemas têm, também, sido chamados “problema dos universais” e, por isso, costuma-se avisar que ‘o problema dos universais’ é na verdade um aglomerado de problemas diferentes, embora relacionados. Cf. e.g. “cluster” em MacBride (2002a, p. 27), Brownstein (1973, p. 1) e McMullin (1958, p. 122) e “bundle” em Klima (2008). Para deixar claro, meu propósito não é reduzir todos esses problemas a uma só formulação. Em vez disso, meu propósito é formular um novo problema desses, especificamente, um que de fato tenha certas características que se pensou que um desses problemas já formulados tinha, a saber, o Problema do Um em Muitos, que veremos na próxima seção.

(PQ) sobre o que percorrem variáveis ligadas a quantificadores existenciais em posições de predicados?

Pode-se responder o problema (PS), por exemplo, afirmando que os predicados da nossa linguagem expressam universais. Assim, a sentença “Sócrates é racional”, por exemplo, quereria dizer que a referência de “Sócrates” tem certa relação com o universal expresso por “ser racional”. O problema (PQ) pode-se responder afirmando que o quantificador existencial de uma sentença como “existe uma propriedade que Sócrates tem” percorre um domínio cujos objetos são universais e, assim, essa sentença quereria dizer que o que é referido por “Sócrates” instancia pelo menos um universal desse domínio.

Note-se que, diferente dos problemas sobre universais, os problemas que podem ter universais como solução não pedem nem pressupõem uma resposta ao problema sobre a natureza dos universais, (SN). Nas formulações dos problemas que podem ter universais como solução sequer ocorre a palavra “universal”, bem como não ocorre qualquer sinônimo seu. Pelo contrário, o conceito de universal é um conceito teórico concebido de modo tal que possa responder certos problemas que teorias metafísicas devem responder. Dessa forma, respostas a (SN) é que pressupõem respostas aos problemas dos universais como solução.

Em especial, o fato de os ter caracterizado relativamente ao debate sobre universais – falando de “problemas *dos universais* como solução” – não deve obscurecer a possibilidade de que eles também sejam respondidos por outras teorias que não admitem universais, ou mesmo de que não sejam respondidos por teorias nenhuma. Nesse sentido, os problemas que podem ter universais como solução são *pré-teóricos*, isto é, eles não pressupõem uma caracterização do que são universais e podem ter outras teorias como solução. Assim, eles não são problemas exclusivos do debate sobre universais. Uma descrição mais adequada para esses problemas seria de que eles são, pelo menos alegadamente, problemas metafísicos, problemas que toda teoria metafísica deveria resolver.

Outros exemplos de problemas que podem ter universais como solução são os problemas sobre como se pode ter conhecimento universalmente aplicável; sobre o que é uma lei da natureza; sobre como é possível uma coisa causar outra; o que é uma classe natural; o que é um número; e assim por diante.³

1.2 O Problema do Um em Muitos

Considere o seguinte problema:

³ Para mais problemas que podem ter universais como solução e detalhes cf. Lewis (1983), Oliver (1996, §8), Swoyer (1999), Klima (2008), Swoyer e Orilia (2011) – muitas vezes já articulados em argumentos a favor de universais.

(UM) como podem *muitas* entidades ter *uma* mesma propriedade?

Há dois aspectos relevantes no problema (UM): aquilo que é *dado* e aquilo que é *pedido*. O que é dado em (UM) é que muitas entidades podem ter uma mesma propriedade. Já o que é pedido é que se responda como isso é possível.

Diversos filósofos formularam diferentes problemas e os chamaram “Problema do Um em Muitos”. Essas variações se devem tanto ao que é dado quanto ao que é pedido. O problema (UM) é somente uma delas – embora talvez a mais tradicional. Para responder à questão principal deste capítulo – *i. e.* por que o Problema do Um em Muitos mereceria um lugar privilegiado no debate sobre universais – não será relevante aquilo que o problema pede. Por isso, eu aceitaria variações a esse respeito. Mas, como veremos, o que dá destaque ao Problema do Um em Muitos no debate sobre universais é aquilo que é dado no problema. Por isso, vale a pena deixar claras algumas características do problema (UM) e fixar o *Problema do Um em Muitos* como um problema em que é dado o mesmo que é dado em (UM).

O que é dado no problema (UM) são *fatos de um em muitos*, *i. e.* fatos em que muitas entidades diferentes têm uma mesma propriedade. São exemplares, os fatos de que muitas rosas, **a**, **b**, ..., **n** são vermelhas, de que muitas bolas são redondas e assim por diante. Entretanto, deve-se observar que, para ser um exemplar de um fato desse tipo, basta que pelo menos duas coisas diferentes tenham uma mesma propriedade. Assim, também são exemplos de fatos de um em muitos os fatos de que duas rosas são ambas vermelhas, de que **a** e **b** são redondos, de que Sócrates e Platão são racionais, de que dois elétrons têm carga elétrica negativa e assim por diante.

Finalmente, também são exemplos de fatos de um em muitos os fatos de que Sócrates é filho de Sophroniscus e Aristóteles é filho de Nicômaco e de que e_2 está entre e_1 e e_3 e e_5 está entre e_4 e e_6 . O que é peculiar a estes exemplos, em relação aos anteriores, é que nestes as propriedades de ‘... ser filho de ...’ e de ‘... estar entre ... e ...’ são relações. Relações são propriedades como as propriedades acima, mas que têm aridade maior que um. Assim, por toda esta dissertação, ao falar de propriedades incluímos as relações, embora, para facilitar a leitura, nossos exemplos sejam quase sempre com propriedades de aridade um.

Ainda para esclarecer o que são os fatos de um em muitos, é interessante observar que o problema (UM) não deve ser confundido com o problema:

(UM-L) como pode *um* mesmo *termo* ser aplicado a *muitas* entidades diferentes?

Especificamente, o que é dado no problema (UM) é diferente do que é dado no problema (UM-L). O que é dado em (UM-L) é o fato de que alguns termos da nossa linguagem, os termos gerais, como “racional”, são aplicáveis a diversas entidades – por

oposição aos termos singulares, como “Sócrates”, que são aplicáveis somente a uma. Dessa forma, o que é dado em (UM-L) são fatos sobre a nossa linguagem. Aquilo que é dado no problema (UM) não são fatos sobre a nossa linguagem, nem sobre linguagem alguma.

Os fatos de um em muitos também não são fatos sobre nossas mentes. Especificamente, o problema (UM) não é o problema sobre como reconhecemos diversas entidades sob um mesmo *conceito*.

Os fatos de um em muitos são fatos em que diferentes entidades têm, independentemente de nossas mentes e linguagem, isto é, na realidade, um mesma *propriedade*; ou seja, fatos em que as entidades, por elas mesmas, compartilham uma mesma característica, têm uma mesma natureza, são de um mesmo tipo, têm uma qualidade em comum. Por exemplo, se é um fato que dois elétrons têm a propriedade de ter carga negativa, isso independe de que tenhamos concebido a ideia de carga elétrica, de que tenhamos termos para isso ou mesmo de que algum dia tenham existido quaisquer entidades com mentes e linguagem.

Deve-se notar, no entanto, que admitir propriedades não é, já, admitir universais. Diferentes teorias metafísicas admitem propriedades no mesmo sentido, mesmo aquelas que não se comprometem com universais. A diferença entre essas outras teorias e a realista é como elas lidam com essas propriedades do ponto vista teórico. Por exemplo, algumas teorias nominalistas, apesar de negarem a existência de universais, afirmando que tudo o que existe são particulares, admitem propriedades, afirmando que elas são constituídas de particulares.⁴ Nesse sentido, a concepção de *propriedade* no problema (UM) é pré-teórica.⁵

Deve-se notar ainda que na nossa concepção de propriedade sequer pressupomos que algo deva corresponder às propriedades. Por exemplo, ao admitir que *a* e *b* têm a propriedade de ser redondo, não nos comprometemos com nada correspondente à pro-

⁴ São exemplos os nominalismos de classes de Lewis (1983) e de semelhanças de Rodriguez-Pereyra (2002). Mas nem toda teoria nominalista admite propriedades, mesmo pré-teoricamente – cf. seção 2.2. Relevante para esta dissertação será que o Nominalismo de Avestruz admite que certas entidades têm propriedades nesse sentido.

⁵ Vale observar que meu uso de ‘fato’ nesta dissertação é similar ao de ‘propriedade’ nos seguintes sentidos. Primeiro, fatos são independentes de mentes e linguagem, não no sentido de que eles não podem ser sobre coisas mentais e linguísticas, mas no sentido de que, se algo é um fato, é um fato independentemente de que tenha sido julgado ou asserido como tal, de que tenha sido concebido ou formulado, ou de que se possa fazer qualquer dessas coisas. Isto é, pode ser um fato, por exemplo, que o termo “*t*” seja aplicável a várias coisas na linguagem *L*. Esse fato depende de que exista o termo “*t*” na linguagem *L* e, nesse sentido, esse fato não é independente de linguagens. Mas ele é independente de linguagem e mentes no sentido de que, se existe aquilo sobre o que ele é, e se essa coisa é do modo como ele diz que é, então ele é um fato, independentemente de que se possa julgá-lo, asseri-lo, concebê-lo, ou formulá-lo. Segundo, eu não suponho uma teoria metafísica sobre o que são fatos; meu uso de ‘fato’ é pré-teórico. Eu sequer suponho que em um fato deva haver algo correspondendo a um indivíduo e algo correspondendo a uma propriedade. À primeira vista, fatos poderiam ser explanados teoricamente somente pela existência de um particular, por exemplo. Assim, poderemos conceber na seção 2.2 uma versão do nominalismo de avestruz que faz exatamente isso. Somente no Capítulo 4, quando propuser certas restrições sobre explicações metafísicas, argumentarei que não se pode fazer isso em certos casos.

priedade de ser redondo; em especial, pode ser que não haja nada para além de **a** e **b**, como irão propôr os nominalistas de avestruz – cf. seção 2.2. Tudo o que admitimos ao admitir que **a** e **b** têm a propriedade de ser redondo é que **a** e **b** são realmente, de fato, na realidade, independentemente de mente e linguagem, redondos.

Portanto, o problema (UM) não é um problema sobre universais, mas somente sobre propriedades. Em especial, ele nem pede nem pressupõe uma caracterização do que são universais, isto é, uma resposta ao problema sobre a natureza dos universais, (SN). Ele só pressupõe uma caracterização do que são propriedades, como fiz acima.

Apesar de não ser sobre universais, (UM) é um problema que pode ter universais como solução. Teorias que admitem a existência de universais respondem que muitas entidades podem ter diferentes propriedades porque propriedades são universais e, como tais, podem ser instanciados por entidades diferentes. Elas afirmam, por exemplo, que Sócrates e Platão são racionais porque instanciam o universal racionalidade.

Deve-se ressaltar, finalmente, que, assim como pode ter universais como solução, o problema (UM) pode ter outras soluções. Por exemplo, os nominalistas de classes respondem que várias rosas são vermelhas porque pertencem a uma mesma classe de particulares; nominalistas de semelhanças respondem que **a** e **b** são redondos porque se assemelham a certos particulares e não a outros; tropistas respondem que Sócrates e Platão são racionais porque neles estão presentes tropos que se assemelham; e assim por diante. O problema (UM) é um problema pré-teórico que, alegadamente, qualquer teoria metafísica deve poder resolver, e não um problema cuja única solução seja baseada em universais.

1.3 Universais como solução e Inferência à Melhor Teoria

Para responder por que o Problema do Um em Muitos merece lugar privilegiado entre aqueles problemas que podem ter universais como solução, será necessário antes responder, mais exatamente, por que problemas desse tipo são relevantes no debate sobre universais. A resposta é que esses problemas são relevantes porque a partir deles pode-se ter argumentos que concluem que universais existem baseados justamente na premissa de que, se os admitirmos, podemos responder tais problemas. No que se segue, esclareço como esses argumentos poderiam ser formulados como, o que chamarei, inferências à melhor teoria (IMT); e então veremos como o Problema do Um em Muitos dá origem a um argumento desse tipo.

A ideia básica de uma inferência à melhor teoria é que, se uma teoria é a melhor teoria a lidar com certos fatos com que desejamos lidar, então tem-se um motivo para acreditar que ela é verdadeira. Por exemplo, se duas teorias lidam adequadamente com um mesmo fato, mas uma delas é mais simples, postula menos entidades ou é mais próxima às crenças de outras teorias, então temos um motivo para acreditar que esta, e não a outra,

é verdadeira.⁶

Argumentos via IMT têm a seguinte forma:

- (1) F ;
- (2) T é *candidata* a lidar de modo R com F ;
- (3) dentre as teorias *candidatas* a lidar de modo R com F , T é a *melhor*;
- (4) logo, T .

Antes de ver como os problemas que podem ter universais como solução dão origem a argumentos desse tipo, é necessário fazer algumas considerações sobre esse esquema.

Na premissa (1), F deve ser uma ou mais sentenças expressando fatos que se admitem pré-teoricamente e com os quais teorias do mesmo tipo que T deve lidar. Por exemplo, enquanto teorias cosmológicas devem lidar com o fato de que o sol nasce no horizonte ao leste, parece que elas não têm que lidar com o fato de que Sócrates é racional. Todavia, vale já observar que, no caso de inferências a favor de teorias metafísicas, não parece haver restrições quanto ao tipo de fato com que essas teorias devem lidar, pois, pelo menos tradicionalmente, se considera que a metafísica é sobre toda a realidade, sobre tudo o que existe, não importa o domínio.⁷ Dessa forma, se um fato é admitido ainda pré-teoricamente, então é um fato com que toda teoria metafísica deve lidar. Nesta dissertação eu assumo essa concepção tradicional.⁸

A ideia de teorias candidatas em relação a certos fatos é que todas elas poderiam lidar com os fatos F de modo apropriado e que, por isso, deve-se comparar qual a melhor dentre todas elas. Isto é, toda teoria que tem a relação apropriada R com F é uma teoria *candidata* em uma IMT. Por contraste, uma teoria que não é candidata é uma teoria que não pode ser comparada com as outras. Assim, ainda que uma teoria seja a melhor –

⁶ Inferências à melhor teoria não se pretendem dedutivas, mas sim, o que se diz desde C. S. Peirce, *abduativas*. O tipo de inferência abduativa mais popular é o que se diz na literatura ‘inferência à melhor explicação’, onde se conclui pela melhor teoria que explica certos fenômenos – tanto assim que muitas vezes se utilizam ambos os termos como sinônimos. Porém, nem o que desenvolvo nesta seção, nem as duas espécies de IMT que distinguirei na [seção 2.1](#), pretendem-se explicações das noções de abdução e de inferência à melhor teoria presentes na literatura. Também nenhuma tentativa foi feita de as comparar. As noções de IMT e de ‘IMT que reconhece’ e ‘IMT que explica’, que definirei no próximo capítulo, respondem a interesses locais, desta dissertação. Também nenhuma tentativa foi feita de responder a problemas de que esse tipo de inferência sofre, já em Filosofia da Ciência, onde são mais populares, mas também em Metafísica, como não poderia deixar de ser – para estes, cf. e.g. [Fraassen \(1995, pp. 146-8\)](#), [Daly \(2005, pp. 92-4\)](#); [Inwagen \(2011, p. 396\)](#). O leitor interessado numa defesa explícita desse modelo de inferência aplicado à metafísica é remetido ao trabalho de Chris Swoyer, esp. [Swoyer \(1996\)](#) e [Swoyer \(1999\)](#). Para menções no nosso contexto cf. [Campbell \(1990, p. 27\)](#), [Oliver \(1996, p. 9\)](#) bem como [Armstrong \(1978a, p. xiii\)](#).

⁷ Esse é provavelmente o sentido em que Aristóteles diz que a filosofia primeira é sobre “ser enquanto ser”.

⁸ Na [seção 2.1](#), voltaremos às noções de admitir e lidar, e especificaremos essa tese tradicional.

segundo os critérios que veremos abaixo, como de simplicidade, por exemplo –, não se pode concluir que ela é verdadeira se ela sequer lida com os fatos em questão de modo apropriado.

Nesse sentido, há dois tipos de critérios com que podemos estabelecer quando uma teoria é ou não candidata a lidar com certos fatos. Há critérios intrínsecos à teoria e critérios relativos aos fatos em questão. Os primeiros critérios são critérios sem os quais, não importam os fatos F , uma teoria sequer seria candidata a ser verdadeira e, *a fortiori*, não seria candidata a constituir uma inferência à melhor teoria em relação aos fatos F . Por exemplo, pode-se exigir que uma teoria seja consistente. Como disse, a ideia é que, se uma teoria não é consistente, ela não pode ser tomada como verdadeira, ainda que ela seja melhor que outras – porque é mais simples ou parcimoniosa, por exemplo –, ou mesmo que não haja outras teorias disponíveis.

Os outros critérios sem os quais uma teoria não é candidata são relativos aos fatos em questão. Eles dizem respeito ao modo com que a teoria deve lidar com os fatos. No entanto, ‘lidar’ é somente uma noção intuitiva com que tenho esclarecido a ideia de IMT. Assim, a ideia do modelo acima é que R deve ser substituído por alguma relação que determine mais exatamente o que se espera de uma teoria em relação a tais fatos. Por exemplo, pode-se exigir que certa teoria explique qual a causa de certos fatos, ou que ela explique certos conceitos com que expressamos tais fatos e assim por diante. Conforme especificuemos a relação R – *e.g.* como explanação causal, ou explicação conceitual etc. – teremos diferentes tipos de IMT. Para um mesmo fato e uma mesma teoria, alterações em R podem alterar o valor de verdade das premissas (2) e (3) e, portanto, resultar em argumentos sólidos ou não.⁹

Na premissa (3) afirma-se que T é a melhor dentre as teorias que lidam de modo apropriado R com os fatos F , isto é, dentre as teorias candidatas. As características que determinam a relação de *ser melhor que* são as chamadas “virtudes epistêmicas”. São exemplos de virtudes epistêmicas características como simplicidade, parcimônia ideológica e ontológica, coerência com outras teorias aceitas e assim por diante.¹⁰

Finalmente, em (4) conclui-se pela melhor teoria, a que tem mais virtudes epistêmicas, entre aquelas teorias candidatas a lidar com os fatos F de modo apropriado R .

⁹ No Capítulo 2 isso será importante pois distinguirei duas espécies de relações R : reconhecer e explanar; e conforme especificuemos R como ‘reconhecer’, em vez de ‘explanar’, defenderei que a premissa (3) será falsa em um argumento que, na premissa (1), parte-se dos fatos de um em muitos para concluir em (4) que uma teoria de universais é verdadeira.

¹⁰ Esse esquema é admitidamente uma simplificação. Por exemplo, provavelmente vai-se exigir de uma teoria que ela lide com diversos fatos de modos diferentes, o que exigiria um esquema onde F daria lugar para diferentes conjuntos de sentenças, F_1, F_2, \dots expressando diferentes fatos e R , a diferentes relações, R_1, R_2, \dots , que uma teoria poderia ter com os diversos fatos. Meu objetivo, no entanto, não é explicar exhaustivamente tal noção, mas somente esclarecê-la o bastante para basear alguns argumentos neste e no próximo capítulos.

Problemas que podem ter universais como solução *dão origem* a argumentos via IMT da seguinte forma: o que é dado nesses problemas determina o que se deve afirmar em F ; por sua vez, aquilo que é pedido pelo problema em relação ao que é dado determina R . Em especial, a partir do Problema do Um em Muitos temos um argumento onde as sentenças da premissa (1) devem expressar pelo menos um fato de um em muitos aceito pré-teoricamente, como de que a é vermelho e b é vermelho. Já a relação R deve ser uma resposta àquilo que é pedido pelo problema, o que, no caso da formulação (UM), seria uma resposta a ‘como é possível?’. Dessa forma, na premissa (2) tem-se certa teoria responde como são possíveis os fatos de um em muitos. Na premissa (3), afirma-se que tal teoria é a melhor dentre as teorias candidatas a responder o mesmo. E conclui-se que tal teoria é verdadeira em (4). Tradicionalmente, chamou-se “Argumento do Um em Muitos” o argumento originado a partir do Problema do Um em Muitos onde T é uma teoria de universais. Porém, pode-se ter outros argumentos originados do mesmo Problema do Um em Muitos mas a favor de outras teorias, e que poderíamos chamar, junto com o tradicional Argumento do Um em Muitos, coletivamente, argumentos do um em muitos.

Agora já temos o suficiente para responder de modo mais exato que: a relevância dos problemas que podem ter universais como solução para o debate sobre universais é que a partir deles pode-se argumentar a favor de teorias realistas via IMT. Novamente, vale observar que, sendo, antes de tudo, problemas pré-teóricos para teorias metafísicas, esses problemas também podem dar origem a argumentos a favor de qualquer teoria metafísica, desde que se argumente que essa teoria responde adequadamente os problemas que deve responder e que ela é a melhor a fazê-lo. Na próxima seção, veremos que o Problema do Um em Muitos é mais importante do que outros problemas porque ele dá origem a um argumento com a premissa (1) mais plausível do que outros problemas dos universais como solução.

1.4 A mooreanidade dos fatos de um em muitos

Uma das maneiras de resistir a um argumento é atacando uma de suas premissas. Em especial, uma das maneiras de resistir a um argumento via IMT é atacando a premissa (1). O Problema do Um em Muitos se destaca entre aqueles problemas dos universais como solução exatamente porque é muito difícil resistir àquilo que é dado no problema, isto é, aos fatos de um em muitos, e, conseqüentemente, é muito difícil atacar a primeira premissa dos argumentos do um em muitos.

Direi que um tipo de fato é *mooreano* se é muito plausível que há pelo menos um exemplar seu. Defenderei que os fatos de um em muitos são mooreanos nesse sentido. Ter pelo menos um exemplar de fatos de um em muitos é interessante pois bastaria esse fato para levantar o problema e sustentar a premissa (1) do argumento. Como vimos, não é

uma opção para teorias metafísicas alegar que certos fatos não são fatos com que se deve lidar, pois a metafísica é sobre toda a realidade. Em especial, não importa o fato admitido, se é um fato de um em muitos, é suficiente para os argumentos do um em muitos.

Defender que um tipo de fato é mooreano é um tanto vago, no entanto. Além disso, só mostraria que o Problema do Um em Muitos é muito relevante, mas não que ele é mais relevante do que outros. O que nos servirá melhor será, em seguida, comparar tipos de fatos quanto a mooreanidade. Assim, direi que um tipo de fato é *mais mooreano* que outro se é mais plausível que ocorram fatos do primeiro tipo do que do segundo. Dessa forma, defenderei que os fatos de um em muitos são mais mooreanos do que os fatos dados em outros problemas que têm universais como solução.¹¹

A primeira razão para acreditar que fatos de um em muitos são mooreanos, isto é, para acreditar que há pelo um caso desses, é que, na verdade, parece haver muitos casos. Fatos de um em muitos são *numerosos*. Considere os exemplos que já vimos; considere à sua volta quantas coisas há que compartilham alguma propriedade com outras coisas na realidade; considere os fatos de que as diversas inscrições de “a” neste texto são todas inscrições de um mesmo tipo, “a”, de que o que se vê no fundo destas folhas é branco, de que os diversos seres humanos são todos racionais, de que as diversas porções de água são água, de que os diversos átomos de hidrogênio têm todos a mesma massa *m*, de que os números 2 e 3 são ambos primos, e assim por diante. Parece mesmo haver inúmeros casos de um em muitos.

É claro, pode-se alegar que fatos de um em muitos não são tão numerosos assim, argumentando-se, por exemplo, que, na verdade, fatos de um em muitos envolvendo porções de água nada mais são que fatos envolvendo hidrogênio e oxigênio; que, por sua vez, fatos de um em muitos envolvendo hidrogênio e oxigênio nada mais são que fatos envolvendo elétrons, neutrinos etc; e assim por diante. No entanto, parece difícil defender que, no final disso, não há sequer um fato em que pelo menos duas entidades compartilham uma mesma propriedade.

O segundo motivo para acreditar que fatos de um em muitos são mooreanos é que eles parecem ser *ubíquos*, isto é, eles parecem ocorrer em todos os domínios da realidade. Por exemplo, nos poucos exemplos que consideramos há pouco tem-se fatos de um em muitos no domínio do mundo concreto, no abstrato, no mental e na linguagem.

É claro, pode-se também alegar que fatos de um em muitos não são tão ubíquos

¹¹ Costuma-se dizer que um fato mooreano é um fato que não se deve negar. Muitos filósofos afirmaram que fatos de um em muitos são mooreanos neste sentido. Cf. *Armstrong* (1980) (in *Beebe e Dodd* (2007, p. 161)), *Rodriguez-Pereyra* (2002, p. 15). A ideia de um fato mooreano, neste sentido, é de que é tão plausível que tal fato ocorre que não se deve negar isso. Porém, há teorias metafísicas que negam fatos de um em muitos. Uma vez que meu objetivo é somente comparar os problemas e os argumentos, e que plausibilidade já admite graus, será suficiente e adequado adotar uma noção de mooreanidade que admite graus, com que podemos comparar dois tipos de fatos.

assim, argumentando-se que, na verdade, não há casos de um em muitos envolvendo eventos mentais; ou que nem mesmo há tais tipos de entidades, que eventos mentais nada mais são que eventos cerebrais e, portanto, biológicos; que os fatos biológicos são, em última análise, fatos físicos; que fatos sobre entidades abstratas, como números, são fictícios; que fatos fictícios são mentais; e assim por diante. Mas, novamente, dificilmente serão eliminados todos esses domínios – sob pena de um anti-realismo absoluto – e, onde quer que todos os outros se baseiem, é plausível que haja muitos, ou pelo menos um, fato de um em muitos. E, nesse caso, uma vez que a metafísica é sobre toda a realidade, não importa o domínio, toda teoria metafísica deverá lidar com os fatos de um em muitos desse domínio.

Em especial, atentar a essa ubiquidade dos fatos de um em muitos, e a essa generalidade da metafísica, é interessante para responder à seguinte objeção. Alguém pode objetar que talvez, por acaso, só exista uma mancha branca, uma coisa racional, uma coisa com massa m , uma coisa com carga elétrica negativa e assim por diante; e que nesse caso não há sequer um fato de um em muitos com que devemos lidar. A resposta a essa objeção é que, ainda que as coisas sejam atualmente assim, parece plausível pensar que poderiam ser diferentes, que poderia haver mais de uma coisa branca, mais de um ser racional, mais de uma coisa com massa m , ou mais de uma coisa com carga elétrica negativa, e assim por diante. Agora, um caso especial da concepção de metafísica como sendo sobre toda a realidade, é que ela é, não só sobre como as coisas atualmente são, mas também sobre como elas poderiam ter sido. Dessa forma, se (de fato) poderia haver pelo menos um fato de um em muitos, então já há pelo menos um fato de um em muitos com que teorias metafísicas devem lidar.

O terceiro motivo para acreditar que fatos de um em muitos são mooreanos é que eles parecem ser *transcendentais*, no sentido de que eles parecem ocorrer nos diversos níveis, nas diversas ordens, de uma hierarquia de tipos. Isto é, fatos de um em muitos parecem poder ser sobre entidades que não são propriedades de entidade alguma, isto é, entidades de *ordem zero*, *indivíduos*, como Sócrates e Platão no fato de que Sócrates e Platão são sábios. Mas fatos de um em muitos também parecem poder ser sobre entidades de *primeira ordem*, isto é, sobre entidades que podem ser propriedades de entidades de ordem zero, como, por exemplo, as propriedades de ser sábio e ser honesto no fato de que ser sábio e ser honesto são virtudes. Mas ainda mais, fatos de um em muitos parecem poder ser sobre propriedades de entidades de *segunda ordem*, isto é, sobre entidades que podem ser propriedades de entidades de primeira ordem, como, por exemplo, as propriedades de ser virtude e ser cor visível, no fato de que ser virtude e ser cor visível são raros. E assim por diante, parece que pode haver fatos de um em muitos em qualquer ordem.

Novamente, é claro que se pode alegar que não existem fatos sobre entidades de certa ordem, ou mesmo de muitas delas. Por exemplo, pode-se argumentar que todos

os fatos são sobre entidades de ordem zero terem propriedades de primeira ordem, caso em que um fato como de que sabedoria é uma virtude nada mais seria que fatos sobre entidades de ordem zero, como Sócrates, terem propriedades de ordem um, como ser sábio e ser virtuoso. Mas, novamente, dificilmente alguém quererá eliminar todos os fatos de todas as ordens e, qualquer que seja a ordem a ser admitida, parece que haverá muitos casos de um em muitos, ou pelo menos um.

Agora, a linha geral dos argumentos para mostrar que os fatos de um em muitos *são mais mooreanos* que outros é, por um lado, mostrar que os outros tipos de fatos alegados não resistem tanto quanto os de um em muitos às tentativas de eliminação que consideramos acima; e, por outro, mostrar que, quando resistem, os casos de um em muitos também resistem. Por exemplo, pode-se defender que não há leis da natureza, causação ou números, que entidades desses tipos são ficções e que, portanto, não se teriam os problemas sobre o que são leis da natureza, o que é uma coisa causar outra e o que são números. Mas, por um lado, ainda assim, poderia haver fatos de um em muitos que não envolvem leis da natureza, causação ou números, como, por exemplo, que Sócrates e Platão são racionais. Por outro lado, tão logo se admitam fatos envolvendo leis da natureza, causação ou números é plausível que se admitam também fatos em que se atribui uma mesma propriedade a muitas entidades, como de que todos os F s são G s, de que a ser F e a ser G causa b ser F , de que 2 e 3 são F s e assim por diante. Vejamos em detalhe outros problemas.

Tome-se o problema sobre como se pode ter conhecimento universalmente aplicável. Este é um problema epistemológico. Ele questiona, por exemplo, como pode ser que o conhecimento que obtemos a partir de um só triângulo possa ser aplicado a todos os triângulos, como, por exemplo, que o teorema de Pitágoras se aplica a todos os triângulos retos.¹² Mas, para funcionar como um argumento a favor da existência de universais, deve-se pressupor que há um tal conhecimento. No entanto, pode-se resistir à possibilidade deste conhecimento sem, com isso, implicar que o próprio teorema de Pitágoras não vale para todos os triângulos retos, o que já é um caso de um em muitos. Isso, pois o fato de que os triângulos são assim não depende do fato de que os conhecemos como tal. Por outro lado, se se admite um tal conhecimento, deve-se continuar a admitir os casos de um em muitos, uma vez que conhecimento é factivo.

Considere o problema semântico (PS) – sobre qual o significado dos predicados da nossa linguagem. Para este problema requerer uma resposta em termos de universais, deve-se querer tomar significados como entidades independentes. No entanto, alguém pode argumentar que os significados dos predicados de nossa linguagem não são entidades independentes de nossas mentes, ou de nossas práticas linguísticas compartilhadas em uma comunidade de falantes. Pelo contrário, pode-se defender que significados são justamente

¹² Cf. Klima (2008).

isso. Por outro lado, não obstante serem isso, ou serem entidades independentes de mentes e práticas comunitárias, é plausível que se admitam fatos de um em muitos, quer envolvendo ideias, práticas, ou significados independentes de mentes. Em suma, por um lado, somente se são entidades independentes de mentes e práticas linguísticas, pode-se levantar o problema (PS); por outro lado, sejam o que forem, é plausível que significados estejam envolvidos em casos de um e muitos.

Finalmente, tome-se o problema (PQ) – sobre o domínio de variáveis ligadas a quantificadores existenciais em posições de predicados. Como no caso de (PS), pode-se negar que a quantificação deva ser sobre entidades independentes de mentes. Mas concedamos isso, por exemplo, formulando uma versão de (PQ) que parece exigir uma resposta realista:

(FQ-R) sobre o que percorrem variáveis ligadas a quantificadores existenciais em posições de predicados, de uma teoria científica verdadeira?

Ainda assim, pode-se argumentar que sentenças que ligam variáveis predicativas podem ser parafraseadas por sentenças que não fazem isso. Isto é, que teorias que aparentemente quantificam sobre propriedades podem ser substituídas, ou parafraseadas, por teorias que não quantificam e ainda assim satisfazem os mesmos propósitos teóricos. Dessa forma, ter-se-ia uma redução dos fatos sobre entidades de primeira ordem a fatos sobre entidades de ordem zero. Mas, como vimos, parece haver fatos de um em muitos em qualquer ordem, inclusive sobre entidades de ordem zero. Por outro lado, tão logo se admitam fatos sobre entidades de primeira ordem, defendendo-se, por exemplo, que não é possível parafrasear tudo, admite-se também a possibilidade de que se tenha fatos de um em muitos sobre entidades de primeira ordem.¹³

Portanto, mesmo que se admita aquilo que é dado em outros problemas como muito plausíveis, parece que ainda mais plausível é que haja pelo menos um fato de um em muitos. Ou seja, fatos de um em muitos são mais mooreanos do que os outros. Por sua vez, isso faz com que seja mais difícil resistir à premissa (1) dos argumentos de um em muitos do que resistir à premissa equivalente dos outros argumentos. Dessa forma, se todos os argumentos forem iguais quanto à plausibilidade das outras premissas, isso faz com que os argumentos de um em muitos possam ser mais cogentes, mais convincentes, do que os outros argumentos.

¹³ Com isso, eu não estou alegando que o problema de quantificação sobre propriedades não seja um problema relevante ou dificultoso, especialmente para teorias nominalistas. O que estou alegando é que o tipo de fato sobre o qual esse problema é não é tão mooreano quanto os dos um em muitos. Isto é, é mais plausível que se venha a ter uma teoria sem quantificações sobre propriedades do que uma teoria sem fatos de um em muitos – e isso pode valer ainda que se admita que nenhum desses casos é plausível. Assim, se o Problema do Um em Muitos fosse um problema genuíno seria ainda mais urgente que o problema (FQ-R). Na seção 3.2, voltaremos a tratar de problemas relacionados à quantificação, desta vez, tentando formulá-los a partir de fatos tão plausíveis quanto os fatos de um em muitos.

1.5 Conclusão

Para nossos propósitos de formular o Problema dos Universais – *i.e.* um problema que faça as vezes do Problema do Um em Muitos – temos os seguintes critérios de adequação (CA):

(CA1) o Problema dos Universais não é um problema sobre universais, mas sim um problema pré-teórico a partir do qual se pode argumentar via IMT a favor de teorias realitas, assim como de outras teorias metafísicas que não admitem universais;

(CA2) o que é dado no Problema dos Universais deve ser tão mooreano quanto os fatos de um em muitos, ou pelo menos, mais mooreano do que aquilo que é dado em outros problemas que satisfazem (CA1).

2 O Problema dos Universais por oposição ao Nominalismo de Avestruz

Neste capítulo, respondo como o Problema do Um em Muitos deveria ser para efetivamente merecer o lugar privilegiado que se pensou que ele merecia no debate sobre universais. A resposta é que o Problema do Um em Muitos deveria ser tal que o Nominalismo de Avestruz não pudesse oferecer uma resposta adequada. O motivo é que, caso contrário, o Nominalismo de Avestruz seria melhor do que teorias realistas – bem como do que outras teorias – e, por isso, o problema não poderia dar origem a um argumento a favor de universais – nem a favor de outras teorias. Para nosso propósito de formular o Problema dos Universais, isso resulta em um critério de adequação relativo àquilo que é pedido pelo problema, *grosso modo*, deve-se pedir algo que o Nominalismo de Avestruz não consegue responder.

Na seção 2.1, faço duas distinções sobre as maneiras com que uma teoria pode lidar com certos fatos – a saber, uma teoria pode reconhecer ou ignorar um fato, e pode explaná-lo ou tomá-lo como fundamental – a partir das quais especifico também tipos de problemas e tipos de inferências à melhor teoria. Na seção 2.2, apresento o Nominalismo de Avestruz e o distingo em duas versões: a versão plena toma fatos em que indivíduos têm propriedades como metafisicamente fundamentais; e a versão pura explica esses fatos somente pela existência de um particular correspondendo ao indivíduo. Na seção 2.3, argumento que ambas as versões são melhores do que o Realismo e as outras teorias. Na seção 2.4, concluo que o Problema dos Universais deve, contra a versão plena, obrigar uma explicação daquilo que tem como dado, onde, contra a versão pura, o fato de que um indivíduo tem uma propriedade não pode ser explicado somente pela existência de um particular correspondente ao indivíduo.

Antes de prosseguir, no entanto, podem ser interessantes alguns esclarecimentos sobre o que esse capítulo é, e sobre o que ele não é. Primeiro, ao responder como o Problema do Um em Muitos deveria ser para merecer o tal lugar privilegiado, não estou afirmando que ele efetivamente não é, nem, portanto, que não merece tal lugar. Farei isso no Capítulo 3, onde critico algumas formulações para o Problema dos Universais, inclusive formulações que têm fatos de um em muitos como dados.

Segundo, há um sentido em que é muito fácil formular um problema que pede, contra a versão Plena, por uma explicação de fatos de um em muitos, a saber, “qual a explicação para os fatos de um em muitos?”. Mas nesse caso falta ainda justificar por que isso seria um problema que teorias metafísicas deveriam responder. Isto é, enquanto já justificamos que teorias metafísicas devem lidar com quaisquer fatos, não importa seu

domínio, e também que é plausível que ocorram fatos de um em muitos, nós não justificamos que teorias metafísicas devam, especificamente, explicar tais fatos. O que defendo neste capítulo é que o Problema dos Universais deve ser tal que obrigue, justificadamente, teorias metafísicas a explicar o que é dado pelo Problema, e não que se faça isso por mero ato de fala. Da mesma forma, há um sentido em que é muito fácil pedir por uma explanação que não permita a resposta da versão Pura, mas o que interessa é que se faça isso justificadamente.

Terceiro, pode-se objetar que estou propondo um problema pretensamente pré-teórico mas que, de antemão, exclui o Nominalismo de Avestruz. Porém, primeiro, o que defendo é que um problema que se supõe fazer as vezes do Problema do Um em Muitos deveria excluir o Nominalismo de Avestruz do rol de candidatos. Segundo, deve-se notar que ao estipular que o Problema dos Universais deve ser assim, eu não estou afirmando que há um tal problema. Portanto, eu não estou retirando, por decreto, os nominalistas de avestruz da disputa. Pretendo fazer isso no Capítulo 4, porém, justificadamente, ao mostrar que há uma formulação adequada para o Problema dos Universais.

Quarto, este capítulo, especialmente a seção 2.3, pode ser lido como parte de uma defesa do Nominalismo de Avestruz no seguinte sentido. Meus argumentos acarretam que, se não há uma formulação adequada para o Problema dos Universais, ambas as versões do Nominalismo de Avestruz são melhores do que as teorias realistas – bem como do que algumas outras teorias.¹

2.1 Explanação, problemas explanatórios e IMT que explica

Na seção 1.3, disse que aquilo que é pedido em um problema dos universais como solução deve determinar o modo com que uma teoria deve lidar com aquilo que é dado. No esquema proposto para IMTs esse modo de lidar foi representado por R , na premissa (2) – T é candidata a lidar de modo R com F . Sugeri que há várias maneiras de especificar R , as quais especificariam por sua vez diferentes espécies de IMTs. Gostaria agora de distinguir e esclarecer duas dessas maneiras e a relação entre elas, a saber, que uma teoria pode *reconhecer*, ou não, um fato e que ela pode *explicar*, ou não, um fato.

Mas antes de especificar R , convém notar e adotar uma terminologia para os casos em que se rejeita a premissa (1) – que assere F –, pois esses casos podem ser independentes da teoria T em questão. Assim, nos casos em que se rejeita a premissa (1) dizemos que os fatos de que F são *negados pré-teoricamente* em relação a T ; caso contrário, dizemos que

¹ O Capítulo 3 consistiria em outra parte de uma defesa do Nominalismo de Avestruz, pois tenta mostrar que vários problemas não são adequados enquanto formulações do Problema dos Universais. Portanto, se este e o próximo capítulos obtêm sucesso mas não o Capítulo 4 – onde proponho que há uma formulação do Problema dos Universais –, o resultado desta dissertação é a favor do Nominalismo de Avestruz.

são *pré-teoricamente admitidos* em relação a T .²

Agora, uma vez que se admita ainda *pré-teoricamente* certo fato, uma teoria pode ou não reconhecer esse fato. A ideia é que uma teoria pode incluir certo fato ou simplesmente deixá-lo de fora, ignorá-lo, apesar de ser um fato *pré-teoricamente* reconhecido. Por exemplo, independentemente de ser um fato que Sócrates é racional, numa aritmética, pode-se não reconhecer isso – porque, na verdade, nem se deve. Assim, reconhecer ou não um fato numa teoria já é algo que diz respeito à relação entre a teoria e o fato. Essa é a primeira relação com que podemos especificar R . Mais precisamente, tomando-se teorias como conjuntos de sentenças, podemos dizer que uma teoria T *reconhece* o fato de que p se, e somente se, uma sentença que expressa o fato de que p pertence a T . Caso contrário, diremos que T *ignora* o fato de que p .

Outra relação relevante para IMTs, que uma teoria pode ter com um fato, é a de explicação. Por ora, digamos que uma explicação do fato de que p é uma sentença da forma ‘ p porque q ’, onde ‘ p ’ e ‘ q ’ são sentenças, ‘ p ’ expressa o fato de que p e ‘porque’ é um operador sentencial assimétrico.³ Chamamos ‘ p ’ o *explanandum* e ‘ q ’ o *explanans*.⁴

Agora, se uma teoria reconhece o fato de que p , ou ela tem uma explicação para p ou não. Assim, poderíamos dizer que uma teoria T explica o fato de que p sse, além de o reconhecer, ela o explica; ou seja, tomando-se novamente teorias como conjuntos de sentenças, T *explica* o fato de que p sse, além de ‘ p ’ pertencer à teoria, também ‘ p porque q ’ pertence a T . Por sua vez, poderíamos dizer que uma teoria *toma como fundamental* o fato de que p sse, ela reconhece o fato de que p , mas não o explica; ou seja, T *toma* o fato de que p como fundamental sse ‘ p ’ pertence a T mas ‘ p porque q ’ não pertence a T .⁵

² Com isso não quero dizer que admitir ou negar um fato alegado não é relativo a teoria alguma. Por exemplo, pode-se negar, fora de uma teoria metafísica T , que certa rosa é vermelha pois, segundo outra teoria, ser vermelho nada mais é do que a percepção visual de luz com certa frequência e comprimento de onda por sujeitos com certa constituição anatômica e assim por diante. Mas nesse caso, a negação desse fato é relativa a uma outra teoria, empírica, e não à teoria metafísica T .

³ Essa é talvez a acepção mais comum que atribuímos a ‘porque’ no dia-a-dia. Por *assimétrico* quero dizer que, se p porque q , então não é o caso que q porque p . Relevante, isso implica que ‘porque’ é *irreflexivo*, isto é, não é o caso que p porque p . Portanto, o fato de que p deve ser sempre diferente do fato de que q . Há uma noção de explicação que não é assimétrica, cf. e.g. Fine (2012, §5, ‘weak ground’). No entanto, explicações metafísicas, que são nossa meta, claramente se pretendem assimétricas.

⁴ Alguém poderá estranhar o uso de ‘explicação’ em vez de ‘explicação’, como seria mais natural em português. Eu sigo a distinção que se faz em inglês entre ‘explanation’ e ‘explication’, ciente de que não é tão natural para os cognatos em português, porque penso que é necessário distinguir na terminologia técnica ambas as noções, isto é, a noção de explicação como aquilo pelo que dizemos o porquê de certos fatos, da noção de explicação como aquilo pelo que tornamos precisos certos conceitos (e que remonta a R. Carnap). Para a primeira uso ‘explicação’.

⁵ Na literatura relevante, distinção semelhante foi indicada por Lewis (1983, p. 352), também para esclarecer o debate em torno do Nominalismo de Avestruz. Ele distingue três modos de ‘dar conta’ (*account*): negar, analisar e tomar como primitivo. O que digo ‘reconhecer’ é próximo ao que ele diz ‘dar conta’; ‘explicar’, do que ele diz ‘analisar’; e ‘fundamental’, de ‘primitivo’. Negar está fora de questão, para ele, porque os fatos em questão são mooreanos e, para nós, porque já se lhes admitiu *pré-teoricamente* – hipotética e exatamente por ser (muito) mooreano. Diferente de Lewis, eu não quero pressupor aqui que explicações metafísicas consistem em análises.

Mas isso merece ainda ser especificado.

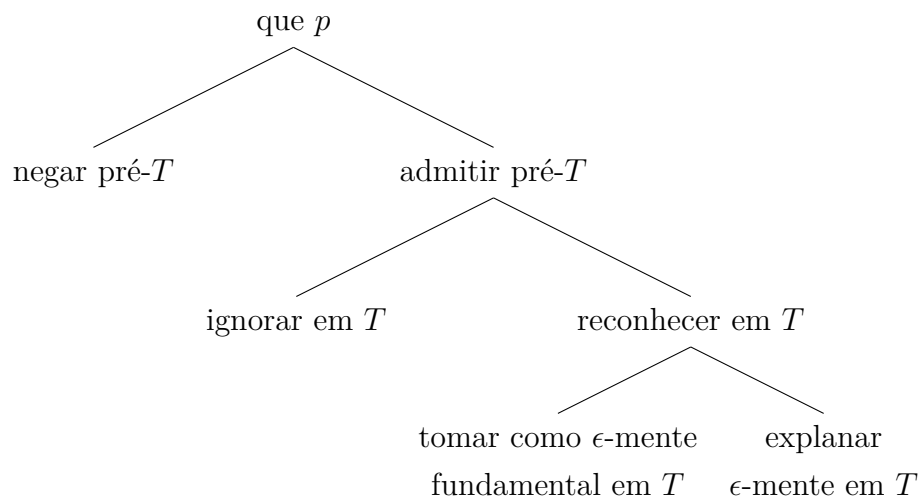
É interessante notar que pode haver várias espécies diferentes de explicações, como, por exemplo, causais, metafísicas, lógicas e assim por diante.⁶ Assim, é desejável poder indicar quando se pretende que uma explicação seja de um espécie ou de outra. De modo geral, podemos dizer que uma *explicação* ϵ do fato de que p é uma sentença da forma ‘ ϵ -mente, p porque q ’, onde ‘porque’ é como anteriormente, e ϵ deve especificar um tipo de explicação, como metafísica, causal etc. Por exemplo, ‘metafísica-mente, Sócrates é racional porque existe um particular, Sócrates, e um universal, Racionalidade, e Sócrates instancia Racionalidade’ seria uma explicação metafísica, mas não causal, que os realistas oferecem para o fato de que Sócrates é racional.

Do mesmo modo, devemos distinguir quando uma teoria explica um fato ϵ -mente de quando ela o toma como *ϵ -mente fundamental*. Assim, teorias realistas, por exemplo, têm uma explicação metafísica para o fato de que Sócrates é racional, mas tomam o fato de que *existe um particular, Sócrates, e um universal, Racionalidade, e Sócrates instancia Racionalidade* como metafisicamente fundamental. E, apesar disso, eles poderiam aceitar uma explicação lógica para esse fato que consideram metafisicamente fundamental, sem deixarem de ser realistas (acerca de universais) do ponto de vista metafísico – como, por exemplo, explanando que: logicamente, *existe um particular, Sócrates, e um universal, Racionalidade, e Sócrates instancia Racionalidade* porque *é o caso que existe um x x é um particular idêntico a Sócrates, e é o caso que existe um y , diferente de x , x é um universal, idêntico a Racionalidade, e é o caso que Sócrates instancia Racionalidade*.

Assim, podemos dizer que uma teoria T explica ϵ -mente o fato de que p sse ‘ p ’ $\in T$ e ‘ ϵ -mente, p porque q ’ $\in T$. E dizemos que uma teoria T toma o fato de que p como *ϵ -mente fundamental* sse ‘ p ’ $\in T$ mas ‘ ϵ -mente, p porque q ’ $\notin T$.

Em suma, ainda pré-teoricamente, pode-se admitir ou negar o fato de que p . Admitindo-se pré-teoricamente, pode-se reconhecer o fato de que p em T , ou ignorar o fato de que p em T . Reconhecendo-se, pode-se explicar ϵ -mente o fato de que p em T , ou tomá-lo como ϵ -mente fundamental. Isso pode ser visualizado na seguinte árvore.

⁶ Fine (2012), por exemplo, sugere que se distingam em metafísicas, naturais e normativas.



Agora podemos distinguir tipos de inferências à melhor teoria conforme especificemos R como *reconhecer* ou *explicar*. Uma *inferência à melhor teoria que reconhece* (IMT-Rec) um fato de que p é uma inferência à melhor teoria onde R é *reconhecer*. Uma vez que, como vimos, R é uma das características que uma teoria deve satisfazer para ser candidata, segue-se que a ideia de uma inferência à melhor teoria que reconhece um certo fato dado é que, se uma teoria não o reconhece, então sequer candidata à verdade é. Note-se que, nesse tipo de inferência, comparam-se tanto teorias que explicam o fato de que p , quanto teorias que o tomam como fundamental, desde que se reconheça que p .

Já uma *inferência à melhor teoria que explica* (IMT-Exp) o fato que p é uma inferência à melhor teoria onde R é *explicar*. Dessa vez, a ideia é que, se uma teoria não explica certo fato que deveria, então nem pode ser comparada. Mas como vimos, devemos ainda distinguir o tipo de explicação exigida e, assim, temos que distinguir inferências à melhor teoria que explica metafisicamente, causalmente, logicamente, e assim por diante.

Da mesma forma, podemos fazer distinções entre espécies de problemas, isto é, podemos distinguir problemas que pedem apenas pelo reconhecimento de certos fatos, e problemas que pedem também por uma explicação desses fatos.⁷ Os últimos podemos chamar *problemas explanatórios*. Mas, novamente, assim como devemos distinguir tipos de explicações, também devemos distinguir problemas explanatórios metafísicos, causais, lógicos etc. Assim, um *problema explanatório metafísico* é um problema para o qual somente explicações metafísicas do que é dado podem ser respostas adequadas. Enquanto que para problemas que só pedem pelo reconhecimento do que é dado podem-se responder com explicações ou apenas tomando o que é dado como fundamental.

Neste ponto, deve já estar claro que um problema que pede apenas pelo reconhecimento de certos fatos deve dar origem a uma inferência à melhor teoria que reconhece esses fatos (IMT-Rec). Neste caso, tanto teorias que explicam esses fatos quanto teo-

⁷ Pode parecer contra-intuitivo que ainda chamássemos “problemas” meros pedidos de reconhecimento de um fato, mas isso é irrelevante.

rias que os tomam como fundamentais são candidatas, pois em ambos os casos tais fatos seriam reconhecidos. Por sua vez, um problema explanatório deve dar origem a uma inferência à melhor teoria que explica os fatos dados (IMT-Exp), pois somente teorias que os explicam oferecem respostas adequadas.

Agora é interessante notar que uma teoria pode ser a melhor dentre aquelas que explicam um certo fato de que p mas não ser a melhor dentre aquelas que reconhecem que p , a saber, no caso em que a melhor teoria é uma teoria que reconhece mas não explica que p . E uma teoria pode ser a melhor teoria dentre aquelas que reconhecem que p mas não ser a melhor dentre aquelas que explicam que p , nomeadamente, no caso em que essa teoria não explica que p . Porém, se uma teoria é a melhor dentre aquelas que reconhecem que p e ela também explica que p , então ela também é a melhor teoria dentre as que explicam que p . Por isso, pode-se argumentar a favor do realismo que, a despeito do Problema do Um em Muitos exigir ou não uma explicação dos fatos de um em muitos, o realismo é a melhor dentre as teorias que reconhecem os fatos de um em muitos. Na última seção eu considero e rejeito argumentos desse tipo e argumento o contrário que, se o Problema do Um em Muitos não exige explicação, então o Nominalismo de Avestruz é a melhor teoria que o responde.

Na próxima seção, veremos duas versões do Nominalismo de Avestruz, uma delas explica metafisicamente fatos de um em muitos e a outra os toma como fundamentais. Consequentemente, se o Problema do Um em Muitos só pede pelo reconhecimento desses fatos, ambas devem ser comparadas ao Realismo – bem como às outras teorias que respondem esse problema. E, se o Problema do Um em Muitos é um problema explanatório metafísico, então somente a primeira versão deve ser comparada.

2.2 O Nominalismo de Avestruz

Nesta seção apresento o Nominalismo de Avestruz e o distingo em duas versões. A concepção mínima do Nominalismo de Avestruz, comum a ambas as versões, é que ele afirma que tudo o que existe é particular; admite pré-teoricamente que indivíduos têm propriedades; e não postula quaisquer relações especiais entre particulares – como as relações de pertencimento ou de semelhança. Em seguida distingo duas versões do Nominalismo de Avestruz conforme elas lidam com esses fatos em que indivíduos têm propriedades. A primeira, Pura, tenta explicar metafisicamente esses fatos pela existência de particulares espessos. A segunda, Plena, toma esses fatos como metafisicamente fundamentais.

Antes, é interessante notar que nos limitamos aqui a fatos sobre indivíduos. Indivíduos são coisas de ordem zero, isto é, coisas que não são propriedades, como, por exemplo, uma bola, Sócrates, um elétron e o número 2.⁸ Nós não vamos considerar fa-

⁸ Meu uso de ‘indivíduo’ é pré-teórico no mesmo sentido que o de ‘propriedade’. Apesar de que, para

tos de ordem superior, isto é, fatos em que propriedades têm propriedades – como, por exemplo, que ser sábio é bom e que existe uma propriedade que Sócrates tem. O primeiro motivo é que, uma vez que lidam com fatos de primeira ordem, nominalistas de avestruz podem explicar fatos de ordem superior em termos de fatos de primeira ordem. O segundo motivo é que fatos sobre coisas de nível zero parecem ser mais mooreanos do que sobre coisas de qualquer outro nível – cf. seção 1.4. Dessa forma, se os nominalistas de avestruz conseguem lidar adequadamente com fatos sobre coisas de nível zero e – como vou argumentar – têm uma teoria melhor do que as teorias realistas, então não se poderia ter um argumento assim tão cogente quanto se supunha. Vejamos agora as características iniciais do Nominalismo de Avestruz.

Realistas afirmam que, para além de particulares, existem universais. Dessa forma, eles explanam fatos em que um indivíduo tem uma propriedade por fatos em que um particular instancia um universal. Assim como no Realismo, nas teorias nominalistas que veremos, indivíduos correspondem a particulares. No entanto, todo nominalismo afirma que:

(N) tudo o que existe é particular;

e, uma vez que todo particular não é universal, isso implica que não existem universais.

Mas então, como os nominalistas poderiam lidar com fatos sobre indivíduos tendo propriedades? Especificamente, se os particulares correspondem aos indivíduos, o que corresponderia às propriedades? Deveria algo corresponder às propriedades?

Alguns nominalismos simplesmente não lidam com os fatos em questão porque sequer os admitem pré-teoricamente. São exemplos, pelo menos algumas versões dos nominalismos de conceitos e de predicados. Especificamente, esses nominalismos não admitem que particulares têm propriedades no nosso sentido de ‘propriedade’ – *i.e.* independentes de mente e linguagem. Essas são as teorias que Armstrong (1978a, pp. 25, 139) chama “subjativistas”.⁹

Todavia, outros nominalistas admitem pré-teoricamente que indivíduos têm propriedades. Frente a isso, eles não só reconhecem esses fatos em suas teorias, mas também,

todas as teorias que discutiremos agora, indivíduos correspondem a particulares, em outras teorias, indivíduos podem ser feixes de universais, ou de tropos, por exemplo.

⁹ Esses nominalismos explanam, por exemplo, que ‘a é redondo porque existem dois particulares a e o conceito (ou o predicado) ‘ser redondo’ e a cai sob o conceito (ou a ele aplica-se o predicado) ‘ser redondo’. No entanto, essas explicações não podem ser vistas como explicações do fato de que a tem a *propriedade* de ser redondo, porque conceitos e predicados são respectivamente mentais e linguísticos, enquanto propriedades não são nem um nem outro – cf. seção 1.2. (Porém, pode haver versões desses nominalismos que admitem pré-teoricamente propriedades e as tentem explicar por predicados e conceitos com estatutos ontológicos diferentes. Por exemplo, postulando conceitos em alguma mente ontologicamente privilegiada ou predicados não atualizados. Estas versões não estariam mais entre as que não admitem propriedades, mas entre aquelas que as admitem e as explanam, como os nominalismos de classes e de semelhanças que veremos agora.)

assim como os realistas, os explanam. Porém, em vez de postular entidades não particulares correspondendo às propriedades, como os realistas, esses nominalismos postulam certas relações especiais entre particulares. A partir dessas relações, eles conseguem explicar os fatos em que indivíduos têm propriedades. São exemplos, os nominalismos de classes e algumas versões dos de semelhanças. Por exemplo, o Nominalismo de Classes postula que entre certos particulares pode haver relações de pertencimento. Dessa forma, eles explanam que *a* é redondo porque existem dois particulares, *a* e (uma classe) *R*, e o primeiro pertence ao segundo.¹⁰ Por sua vez, o Nominalismo de Semelhanças postula que particulares podem assemelhar-se uns aos outros – onde essa semelhança é algo na realidade, independente de mente e linguagem. Dessa forma, esse nominalismo explica que *a* é redondo porque existe um particular, *a*, e *a* se assemelha a certos particulares.

Já o Nominalismo de Avestruz é diferente. Diferente dos nominalismos de conceitos e de predicados, eles admitem fatos em que indivíduos têm propriedades, no nosso sentido – e, portanto, aceitariam a premissa (1) de uma IMT que parte desses fatos. Mas, diferente dos nominalismos de classes e de semelhanças, eles não postulam qualquer relação especial entre particulares. Como então eles lidam com fatos em que indivíduos têm propriedades? Eu vou distinguir dois tipos de Nominalismo de Avestruz. Os nominalistas de avestruz puros lidam com esses fatos explanando-os metafisicamente a partir da existência de particulares. Os nominalistas de avestruz plenos lidam com esses fatos tomando-os como metafisicamente fundamentais. Mas antes é interessante argumentar por que ambos têm que *reconhecer* fatos em que indivíduos têm propriedades; isto é, por que não poderia haver uma versão do Nominalismo de Avestruz que admite pré-teoricamente que indivíduos têm propriedades mas ignora isso.

Na seção 1.3, disse que, segundo uma concepção tradicional, a metafísica é sobre toda a realidade e que, por isso, deveria lidar com todo tipo de fato. Portanto, uma vez que nominalistas de avestruz admitem pré-teoricamente que certos indivíduos têm propriedades, segue-se que eles devem lidar com esse tipo de fato. Mas, em que sentido, eles deveriam *lidar* com esses fatos? Tudo o que este argumento precisa é que o sentido mínimo em que uma teoria metafísica deve lidar com fatos da realidade é os *reconhecendo*, isto é, incluindo sentenças que expressam esses fatos entre as sentenças que asse-rem. Note-se que isso não quer dizer que esses fatos sejam fatos fundamentais nessa teoria, como também não quer dizer que não o sejam. Tudo o que se quer dizer é que se deu um lugar para aqueles fatos naquela teoria. Portanto, nominalistas de avestruz, não só admitem, mas devem também *reconhecer* os fatos em que um indivíduo tem uma propriedade porque toda teoria metafísica deve, pelo menos, reconhecer os fatos pré-teoricamente admitidos.

Na literatura relevante essa característica da metafísica – de que ela é sobre toda

¹⁰ Neste contexto, o que dizemos ‘classe’ é o que se diz mais apropriadamente ‘conjunto’ na teoria dos conjuntos. Classes, apesar de abstratos, são particulares.

a realidade – parece ter sido assumida por todos, implícita ou explicitamente, quer por objetores quer por defensores do Nominalismo de Avestruz.¹¹ Porém, é oportuno observar, neste contexto, que Armstrong (1978a), (1980) parece querer ir além, argumentando que, uma vez que nominalistas de avestruz admitem pré-teoricamente os fatos de um em muitos e que a metafísica é sobre toda a realidade, segue-se que nominalistas de avestruz deveriam fazer algo além de reconhecer esses fatos. Para Armstrong, eles deveriam ‘analisar’ esses fatos. Sua conclusão seria precisamente de que, ao admitir pré-teoricamente os fatos de um em muitos sem os analisar, esses nominalistas estariam *ignorando* esses fatos, o que nenhuma teoria metafísica poderia fazer – daí por que “avestruzes”. Armstrong parece inferir isso porque, nesse contexto, pressupõe que explicações metafísicas consistem em análises conceituais; por exemplo, os nominalistas de classes explanariam os fatos de um em muitos ao analisar propriedades em termos de classes. Nesse caso, a opção de não explicar consistiria em não analisar. Mas, para Armstrong, não analisar seria tomar propriedades como primitivos, e isso seria precisamente o que faria o Realismo!¹² O Nominalismo de Avestruz, portanto, admitiria pré-teoricamente propriedades, mas, por um lado, não analisaria propriedades (diferente dos nominalistas de classes) e, por outro, não as tomaria como primitivas (diferente dos realistas). Daí por que a conclusão de que eles ignorariam os fatos de um em muitos. De nossa parte, por ora, as distinções que fazemos não podem levar a essa conclusão porque deixamos em aberto em que consistem explicações metafísicas. Entretanto, no próximo capítulo veremos motivos pelos quais não devemos considerá-las como meras análises conceituais em uma formulação do Problema dos Universais.

Voltemos agora à nossa concepção inicial de Nominalismo de Avestruz. Segundo essa concepção inicial, o Nominalismo de Avestruz afirma que (N) – tudo o que existe é particular; e

(A1-a) *admite* pré-teoricamente que indivíduos têm propriedades;

(A1-r) *reconhece* que indivíduos têm propriedades;

(A2) não postula relações especiais entre particulares – como as de pertencer e assemelhar-se.¹³

A próxima etapa para saber como os nominalistas de avestruz lidam com fatos em que indivíduos têm propriedades seria responder se eles explicam metafisicamente por

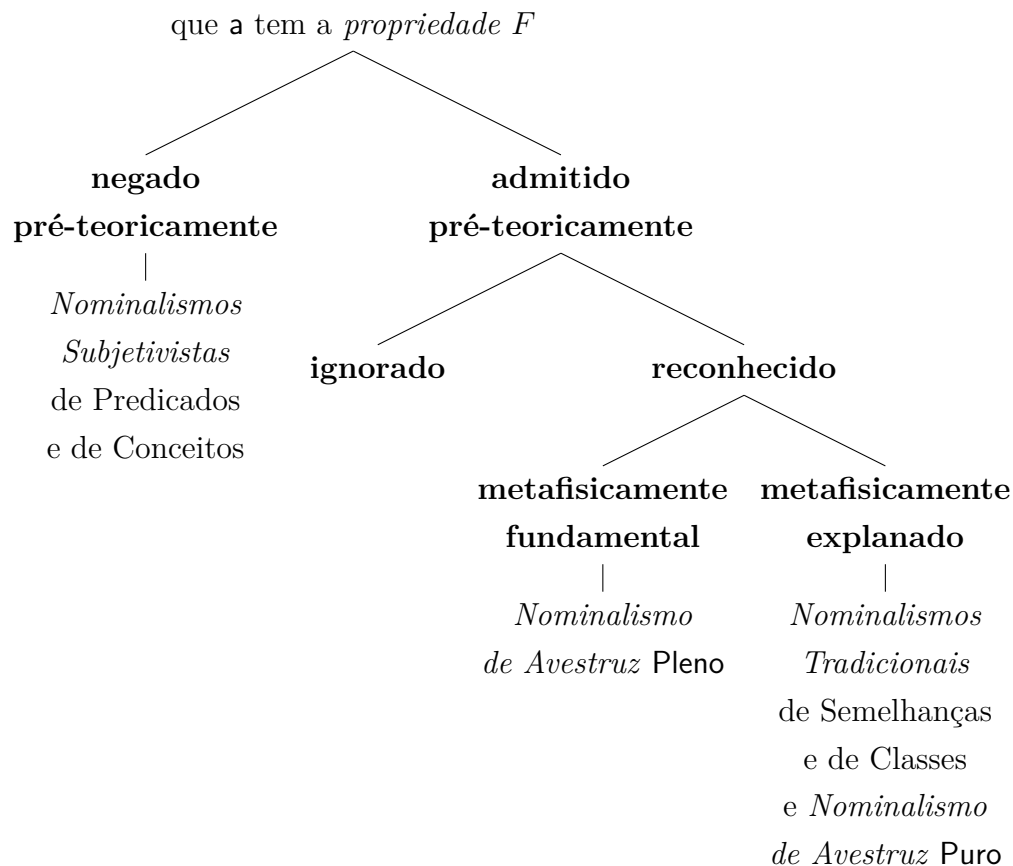
¹¹ Cf. Armstrong (1980, sobre “comprehensive philosophy”) in Beebe e Dodd (2007, pp. 161-2); e, do lado dos nominalistas de avestruz, a anuência de Lewis (1983, p. 352, sobre “systematic philosophy”).

¹² Cf. esp. Armstrong (1980) in Beebe e Dodd (2007, p. 162).

¹³ A respeito dessas características iniciais parece não haver controvérsias. A tese (N) é óbvia. Para (A1-a) e (A1-r), cf. e.g. Devitt (1980) in Devitt (2010, p. 16), onde ele diz “the Quinean is not denying that it *really is F*” e Nota de rodapé 11. Para (A2), cf. Cleve (1994, p. 582), sobre a expansividade das outras teorias, e Melia (2005, p. 70).

que indivíduos têm propriedades ou se eles tomam isso como metafisicamente fundamental. A literatura, tanto da parte dos nominalistas de avestruz e seus simpatizantes, quanto da de seus objetores, tem sido vaga em relação a isso e, na verdade, pode ser que se oscile inadvertidamente entre um e outro.¹⁴ Mas, tendo distinguido essas duas alternativas, em vez de argumentar que o Nominalismo de Avestruz deveria optar por uma delas, será suficiente para nossos propósitos apenas fixá-las distinguindo duas versões do Nominalismo de Avestruz: a primeira, *pura*, explana esses fatos e a segunda, *plena*, tomam-nos como fundamentais. Não temos por que optar por qualquer uma delas em detrimento da outra, primeiro, porque, por ora, não teremos argumentos contra nenhuma delas e, segundo, porque – como argumento na próxima seção – qualquer uma delas é melhor do que o Realismo. Dessa forma, uma formulação adequada do Problema dos Universais deverá retirar ambas do rol de candidatas.

No que se segue, esclarecerei como são essas duas versões a partir da distinção entre explanar metafisicamente os fatos sobre indivíduos tendo propriedades e tomá-los como metafisicamente fundamentais. No esquema abaixo vê-se como se dispõem ambas as versões do Nominalismo de Avestruz, bem como os outros nominalismo de que temos falado, por referência às distinções que fizemos na seção anterior.



O *Nominalismo de Avestruz Puro* é um nominalismo de avestruz que:

¹⁴ Cf. e.g. a distinção entre dois tipos de primitividade de Melia (2005, pp. 67, 71-2) e Loux (2006, p. 62). Cf. tb. seção 2.3.

(A1-e) *explana* fatos em que indivíduos têm propriedades.

Mas, uma vez que eles nem aceitam universais, nem relações entre particulares, como eles poderiam explicar, por exemplo, que *a* é redondo? Não deveria algo diferente de *a* corresponder à propriedade de ser redondo – ainda que somente um particular ou algo constituído por particulares segundo uma relação especial? Nominalistas de avestruz puros dizem que não.¹⁵

Nominalistas de avestruz puros explicam fatos em que um indivíduo tem uma propriedade somente pela existência de um particular correspondendo ao indivíduo. Eles afirmam, por exemplo, que ‘metafisicamente, *a* é redondo porque existe um particular, *a*’. Dessa forma, do ponto de vista metafísico, tudo o que eles afirmam é que (N) – tudo o que existe é particular – e explicam tudo o que admitem pré-teoricamente somente pela existência desses particulares – por isso, ‘puro’. Isto é, enquanto os nominalistas de classes, além de (N), dizem que alguns particulares podem pertencer uns aos outros; e enquanto nominalistas de semelhanças, além de (N), dizem que alguns particulares podem se assemelhar uns aos outros; os nominalistas de avestruz puros dizem que (N), e ponto. E, enquanto os nominalistas de classes dizem que ‘metafisicamente, *a* é redondo porque existe um particular, *a*, e um particular (uma classe) *R* e *a* pertence a *R*’ e os nominalistas de semelhanças dizem que ‘metafisicamente, esse é o caso porque existe um particular, *a*, e existem outros particulares *a* que *a* se assemelha’, os nominalistas de avestruz puros dizem que ‘metafisicamente, *a* é redondo porque existe um particular, *a*’ e ponto. Mas para compreender melhor essa explicação, bem como a tese (N) no Nominalismo de Avestruz Puro, é interessante distinguir duas concepções de particulares com que poderíamos entendê-los, a saber, as concepções de particulares finos e espessos.

A diferença entre particulares finos e espessos é a seguinte. *Particulares finos* são os particulares abstraídos de quaisquer propriedades suas. Sócrates como particular fino, por exemplo, é Sócrates sem as propriedades de ser racional, sábio, mortal etc. Assim, que particulares finos têm ou não propriedades (mesmo propriedades não relacionais) é devido a eles estarem ou não em certa relação com outras coisas. A ideia é que, em si mesmos, particulares enquanto particulares finos não têm qualquer qualidade. Nesse sentido, quando os realistas afirmam que *a* é redondo porque o particular *a* instancia Redondeza, ‘particular’ deve ser entendido como particular fino. Do mesmo modo, a concepção de particular que aparece nas explicações acima dos nominalismos de classes e de semelhanças também é de particulares como particulares finos.

Por sua vez, *particulares espessos* são particulares já com todas as suas propriedades – pelo menos as intrínsecas. Assim, particulares espessos não devem as propriedades

¹⁵ Lembre-se de que isso está de acordo com nossa concepção de propriedade. Segundo essa concepção, aceitar que um indivíduo tem uma propriedade não implica aceitar que há algo diferente do indivíduo *a* que a propriedade corresponde. Cf. seção 1.2.

que têm a uma relação com outras entidades. Que particulares espessos têm certas propriedades não é devido a nada exceto a existência do próprio particular espesso. A ideia é que particulares enquanto particulares espessos trazem consigo certas qualidades. Como particular espesso, *a* é *a* mais a sua redondeza, sua vermelhidão e o que quer que seja propriedade sua. Do ponto de vista teórico, para os realistas, um particular espesso é um particular fino mais a instanciação do universal Redondeza, mais a instanciação do universal vermelhidão e mais as instanciações de todos aqueles universais que ele instancia; para os nominalistas de classes, um particular espesso é um particular fino mais os pertencimentos às classes a que ele pertence e assim por diante.

Nominalistas de avestruz puros não poderiam querer explicar que *a* é redondo pela mera existência de um particular fino. É um tanto óbvio que essa explicação não pode funcionar porque particulares finos não trazem qualquer qualidade consigo. Mas vejamos isso em detalhes para poder comparar com o caso dos particulares espessos. Nominalistas de avestruz puros diriam, por exemplo, que ‘metafisicamente, *a* é redondo porque existe um particular fino, *a*’. Intuitivamente, o problema aqui seria que algo foi deixado de fora do *explanans*, pois o particular fino não tem quaisquer propriedades; ao passar pelo ‘porque’ o particular ficou nu.

Mais precisamente, podemos argumentar que a explicação de que ‘metafisicamente, *a* é redondo porque existe um particular fino, *a*’ não é adequada porque explicações metafísicas devem ter como consequência que o *explanans* implica estritamente o *explanandum*. Assim, da explicação dos nominalistas de classes, por exemplo, que dizem que ‘metafisicamente, *a* é redondo porque existem os particulares *a* e (a classe) *R* e *a* pertence a *R*’, deve-se seguir que, se existem os particulares *a* e *R* e *a* pertence a *R*, então *a* é redondo. De modo geral, se ‘metafisicamente, *p* porque *q*’, então ‘necessariamente, *q* implica *p*’. Porém, a existência do particular fino não implica que ele é redondo exatamente porque, como vimos, o particular fino em si não tem propriedades e, assim, poderia existir e não ser redondo. Portanto, a explicação do nominalista de avestruz em termos de particulares finos não pode ser adequada. E, com efeito, os exemplares de nominalistas de avestruz que temos até hoje frequentemente chamam atenção para que os seus particulares não são finos.¹⁶

A explicação dos nominalistas de avestruz puros em termos de particulares espessos é claramente melhor. Neste caso, eles diriam que ‘metafisicamente, *a* é redondo porque existe um particular *espesso*, *a*’. Intuitivamente, ela parece mais promissora porque não parece que o *explanans* deixa algo de fora, o particular espesso *a* é *a* já com todas as suas propriedades – pelo menos as intrínsecas –, inclusive a de ser redondo. Também o princípio da objeção anterior é obedecido nessa explicação, pois não poderia metafisicamente ser o caso que o particular espesso *a* existisse sem que fosse redondo, uma vez que o particular

¹⁶ Cf. Devitt (2010, pp. 26-7) e Melia (2005, p. 72).

espesso já é redondo.

Dessa forma, por ora, a explanação dos nominalistas de avestruz puros em termos de particulares espessos parece adequada, enquanto a em termos de particulares finos é claramente inadequada. Portanto, daqui por diante, concebemos o *Nominalismo de Avestruz Puro* como um nominalismo de avestruz que:

(A1-e') explana fatos em que indivíduos têm propriedades pela existência de particulares *espessos*.

Em relação à nossa concepção inicial de Nominalismo de Avestruz, a versão pura específica as características (A1-a) e (A1-r) – *i.e.* de que *admitem* e *reconhecem* fatos em que indivíduos têm propriedades – com (A1-e') apenas com uma qualificação de que se deve entender 'particular' como particular espesso na tese (N) – de que tudo o que existe é particular.

Vejamos agora a outra versão do Nominalismo de Avestruz. Em vez de explicar metafisicamente fatos em que indivíduos têm propriedades, o *Nominalismo de Avestruz Pleno*

(A1-f) toma esses fatos como metafisicamente *fundamentais*.

Eles se distinguem assim não só do Nominalismo de Avestruz Puro, mas também dos nominalismos de classes e de semelhanças que vimos, bem como do Realismo e de outras posições. Na teoria dos nominalistas de avestruz plenos não há explicações metafísicas para fatos como o de que *a* é redondo, por exemplo, tais quais não há na teoria dos realistas explicações metafísicas para fatos como de que existem um particular *a* e um universal Redondeza e *a* instancia Redondeza.

Para deixar claro, há, sim, um sentido em que o nominalista de avestruz pleno explana os fatos em questão, porém esse sentido é irrelevante. Eles explanariam esses fatos dizendo que eles ocorrem porque existe um particular que tem uma propriedade. Por exemplo, eles poderiam dizer que, 'metafisicamente, *a* é redondo porque existe um particular, *a*, que é redondo'. Todavia, esse sentido não é relevante pois nesse caso não se explana por que *a* tem a propriedade de ser redondo, e isso é exatamente o que está em questão. Para ver esse ponto, comparemos novamente outras teorias. Os realistas explicam que '*a* é redondo porque existe um particular, *a*, que é redondo'. Até aqui, eles não diferem em nada do Nominalismo de Avestruz Pleno. No entanto, realistas prosseguem explanando que, por sua vez, 'existe um particular, *a*, que é redondo porque existe um particular, *a*, e existe um universal, Redondeza, e *a* instancia Redondeza'. Os nominalistas de classes, por sua vez, dizem que '*a* é redondo porque existe um particular, *a*, que é redondo' – como fazem os nominalistas de avestruz plenos –, mas vão além, explanando

que ‘esse particular é redondo porque existe um outro particular, a classe dos particulares redondos, ao qual ele pertence’. Agora, o Nominalismo de Avestruz Pleno explica que ‘a é redondo porque existe um particular, a, que é redondo’ mas para por aí. Por que esse particular é redondo não é metafisicamente explicado, da mesma forma que os nominalistas de classes não explicam por que a é um particular que pertence à classe R; e que nominalistas de semelhanças não explicam por que a se assemelha a certos particulares.

Dessa forma, assim como as teses que caracterizam as teorias dos nominalistas de classes são as teses (N) – de que existem particulares – e a tese de que alguns desses particulares são classes às quais particulares podem pertencer, nominalistas de avestruz plenos comprometem-se não só com a tese (N), mas também com as teses de que (PI_r) existem coisas redondas, (PI_v) existem coisas vermelhas, (PI_n) existem coisas com carga elétrica negativa, e assim por diante. Dessa forma, o *Nominalismo de Avestruz Pleno*, para tantas quantas forem as n propriedades F pré-teoricamente admitidas, afirma que:

(PI₁) existem F_1 's

...

(PI_n) existem F_n 's

Assim, em relação à nossa concepção inicial de Nominalismo de Avestruz, a versão plena especifica (A1-a) e (A1-r) – *i.e.* de que *admitem e reconhecem* fatos em que indivíduos têm propriedades – com (A1-f) – que esses fatos são metafisicamente *fundamentais* – ao adicionar à tese (N) as teses (PI₁), ..., (PI_n).

Em suma, enquanto a versão pura explica metafisicamente os fatos em que indivíduos têm propriedades, a versão plena os toma como metafisicamente fundamentais. Enquanto a versão pura tem como fatos metafisicamente fundamentais fatos sobre a existência de particulares espessos, a plena tem fatos sobre a existência de particulares redondos, vermelhos, racionais e assim por diante. Enquanto a versão pura tem somente (N) – que tudo o que existe é particular – como tese propriamente metafísica, a plena, além de (N), tem teses como de que (PI₁), ..., (PI_n).

2.3 As virtudes do Nominalismo de Avestruz

Das seções anteriores, deve estar claro que, se o Problema do Um em Muitos só pede pelo reconhecimento dos fatos de um em muitos, então ambas as versões do Nominalismo de Avestruz devem ser comparadas com as outras teorias em um argumento via IMT-Rec, *i.e.* que reconhece esses fatos. Já no caso do problema ser explanatório, segue-se que somente a versão pura deve ser comparada, pois o argumento a que o problema dá origem agora seria uma IMT-Exp, *i.e.* que explica os fatos de um em muitos. No primeiro caso,

realistas disputariam com ambas as versões do Nominalismo de Avestruz, no segundo, somente com a pura.

Disse que, em inferências à melhor teoria, teorias candidatas devem ser comparadas segundo certas virtudes epistêmicas, como simplicidade, parcimônia, coerência com outras teorias e assim por diante. Aparentemente, a teoria dos nominalistas de avestruz tem grandes vantagens nesses quesitos e, portanto, parece que, se é uma teoria candidata, então é pelo menos uma forte candidata à melhor teoria. De fato, na literatura, são poucos os argumentos contra o Nominalismo de Avestruz que tentam mostrar que essa posição não é a melhor dentre as candidatas.¹⁷ Nesta seção argumento que essa situação não é só aparente, isto é, que o Nominalismo de Avestruz, se disponível, é mesmo melhor que outras teorias. Em relação à versão pura do Nominalismo de Avestruz parece, de fato, não haver muito lugar para controvérsias. Porém, em relação à versão plena, as coisas não são assim tão fáceis, uma vez que se alegou recentemente que, ao contrário do que parece, o Nominalismo de Avestruz não é nada parcimonioso, enquanto, como veremos, se tinha sob consideração o Nominalismo de Avestruz em sua versão plena.

O Nominalismo de Avestruz Puro defende somente (N) – que tudo o que existe é particular (espesso). Dessa forma, ele é mais parcimonioso do que os realistas do ponto de vista ontológico qualitativo, pois afirmam existir coisas de um único tipo, particulares (espessos), enquanto os realistas afirmam existir coisas de dois tipos, particulares (finos) e universais.

Além disso, em relação ao Nominalismo de Classes a versão pura do Nominalismo de Avestruz parece melhor pois não concede de antemão que existem abstratos. Isto é, embora alguns nominalistas de avestruz possam querer admitir particulares abstratos, como números e classes, eles não fariam isso já para lidar com fatos sobre indivíduos concretos, como os nominalistas de classes fazem ao postular classes correspondendo a propriedades que indivíduos concretos têm.¹⁸ Assim, somente aos nominalistas de avestruz resta a possibilidade de se manter uma teoria metafísica ainda mais parcimoniosa por admitir somente concretos. Um ponto associado é que, pelo mesmo motivo, esses nominalistas podem vir a ter vantagens se sua epistemologia não tem que dar conta do acesso a entidades abstratas.

Os nominalistas de avestruz puros são mais parcimoniosos do ponto de vista onto-

¹⁷ A maior parte tenta mostrar que, antes, o Nominalismo de Avestruz não é candidato, argumentando exatamente que ele não responde adequadamente certos problemas – os quais consideramos e descartamos no próximo capítulo.

¹⁸ Deve-se observar que a tendência dos nominalistas de avestruz é de rejeitar entidades abstratas em geral. Porém, devemos contemplar essa possibilidade porque não há nada na nossa definição de Nominalismo de Avestruz que impeça isso. Por sua vez, somos neutros quanto a isso porque o Problema dos Universais, a exemplo do Problema do Um em Muitos, não deve levar necessariamente a entidades abstratas e, portanto, isso não é uma característica relevante do Nominalismo de Avestruz no contexto desta dissertação.

lógico também quantitativo. Isto é, além de ter um menor número de tipos de entidades, a versão pura parece ter um menor número de entidades quaisquer. Pois, por um lado, para cada particular espesso deles, existe um particular fino dos realistas e dos nominalistas de classes. E, por outro lado, enquanto não existe nada mais que os nominalistas de avestruz puros afirmem existir, realistas ainda têm que admitir muitos universais e nominalistas de classes têm que admitir muitas classes.¹⁹ No caso dos tropistas, para cada particular espesso, eles têm que afirmar a existência de muitos tropos co-presentes.

Nominalistas de avestruz puros são também ideologicamente mais parcimoniosos, pois pressupõem somente a ideia de ‘particular espesso’ como primitiva. Realistas têm como primitivas as ideias de ‘particular fino’, ‘universal’ e ‘instanciação’. Nominalistas de classes, as de ‘particular’ e de ‘pertencimento’. Nominalistas de semelhanças, as de ‘particular’ e de ‘semelhança’. Tropistas, as de ‘tropo’, ‘co-presença’ e ‘semelhança’.

Uma outra grande vantagem do Nominalismo de Avestruz Puro diz respeito à sua coerência com nossas outras teorias, em especial, com as crenças do nosso senso comum. Pois a ideia de ‘particular espesso’ é mais intuitiva – embora obviamente não sob o nome “particular espesso” – do que as ideias de ‘instanciação’, ‘universal’, ‘pertencimento’, ‘classe’, ‘tropo’ e ‘semelhança’.²⁰ Particulares espessos são coisas que qualquer pessoa crê que existe, como bolas, mesas, cadeiras, pessoas etc. Por sua vez, mesmo que algum nominalista de avestruz puro queira aceitar a existência de particulares espessos abstratos, para além dos concretos, ainda assim essas coisas abstratas seriam do mesmo gênero de coisas que os particulares espessos concretos, exceto por serem abstratos, cabendo de qualquer modo ao metafísico mostrar a diferença entre concreto e abstrato. Por contraste, em relação às noções primitivas das outras teorias, cabe ao metafísico mostrar uma diferença bem maior, de que o exemplo extremo são os universais como coisas abstratas, que são exatamente o oposto de particulares concretos, e dos quais o senso comum não faz ideia do que seja.

Prima facie todas essas características são vantagens pelas quais preferir o Nominalismo de Avestruz Puro às outras teorias, supondo que esse nominalismo é adequado, *i.e.* que ele é candidato à comparação. É verdade que nem todas as vantagens se dão em relação a todas as teorias adversárias, mas há pelo menos uma vantagem em relação a cada. Pode-se contra-argumentar também que algumas das vantagens acima não são relevantes para se inferir a favor de uma teoria em detrimento da outra. Por exemplo, o

¹⁹ No caso dos nominalistas de semelhanças, aparentemente, para explicar por que um particular tem certa propriedade, eles têm sempre que recorrer à semelhança com outros particulares. Porém não é claro que no cômputo geral eles tenham que aceitar a existência de mais particulares do que os nominalistas puros. Mas, como indicaremos, um nominalismo de semelhanças mais promissor, como o de Rodríguez-Pereyra (2002), acaba de fato fazendo isso ao admitir muito mais particulares, em mundos possíveis.

²⁰ Deve-se notar que a noção de semelhança do Nominalismo de Semelhança é diferente da noção ordinária de semelhança.

argumento contra os abstratos do Nominalismo de Classes é somente condicional e pode-se objetar que não importa parcimônia quantitativa, mas só qualitativa.²¹ No entanto, primeiro, ainda que todos os argumentos acima fossem irrelevantes, isso tampouco nos faria preferir as outras teorias em vez do Nominalismo de Avestruz Puro, pois faltariam ainda argumentos a favor dessas outras. Segundo, parcimônia ontológica qualitativa e ideológica e coerência com senso comum são menos controversas; e os puros têm vantagens claras quanto a isso. Portanto, não parece que se possa argumentar muito contra essa versão do Nominalismo de Avestruz – exceto argumentando que ela é inadequada, que ela não é candidata, formulando um problema metafísico que pede, justificadamente, por uma explanação que esses nominalistas não podem dar.

Agora vejamos a versão plena do Nominalismo de Avestruz. Como vimos, a diferença entre a versão pura e a plena é que, enquanto aquela explana fatos em que indivíduos têm propriedades, esta os toma como metafisicamente fundamentais. Consequentemente, além de afirmar que (N) – tudo que existe é particular – a teoria metafísica dos nominalistas de Avestruz plenos deve ser caracterizada como defendendo que (Pl_v) , (Pl_r) , (Pl_1) , \dots , (Pl_n) – isto é, que algumas coisas são vermelhas, algumas redondas, algumas F_1 's, \dots , F_n 's.

Loux (2006, pp. 61-2) argumentou que o Realismo é mais parcimonioso do que o Nominalismo de Avestruz exatamente porque este incluiria vários primitivos, como ‘ser vermelho’, ‘ser redondo’ e assim por diante.²² Isso sugere, portanto, a conclusão de que o Nominalismo de Avestruz não é a melhor teoria. Mas, especificamente, deve-se observar que essa conclusão seria acerca do Nominalismo de Avestruz Pleno, pois, como vimos, o Puro não se vale de quaisquer primitivos exceto ‘ser particular’. A seguir, argumento que apesar de ter mais primitivos, o Nominalismo de Avestruz Pleno é melhor.²³

²¹ Este último ponto é controverso. Primeiro, porque há controvérsia sobre parcimônia quantitativa ser relevante. Por exemplo, Lewis (1973, p. 87) defendeu seu realismo modal alegando que não há qualquer vantagem sobre ser quantitativamente parcimonioso mas só qualitativamente. No entanto, Nolan (1997) mostrou casos em que parcimônia quantitativa parece ter sido relevante e bem sucedida ao se decidir entre teorias científicas; e Oliver (1996, p. 7) argumentou que a distinção entre parcimônias qualitativa e quantitativa é mal concebida e que somente parcimônia quantitativa é relevante. Segundo, o argumento é controverso pois se pode alegar que eu comparei números de entidades de tipos um pouco diferentes, isto é, particulares espessos e finos, enquanto parcimônia quantitativa é muitas vezes vista como relativa a entidades de um mesmo tipo. Porém, tanto Oliver (1996, p. 7) quanto Nolan (1997, p. 340, atentar para ‘not merely’ e ‘Not just’) parecem concluir que o número total de entidades também é importante. Além disso, como aponta Oliver, não é claro como se devem distinguir tipos de entidades e, assim, pode ser que particulares finos e espessos sejam próximos o bastante para os compararmos quanto ao número de entidades.

²² Loux argumenta contra o que diz ‘nominalismo austero’, definido como um nominalismo que só afirma a existência de particulares *concretos*. Nossa definição de Nominalismo de Avestruz é neutra quanto à aceitação ou não de entidades concretas e abstratas. Assim, o nominalismo austero de Loux é claramente, pelo menos, uma espécie de nominalismo de Avestruz. Loux argumenta também que o nominalismo austero é menos sistemático. No entanto, para isso, ele leva em consideração fatos de ordem superior, o que não nos importa em relação ao que deve ser dado no Problema dos Universais.

²³ Lewis (1983, p. 353) também parece sugerir críticas desse tipo ao Nominalismo de Avestruz. Após o ter defendido contra o Problema do Um em Muitos formulado por Armstrong, ele diz: “What’s true

Primeiro, deve-se observar que há vários critérios, várias virtudes epistêmicas, com que se podem comparar qual a melhor teoria. Por isso, ao comparar duas teorias, só se pode inferir pela ideologicamente mais parcimoniosa, no caso de ambas serem equivalentes quanto aos outros critérios, ou no caso de esse critério ser mais relevante do que outros critérios. Porém, nenhum desses dois casos são claros.

Segundo, pelo contrário, parece que o Nominalismo de Avestruz Pleno, apesar do maior número de primitivos, é melhor quanto a outros critérios e que esses outros critérios são mais relevantes. Dentre os critérios com que se podem comparar teorias, pode-se elencar a coerência, a compatibilidade, com outras teorias em que cremos. Agora, ao contrário das teorias tradicionais, a teoria dos nominalistas de avestruz plenos parece concordar melhor com as intuições comuns que temos sobre o mundo, isto é, com nossa teoria ordinária sobre a realidade. Tal qual costumamos crer, para os nominalistas de avestruz plenos, existem coisas que são vermelhas, redondas, racionais etc. Por outro lado, entidades como universais, parecem estar longes do nosso senso comum. Além disso, o mesmo parece se aplicar em relação às nossas teorias científicas. Isto é, os nominalistas de avestruz plenos são mais coerentes com nossas teorias científicas, pois admitem que existem coisas com carga elétrica negativa, massa m e assim por diante, tal qual se acredita na física, por exemplo. Assim, o Nominalismo de Avestruz Pleno parece ser melhor do que o realismo quanto a outros critérios para além da parcimônia. Portanto, além de não ser claro que se pode decidir contra a versão plena baseado apenas na parcimônia, parece que de fato não podemos fazer isso, dado que quanto ao critério de coerência com outras teorias, o Nominalismo de Avestruz Pleno é melhor. A questão agora seria qual critério deve pesar mais, economia ideológica ou coerência com o senso comum e teorias científicas. Eu não tenho uma resposta justificada a esse respeito. Mas quem compartilha da minha intuição de que a mera vantagem de primitivos não é motivo para acreditar em entidades estranhas, deve preferir o Nominalismo de Avestruz Pleno. Porém, obviamente isso é limitado. Lewis (1986, p. 3-5), por exemplo, acredita exatamente no oposto, ao argumentar que se deve acreditar em mundos possíveis porque isso provê economia quanto a primitivos.

Mas voltemos ainda à questão da parcimônia, pois até então assumi que as teses $(Pl_1), \dots, (Pl_n)$ acrescentam muitos primitivos na teoria dos nominalistas de avestruz plenos, enquanto outros filósofos pensam que, ainda assim, esse nominalismo é *em certo sentido* mais parcimonioso do que outras teorias. Melia (2005, pp. 67, 71-2), por exemplo, diz que seu ‘nominalismo sensato’ é parcimonioso ‘do ponto de vista metafísico’, embora

is that a theory may be faulted for its *overabundant* primitive predications, or for unduly mysterious ones, or for unduly complicated ones. These are not fatal faults, however.” (*grifo nosso*) Pickel e Mantegani (2012) argumentam algo similar a partir desses muitos primitivos. No entanto, por um lado, eles alegam que a questão não é sobre economia ideológica ou parcimônia quantitativa, mas sim sobre parcimônia quanto aos tipos de entidades (cf. *ibid.* p. 12); e, portanto, o que seria qualitativa. Mas, por outro lado, eles aceitam como tipos relevantes os das ‘coisas azuis’ e ‘coisas verdes’, ou mesmo das ‘coisas’ (cf. *ibid.* pp. 7, 16), o que não especificam tipos – cf. discussão sobre sortais na seção 4.3.

não na sua ‘ontologia em geral’; e o próprio Loux (2006, p. 62) concede um ponto similar a favor dos nominalistas de avestruz em sua crítica.

Entretanto, não é claro qual seria essa diferença entre espécies de parcimônia. A distinção entre as versões pura e plena do Nominalismo de Avestruz não foi feita na literatura. Uma vez que a traçamos aqui, e que não temos motivos para traçar duas espécies de explanação metafísica, consideramos todos os primitivos que aparecem nos fatos metafisicamente fundamentais de uma teoria ‘primitivos’ no mesmo sentido. Assim, ‘ser particular’, ‘ser universal’ e ‘instanciar’ são primitivos da teoria metafísica dos realistas, todos no mesmo sentido. E, pelo mesmo motivo, na teoria dos nominalistas de avestruz plenos, ‘ser particular’, ‘ser vermelho’, ‘ser redondo’, ‘ser F_1 ’, ... e ‘ser F_n ’ são todos primitivos no mesmo sentido. Assumimos, portanto, que ou bem se adota a versão pura e tem-se somente um primitivo ‘ser particular’ – caso que já consideramos –, ou adota-se a versão plena, caso em que todos os seus primitivos são primitivos no mesmo sentido.

Se, ao objetar – como Melia defende e Loux concede – que, em certo sentido, ‘ser particular’ é seu único primitivo, os nominalistas de avestruz estão apelando, na verdade, para o Nominalismo de Avestruz Puro, esses nominalistas de avestruz estão se privando da possibilidade de voltar a tomar como metafisicamente fundamentais os fatos em que particulares têm propriedades. Isto é, estão abandonando o Nominalismo de Avestruz Pleno. Todavia, vou argumentar que há, de fato, um sentido, embora não metafísico, em que os nominalistas de avestruz plenos são mais parcimoniosos, porém sem abandonar a versão plena e mantendo a distinção entre ambas as versões. Argumentarei também que esse sentido é relevante para se preferir o Nominalismo de Avestruz Pleno ao Realismo, bem como a outras teorias.

O sentido em que nominalistas de avestruz plenos são mais parcimoniosos do que o realismo e outras teorias é em relação às teorias totais da realidade. Isto é, quando pomos à prova não só sua metafísica, mas também sua física, sua biologia, sua matemática e assim por diante. Veja que, embora a versão plena deva recorrer a outros primitivos como de ‘ser vermelho’, ‘ser redondo’, ‘ter carga elétrica negativa’ ou quaisquer que sejam, eles recorrem a primitivos que já estão presentes no restante da nossa teoria total da realidade. Ou seja, se se tomarem as teorias totais dos nominalistas de avestruz plenos e dos realistas, por exemplo, assumindo que não haveria divergência quanto às outras partes das respectivas teorias totais – como física, biologia e matemática –, a teoria dos nominalistas de avestruz seria melhor, pois os realistas acrescentam mais primitivos do que os nominalistas de avestruz plenos, que só acrescentam ‘ser particular’ em (N) – tudo o que existe é particular. Uma vez que a noção de ‘semelhança’ do Nominalismo de Semelhanças é diferente da comum, também estes acrescentam mais primitivos. Da mesma forma, tropistas acrescentam mais primitivos, como ‘tropo’, ‘co-presença’ e ‘semelhança’. Agora, antes de ver o caso contra o Nominalismo de Classes, vejamos por que esse tipo

de parcimônia seria relevante comparando justamente com um argumento a favor do Nominalismo de Classes.

Essa parcimônia acerca da teoria total parece mais claramente relevante no seguinte caso a favor do Nominalismo de Classes em comparação com o Realismo. Suponha que na fundamentação da matemática temos que aceitar alguma teoria dos conjuntos da qual os nominalistas de classes possam compartilhar os primitivos. A favor do Nominalismo de Classes poder-se-ia então argumentar que, se pudermos fazer uso de ‘classes’, em vez de ‘universais’, então melhor, pois, a partir da teoria dos conjuntos, já admitiríamos classes e saberíamos como essas coisas são. Parece claro que este seria um motivo para se preferir o Nominalismo de Classes ao Realismo, fosse todo o resto igual.²⁴ Da mesma forma, pode-se argumentar que, se, de qualquer jeito, iremos admitir coisas vermelhas, redondas e com carga elétrica negativa, então melhor para o Nominalismo de Avestruz, pois já admitimos essas coisas em outras teorias, bem como sabemos como essas coisas são. Portanto, assim como no caso do Nominalismo de Classes, parece que esse seria um motivo para preferir o Nominalismo de Avestruz Pleno a outras teorias, se todo o resto for igual. Nesse sentido, devemos preferir o Nominalismo de Avestruz Pleno a outras teorias, pois, ainda que do ponto de vista metafísico ele admita mais primitivos, como ‘ser vermelho’, ‘ser redondo’ etc., ele é mais parcimonioso quando considerada sua teoria total da realidade.²⁵

À primeira vista, pode-se pensar que essa linha de argumento poder levar a um argumento a favor do Nominalismo de Classes em comparação ao Nominalismo de Avestruz Pleno. Pois se poderia querer argumentar que nominalistas de avestruz plenos irão, de qualquer forma, admitir classes em sua teoria final; e que, assim, pelo menos sua teoria metafísica poderia ser mais parcimoniosa, se fosse em termos de ‘classes’, e não de ‘ser vermelho’, ‘ser redondo’ etc. No entanto, deve-se notar que os nominalistas de classes admitem classes de antemão, já para lidar com fatos sobre indivíduos terem propriedades e, portanto, independentemente da fundamentação da matemática, por exemplo. Por sua vez, os nominalistas de avestruz plenos só aceitam primitivos, para além de ‘particular’, conforme as outras teorias os aceitem. Isto é, se classes não são necessárias na fundamentação da matemática, nem em qualquer outra parte, então nominalistas de avestruz plenos não têm porque tomá-las como primitivos seus; e todo primitivo que eles tomam para além de ‘particular’ são primitivos de outras teorias. Por exemplo, se ‘ser vermelho’ pode ser explanado pela física e pela biologia, então os nominalistas de avestruz não têm por que o tomar como fundamental, tanto quanto as outras teorias metafísicas não devem uma explanação para isso.

²⁴ Cp. e.g. *Armstrong (1989, Cap. 2, IX)* onde ele avalia mais ou menos neste sentido o Nominalismo de Classes em relação à teoria dos conjuntos.

²⁵ Assim, no nosso sentido, a situação parece ser inversa ao que atesta Melia. Isto é, não é que o Nominalismo de Avestruz é parcimonioso ‘do ponto de vista metafísico’ mas não do ponto de vista da sua ‘ontologia geral’, mas sim que ele é parcimonioso na sua teoria geral embora não na sua metafísica.

Finalmente, gostaria de chamar atenção para o fato de que os nominalismos de classes e de semelhanças mais promissores, como os de Lewis (1986) e de Rodriguez-Pereyra (2002), admitem mundos possíveis já para explicar fatos em que indivíduos têm propriedades, o que lhes faz tanto quantitativamente menos parcimoniosos quanto mais longe de nosso senso comum. Nesse caso, o Nominalismo de Avestruz Pleno mostra-se novamente melhor, pois não tem que admitir mundos possíveis para lidar com esses fatos.

2.4 Conclusão

No que concerne à nossa conclusão desse capítulo, é interessante argumentar ainda que: *mesmo que* alguém não aceite os meus argumentos a favor de que ambas as versões do Nominalismo de Avestruz são melhores, deve conceder, pelo menos que, se o Problema dos Universais é tal que retira esses nominalismos de avestruz do rol de candidatos, então mais convincente seria o argumento via IMT a favor de teorias realistas como solução a esse problema. O motivo é que, mesmo que esses nominalismos de avestruz não sejam melhores, pelo menos, não são claramente piores do que as teorias realistas. Dessa forma, um problema que exclui o Nominalismo de Avestruz se aproximaria mais do ideal do Problema do Um em Muitos, mereceria um destaque maior no debate sobre universais e, por isso, o chamaríamos “o Problema dos Universais”. Além disso, pode-se apelar para um argumento histórico de que: *mesmo que* os argumentos acima não sejam bons e que, ao invés, os nominalismos de avestruz sejam piores, aqueles filósofos que formularam o Problema do Um em Muitos na tradição não aceitariam as respostas dos nominalismos de avestruz como adequadas – especialmente, é bastante improvável que aceitariam algo que não uma explicação, contra a versão plena do Nominalismo de Avestruz. Assim, se pudermos formular um problema que faça isso justificadamente, esse problema mereceria ocupar o lugar do problema antigo, que só tinha a intenção de excluir esse tipo de resposta mas não o fazia justificadamente. Entretanto, os argumentos da seção anterior parecem-me convincentes.

Para nossos propósitos de formular o Problema dos Universais o resultado geral desse capítulo é que um problema é uma formulação adequada do Problema dos Universais somente se o Nominalismo de Avestruz não pode respondê-lo adequadamente. O argumento principal foi que, do contrário, o problema não poderia ocupar o lugar do Problema do Um em Muitos porque não poderia dar origem a um argumento via IMT a favor do Realismo – bem como de outras teorias relevantes para (CA1) –, pois o Nominalismo de Avestruz seria um candidato melhor. Mais precisamente, para poder dar origem a uma IMT, o tipo de relação que o Problema dos Universais deve especificar deve ser tal que exija uma explicação que o Nominalismo de Avestruz não pode oferecer, o que consequentemente retiraria esse nominalismo do rol de teorias candidatas. Mas, uma vez que distinguimos duas versões do Nominalismo de Avestruz, podemos especificar melhor

esse critério em relação a essas versões.

Assim, mais precisamente, o Problema dos Universais deve satisfazer os seguintes critérios de adequação:

- (CA3) o Problema dos Universais deve pedir por (exigir justificadamente) uma explicação daquilo que o Problema tem como dado (contra o Nominalismo de Avestruz Pleno); isto é, ele deve ser um problema explanatório metafísico.
- (CA4) o Problema dos Universais deve não aceitar como *explanans* somente a existência de um particular correspondente ao indivíduo (contra o Nominalismo de Avestruz Puro).

3 Críticas a outras propostas

Nos capítulos anteriores estabelecemos critérios que uma formulação adequada do Problema dos Universais deve satisfazer. No [Capítulo 1](#), vimos que, segundo o critério de adequação (CA1), o Problema deve ser um problema pré-teórico a partir do qual se pode argumentar a favor do Realismo via IMT e, segundo (CA2), deve ter como dado fatos mais mooreanos do que outros problemas que satisfazem (CA1). No [Capítulo 2](#), vimos que, segundo (CA3), o Problema deve pedir por uma explanação daquilo que o Problema tem como dado; e, segundo (CA4), o Problema não deve aceitar como *explanans* somente a existência de um particular.

Neste capítulo critico vários problemas que foram, ou poderiam ser, propostos como formulações do Problema dos Universais no sentido acima. Eu os considero como propostas de formulação do Problema dos Universais porque eles satisfazem (CA2) e parecem satisfazer (CA1). Eles satisfazem (CA2) porque seus *dados* são fatos das seguintes formas (Dn):

(D1) a é F (*e.g.* a é vermelho);

(D2) a é F e b é F (*e.g.* a é vermelho e b é vermelho);

(D3) a é F e a é G (*e.g.* a é vermelho e a é redondo);

(D4) a é F e b é F e b é G (*e.g.* a é vermelho e b é vermelho e b é redondo).

Uma formulação adequada do Problema dos Universais deve poder levantar o problema independentemente de considerações sobre a aceitação de fatos sobre entidades de ordem superior, números, causação, leis naturais ou, mesmo, indivíduos. Esses dados, no entanto, serão quase sempre considerados como sobre indivíduos. Isso, porque, para mostrar que um problema é uma formulação adequada do Problema dos Universais, temos que mostrar que o problema por si mesmo exclui o Nominalismo de Avestruz. Isto é, uma vez que o principal desafio foi colocado por uma posição que só admite fatos sobre indivíduos, boa parte da nossa argumentação contra as formulações propostas tentará mostrar que se se consideram fatos sobre indivíduos não se consegue excluir o Nominalismo de Avestruz. No entanto, haverá também ocasião em que consideraremos fatos sobre entidades de primeira ordem.

Eu critico as formulações propostas argumentando que ou elas não satisfazem (CA3) e (CA4) ou, se satisfazem, não satisfazem (CA1). Os motivos pelos quais essas propostas não satisfazem isso devem-se ao que elas *pedem*. Assim, as seções deste capítulo são organizadas segundo o que é pedido pelas diversas propostas em relação aos

dados acima. Na seção 3.1, considero problemas que pedem pelo *significado dos predicados* com que expressamos os fatos das formas acima. Na seção 3.2, considero problemas que pedem pelo *compromisso ontológico quantificacional* das sentenças das formas acima. Na seção 3.3, considero problemas que pedem pelos *fazedores-de-verdade* das proposições verdadeiras das formas acima e por aquilo *em virtude de que* os fatos das formas acima ocorrem. Na seção 3.4, considero os problemas que pedem por uma *análise conceitual* dos conceitos com que concebemos os fatos acima.

3.1 Significado de predicados

A primeira proposta que eu gostaria de considerar é de que o Problema dos Universais seria um problema que pede pelo significado de certos predicados. Perguntar-se-ia:

(PSP) qual o significado de “*F*”?

Por exemplo, qual o significado de “vermelho”? Todavia, não se deve presumir aqui qualquer concepção de ‘significado’, pois o que faremos a seguir é exatamente ponderar sobre quais relações semânticas, com quais tipos de entidades, poderiam ser relevantes para esse problema enquanto uma formulação do Problema dos Universais.

Mas, antes de prosseguir, temos que resolver uma dificuldade inicial para entender apropriadamente o problema. Pois, por um lado, vimos que o Problema dos Universais deveria poder ser sobre coisas de quaisquer domínios, mas, por outro lado, predicados são entidades de um domínio específico, da linguagem. Dessa forma, (PSP) já não poderia ser uma formulação adequada do Problema dos Universais.

Veremos que outras propostas também sofrem de problemas similares. Nomeadamente, os pedidos por compromisso ontológico quantificacional, por análise conceitual e por fazedores-de-verdade são todos relativos a dados linguísticos ou mentais, a saber, sobre teorias, crenças, sentenças, asserções, conceitos ou proposições.¹ Mas não por isso teremos que descartar essas propostas e, no caso presente, não temos que descartar a formulação do Problema dos Universais como pedindo por significado de predicados. O que temos de fazer, e o que faremos em relação às outras, é entendê-lo relativo a fatos das formas (*D_n*).

No caso do pedido pelo significado dos predicados, podemos formulá-lo relativo a fatos quaisquer do seguinte modo:

(PSP*) qual o significado dos predicados com que *expressaríamos* o fato de que (*D_n*)?

¹ De modo similar, Rodriguez-Pereyra (2000, p. 260), por exemplo, alega que o Problema dos Universais não poderia pedir por uma análise conceitual, porque, como um problema ontológico, seria sobre o que existe e não sobre os conceitos que utilizamos para falar do que existe.

Assim, ainda que o pedido pelo significado seja sempre relativo a algo linguístico, o que se pede nesse problema é, em sentido relevante, relativo a fatos quaisquer, e não necessariamente sobre entidades linguísticas ou mentais. O sentido em que ele é relativo a esses fatos é relevante porque o problema não depende de que se tenha linguagem. Ou seja, diferente do caso anterior, a pergunta se mantém desde que haja fatos das formas (Dn), e ainda que não existam predicados. Por exemplo, pode-se perguntar qual o significado dos predicados com que expressaríamos fatos da forma (D1), de que *a* é vermelho, ou de que Sócrates é racional. Da mesma forma, pode-se perguntar qual o significado dos predicados com que expressaríamos fatos da forma (D2), (D3) e (D4). A ideia subjacente é que a questão sobre o significado de predicados com que expressaríamos tais fatos nos revele algo sobre a realidade, sobre como esses fatos são. A resposta realista, nesse caso, seria de que existe um universal, vermelhidão, a que “vermelho” se *refere*, no mesmo sentido em que o termo singular “Sócrates” refere-se ao particular Sócrates.

Mas uma resposta ao problema (PSP*) é obrigatória? É evidente que em português “vermelho”, por exemplo, quer dizer algo – ao contrário de “abcde”. Assim, parece que a questão sobre qual o significado dos predicados com que expressaríamos os fatos (D1), como de que *a* é vermelho, por exemplo, também deveria ter uma resposta, pois qualquer predicado que utilizássemos deveria ter algum significado em português. O mesmo deveria ser o caso relativamente a quaisquer fatos das formas (Dn).

No entanto, por que uma resposta a (PSP*) deveria falar sobre o que existe objetivamente? Isto é, por que o significado dos predicados com que expressaríamos (Dn) deveriam estar na realidade? Responder isso é relevante, pois se não se tem um motivo, é melhor não fazer isso, deixando nossa ontologia mais econômica. Contra realistas, nominalistas de avestruz poderiam dizer que os significados de predicados são coisas mentais, por exemplo.

A justificativa para se responder (PSP*) em termos de coisas que existem seria de que, uma vez que se admitiu, por exemplo, que *a* é vermelho independentemente de nossas mentes e linguagem, o significado de “vermelho” não poderia ser apenas algo meramente linguístico ou mental. Isto é, exatamente porque perguntamos pelo significado de predicados com que expressaríamos fatos, parece que parte do significado deveria corresponder a algo na realidade. Assim, caso os nominalistas de avestruz afirmassem que os significados dos predicados são somente mentais, estariam negando que *a* tem propriedades, isto é, que *a* é realmente, na realidade, vermelho. Isso é exatamente o que fazem algumas versões dos nominalismos de predicados e de conceitos – que vimos na seção 2.2. Mas, como vimos, pré-teoricamente os nominalistas de avestruz admitem propriedades, no nosso sentido de propriedade. Portanto, eles deveriam responder (PSP*) em termos de coisas existentes. Mas como então eles poderiam fazer isso?

Antes de prosseguir, gostaria de notar que, assim entendido, talvez se possa encontrar essa proposta de formulação do Problema dos Universais na observação de Armstrong de que Quine não levaria predicados com seriedade ontológica. Armstrong (1980) diz que: “em um enunciado da forma ‘*Fa*’, ele [Quine] considera que o predicado ‘*F*’ não precisa ser tomado com seriedade ontológica. [...] O predicado é informativo, ele faz uma contribuição vital ao nos dizer o que é o caso, o mundo é diferente se ele é diferente, mas apesar disso, ontologicamente, ele não nos compromete.”² Assim, muito embora o próprio Armstrong (1978a, e.g. pp. xiii-xiv, 65) se declare veementemente contra versões do Problema do Um em Muitos que pedem pelo significado de predicados, ele parece sugerir que algo na realidade deva corresponder a predicados.³ Fazemos isso aqui ao questionar pelo significado dos predicados com que expressaríamos certos fatos da realidade. Mas, nesse caso, não importa a questão em sua generalidade, e sim somente tanto quanto nos obriga uma resposta em termos de coisas existentes independentemente de mente e linguagem.

Predicados referem?

É claro que nominalistas de avestruz não poderiam responder que “vermelho” também se refere ao particular *a*, tal qual “*a*” se refere a *a*. O argumento a favor disso é que eles não poderiam responder (PSP*) dessa forma quando esse problema é articulado a fatos de um em muitos, da forma (D2), ou da forma (D4). Por exemplo, pergunta-se qual o significado dos predicados com que expressaríamos os fatos de que *a* é vermelho e *b* é vermelho? Nominalistas de avestruz também não poderiam responder que “vermelho” ora refere-se a *a*, ora a *b*, pois supomos que em fatos desse tipo as entidades diferentes compartilham uma *mesma* propriedade e, portanto, que se diz que *a* e *b* são *vermelhos* no mesmo sentido. Assim, “vermelho” tem que ter o mesmo significado na expressão de ambos os fatos. Agora, uma vez que *a* e *b* são diferentes, ou bem nominalistas de avestruz diriam que “vermelho” se refere a *a* ou a *b*. Mas se se referisse a *a*, a sentença “*b* é vermelho” quereria dizer que “*b* é *a*”, o que é absurdo. Algo similar ocorreria em relação à suposição alternativa – de que “vermelho” refere-se a *b* em relação à sentença “*a* é vermelho”. Dessa forma, pareceria que nominalistas de avestruz não têm saída. O mesmo se dá em relação a fatos da forma (D4), porque inclui fatos da forma (D2). Neste ponto, realistas alegariam que “vermelho” tem que se referir a algo diferente de *a* e de *b*, para eles, o universal vermelhidão. (Note-se que fatos da forma (D3) não levantam o problema aqui.) Portanto, nominalistas de avestruz puros não poderiam responder (PSP*) somente em termos de ‘referir-se’.

² No original: “In a statement of the form ‘*Fa*’, he holds, the predicate ‘*F*’ need not be taken with ontological seriousness. Quine gives the predicate what has been said to be the privilege of the harlot: power without responsibility. The predicate is informative, it makes a vital contribution to telling us what is the case, the world is different if it is different, yet ontologically it is supposed not to commit us. Nice work: if you can get it.” (BEEBEE; DODD, 2007, p. 163).

³ Cf. tb. Armstrong (1978a, p. 16), citado na página 18.

Predicados descrevem

Mas, em vez de postular algo diferente de **a** e **b** a que “vermelho” se *refere*, para responder (PSP*), nominalistas de avestruz costumaram postular uma outra relação semântica que nossa linguagem teria com a realidade. Especificamente, em vez de afirmar que “vermelho” se refere a algo, nominalistas de avestruz afirmam que “vermelho” *descreve* algo. Diferente de ‘referir’, um mesmo termo pode, no mesmo sentido, descrever entidades diferentes. Assim, nominalistas de avestruz afirmam que “vermelho” descreve os particulares **a** e **b**.⁴ Dessa forma, eles não admitem universais, nem quaisquer outras coisas para além dos particulares e, ainda assim, oferecem uma semântica para predicados.

Contra essa resposta dos nominalistas de avestruz, Mellor e Oliver (1997, p. 15) objetam que tal qual se poderia admitir somente a existência de particulares, poder-se-ia admitir somente a existência de universais. A ideia seria tomar, em vez da noção de ‘descrição’, a noção de ‘cair sob’ – ao lado da noção de ‘referir’. Assim, “**a** é vermelho” seria verdadeiro se, e somente se, existe um universal vermelhidão, “vermelho” refere-se a vermelhidão e “**a**” *cai sob* vermelhidão.

Porém, essa objeção não ajuda o problema (PSP*) como formulação do Problema dos Universais. A objeção de Mellor e Oliver seria de que os nominalistas de avestruz deveriam argumentar que sua teoria semântica é melhor do que a que só postula universais e a relação de ‘cair sob’. Porém, primeiro, isso só traz a discussão de volta às virtudes epistêmicas das teorias metafísicas, no que, como vimos, as teorias dos nominalistas de avestruz tenderiam a ser melhores, ou pelo menos não claramente piores. Em vez disso, o que nos importaria mostrar agora, em uma formulação do Problema dos Universais, seria que a explanação dos nominalistas de avestruz puro e pleno seriam inadequadas, e não que não são melhores.⁵

A segunda resposta é que admitir somente universais tampouco favoreceria o realismo, entendido como a posição que defende que existem *ambos* universais e particulares. Pois a teoria semântica então apresentada postularia somente a existência de universais. Nesse caso, podemos conceber uma posição que só admite a existência de universais e nada mais, o Universalismo de Avestruz. Essa posição seria uma espécie de Avestruzismo, mas que, em vez de nominalista, é universalista. O *Universalismo* afirma que (U) tudo o que existe é universal.⁶ O Universalismo de Avestruz é um universalismo que – de modo similar ao Nominalismo de Avestruz, cf. página 45 – também defende (A1-a), (A1-r) e uma adaptação óbvia de (A2); a saber, o *Universalismo de Avestruz* é o universalismo

⁴ Essa, ou algo similar, é uma resposta comum dos nominalistas de avestruz, cf. e.g. Quine (1948, esp. p. 10 *naming/being true of*) Devitt (1980) in Devitt (2010, pp. 16-7, *designation/application*) e Melia (2005, p. 67-9, *denote/describe*).

⁵ Ao argumentar que o Problema do Um em Muitos é um pseudo problema, Devitt (2010, p. 23-4) tem uma resposta semelhante contra essa objeção de Mellor e Oliver.

⁶ Cf. Armstrong (1978a, p. 12).

que *admite* pré-teoricamente que indivíduos têm propriedades; *reconhece* que indivíduos têm propriedades; e (A2*) não postula relações especiais entre *universais*.

A ideia geral é de que, assim como há vários tipos de Nominalismos, há de Universalismos. O mais conhecido é a assim chamada teoria de feixes, segundo a qual existem somente universais, e indivíduos são nada mais que feixes de universais. A teoria de feixes, portanto, para além de (U), afirma que há certa relação entre universais: alguns universais são co-presentes uns aos outros, constituindo feixes de universais. Dessa forma, a teoria de feixes está para o Universalismo assim com os nominalismos de classes e de semelhanças estão para o Nominalismo. Isto é, em ambos os casos, fatos sobre indivíduos tendo propriedades são explanados recorrendo-se a certas relações especiais entre as entidades da única categoria assumida. Agora, assim como o Nominalismo de Avestruz Pleno está para o Nominalismo, o Universalismo de Avestruz *Pleno* está para o Universalismo. Em ambos os casos, fatos sobre indivíduos terem propriedades, como de que *a* é vermelho, não são explanados. A diferença é que para os nominalistas de avestruz plenos existe o particular *a* e o fato de que *a* é vermelho é fundamental, enquanto que para os universalistas de avestruz plenos existe o universal vermelhidão e o fato de que vermelhidão está em *a* é que é fundamental. Uma analogia similar pode esclarecer a ideia de um universalismo de avestruz *puro*.

O que a possibilidade do Universalismo de Avestruz atesta é que mesmo que a resposta semântica oferecida por Mellor e Oliver (1997) seja adequada e a dos nominalistas de avestruz inadequada, ainda assim não se tem uma formulação do Problema dos Universais. O motivo é que o Universalismo de Avestruz responderia o problema sem explicar os fatos sobre os quais o problema seria e, portanto, o problema não poderia dar origem a um IMT-Exp a favor do Realismo entendido como postulando ambos: particulares e universais.

Predicados co-extensionais

No entanto, penso que se pode colocar limites à resposta dos nominalistas de avestruz em termos de ‘descrição’. Nominalistas de Avestruz têm dificuldades para responder o problema do significado de predicados quando esses predicados são co-extensionais, o que alegadamente seriam alguns dos fatos das formas (D2) e (D4).

Dois predicados “*F*” e “*G*”, são *co-extensionais* no caso em que, para todo particular *x*, “*x* é *F*” é verdadeiro se, e somente se, “*x* é *G*” é verdadeiro. Na semântica para predicados oferecida pelos nominalistas de avestruz, uma vez que “*F*” e “*G*” sejam co-extensionais, eles descrevem os mesmo particulares e, portanto, deveriam significar o mesmo. Porém, parece que poderia haver casos de predicados co-extensionais mas, intuitivamente, com significados diferentes. O exemplo clássico é o dos predicados “ter rim” e “ter coração”, os quais supostamente seriam co-extensionais, mas claramente querem

dizer coisas diferentes.

Nominalistas de avestruz podem explorar duas saídas complementares aqui. A primeira seria alegar que predicados co-extensionais não são simples, que se pode analisá-los. No caso de “ter rim” e “ter coração” defender-se-ia que “rim” descreve uma parte das coisas que têm rim diferente da parte que “coração” descreve. A dificuldade aqui seria que nominalistas de avestruz têm que defender *a priori* que em relação a todos os predicados aparentemente co-extensionais uma tal análise é sempre possível, enquanto, por outro lado, tais análises são empíricas.

Uma segunda saída é alegar que predicados co-extensionais seriam intuitivamente diferentes por quaisquer coisas devidas às nossas mentes ou linguagem, e não à realidade. Isto é, que quando efetivamente acontece de dois predicados serem co-extensionais mas terem significados intuitivamente diferentes, tal diferença não se deve a algo na realidade, mas sim ao modo como representamos (linguístico ou mentalmente) os mesmos particulares e, por isso, não nos compromete ontologicamente com entidades diferentes. A dificuldade aqui seria que “ter rim” e “ter coração”, por exemplo, parecem implicar qualquer diferença na realidade. Porém, nominalistas de avestruz poderiam responder que no caso de “ter rim” e “ter coração” nos seria intuitivo que essa diferença está na realidade exatamente porque nós podemos analisar esses predicados – como vimos acima.

As duas saídas se complementarizam então da seguinte forma. Nominalistas de avestruz poderiam alegar que, no caso de predicados que, no fim das contas, resistissem às nossas análises empíricas, a única diferença que poderia restar não corresponderia a coisas na realidade.

O problema (PSP*) articulado a predicados co-extensionais coloca em causa se a noção de ‘descrever’ consegue dar conta de todo o significado que predicados devem ter para poder expressar fatos da realidade. As duas saídas que exploramos não me parecem satisfatórias porque dependem de que o mundo atual seja tal que não haja duas propriedades diferentes mas co-extensionais, o que não é uma tese que se possa defender *a priori*. Porém, nominalistas de avestruz podem explorar uma outra resposta.

Resposta trivial

Como vimos, nominalistas de avestruz plenos tomam como fundamentais fatos sobre coisas serem vermelhas, terem rins, terem corações e assim por diante. Assim, eles podem oferecer uma resposta baseada nesses fatos. No caso de “ter rim”, por exemplo, eles diriam que: “a tem rim” é verdadeiro porque existe um particular, a, “a” refere-se a a, “ter rim” descreve a, e a tem rim. Ou, de modo mais intuitivo, nominalistas de avestruz plenos podem responder que “a tem rim” quer dizer que a tem rim. Isso resolve o problema pois, agora, “a tem rim” é verdadeiro não somente porque “a” refere-se a a e “ter rim” descreve a, mas também porque a tem rim. No caso de “ter coração”, o fato de que a tem

rim não é relevante para “a tem coração” ser verdadeiro. Em vez disso, “a tem coração” é verdadeiro porque a tem coração.

Esse movimento é claramente permitido para nominalistas de avestruz plenos, os quais tomam como fundamentais fatos sobre coisas serem vermelhas, terem rins etc. Agora, também os nominalistas de avestruz puros podem se valer dessa resposta. Isso porque, embora não os tomem como fundamentais, nominalistas de avestruz puros reconhecem fatos sobre coisas serem vermelhas, terem rins etc. A única diferença em relação a nominalistas de avestruz plenos, é que os puros, além de reconhecerem esses fatos, os explanam. Mas, se não há qualquer motivo pelo qual se deveria responder (PSP*) exclusivamente a partir de fatos metafisicamente fundamentais – e eu não vejo qualquer um –, então essa diferença é irrelevante e, portanto, nominalistas de avestruz puros podem responder (PSP*) da mesma forma que os plenos.

Pode-se objetar aqui que tal resposta não seria sistemática. Nesse caso, nominalistas de avestruz podem aceitar a crítica, mas alegar que sua metafísica tem as virtudes epistêmicas que vimos na seção 2.3. Alternativamente, eles podem também oferecer uma teoria sistemática que quantifica sobre conjuntos e possibilita, por exemplo, mas somente a título de semântica, negando que há qualquer implicação metafísica aí.⁷

Regresso

A conclusão dos argumentos anteriores é de que, apesar de ser uma pergunta legítima, a pergunta (PSP*) sobre o significado dos predicados com que expressamos certos fatos não desafia o Nominalismo de Avestruz Pleno nem o Puro e, portanto, não satisfaz (CA3) nem (CA4). No entanto, vamos assumir agora que as respostas acima não são adequadas. Veremos que dois regressos se seguem de tal modo que não há respostas adequadas. Mais precisamente, da suposição de que predicados devem sempre referir, mostrarei que a resposta dos realistas não é adequada porque cai nesses regressos. (Mas regressos similares também podem ser obtidos em relação a outras teorias, como os nominalismos de classes e de semelhanças.) E veremos também que ambos os regressos podem ser parados se se aceitam respostas em termos da noção de ‘descrever’, ou respostas triviais como de que “a é vermelho” é verdadeiro porque a é vermelho.

Especificamente, pode-se explorar um regresso similar ao de Bradley, segundo o qual não haveria uma ‘unidade’, e um regresso que apela ao paradoxo de Russell, segundo o qual estaríamos comprometidos com uma hierarquia infinita de universais, sob pena de cair no paradoxo. Para ambos os regressos, assume-se que respostas a (PSP*) são obrigatórias e que a única relação semântica que realistas aceitam é *referir* e se mostra que respostas a (PSP*) levam a um regresso vicioso.

⁷ Isso é sugerido por Melia (2005, p. 70).

Para o primeiro regresso, perguntar-se-ia ao realista qual o significado de “vermelho” – no sentido de (PSP*). A resposta seria de que “vermelho” refere-se ao universal vermelhidão. Mas neste caso, em “a é vermelho” ter-se-ia somente uma lista: a, vermelhidão. Para ver que isso é diferente do fato de que a é vermelho, note-se que poderia ser o caso que a e vermelhidão existissem mas que não fosse um fato que a é vermelho. Realistas então poderiam dizer que a instancia vermelhidão. Mas agora, pergunta-se qual o significado de “instanciar” na sentença com que expressamos que a instancia vermelhidão. A resposta teria de ser que instanciar refere-se a algo, digamos, Instanciação. Mas, de modo similar, em “a instancia vermelhidão” ter-se-ia somente uma lista: a, Instanciação, vermelhidão. Para se ter a expressão de um fato, realistas teriam que dizer algo como a e vermelhidão instanciam Instanciação. Mas, novamente, poder-se-ia perguntar qual o significado de “instanciar” em “a e vermelhidão instanciam Instanciação”. Realistas poderiam dizer que “instanciar” refere-se ou a Instanciação ou a um novo universal, Instanciação*. Em ambos os casos, a dificuldade é a mesma, tem-se somente uma lista de entidades, mas nenhum fato. Portanto, tem-se um regresso. Esse regresso não é vicioso por multiplicar entidades, pois podemos tomar sempre Instanciação como referência de “instanciar” – em vez de sempre uma nova Instanciação*, Instanciação** etc. O regresso é vicioso pois, se toda e qualquer contribuição semântica que um predicado pode oferecer é referindo algo, uma sentença nunca expressaria um fato.

Apelar para uma relação diferente da de ‘referir’ é uma solução para parar esse regresso. Bastaria aos realistas dizer que, em “a instancia vermelhidão”, “instanciar” *descreve* algo sobre a e vermelhidão. Da mesma forma, pararia o regresso responder trivialmente que “a instancia vermelhidão” é verdadeiro porque a instancia vermelhidão. E essas são exatamente as alternativas que exploramos a favor dos nominalismos de avestruz.

O outro regresso que se pode explorar é o seguinte. Pergunta-se qual o significado do predicado com que realistas expressariam o fato de que existe um universal, vermelhidão, isto é, qual o significado de “um universal” em “vermelhidão é um universal”. Se a única relação semântica que um predicado pode ter com a realidade é referência, a resposta realista deveria ser que “um universal” refere-se a um universal, Universalidade. Mas, nesse caso, é verdade que “Universalidade é um universal”. Pergunta-se então qual o significado de “universal” nesta sentença. Agora, haveria duas respostas possíveis, primeiro, de que “universal” neste contexto refere-se novamente a Universalidade; segundo, de que “universal” refere-se a um universal diferente, Universalidade*. Mas no primeiro caso ter-se-ia o paradoxo de Russell pelo seguinte motivo. Do mesmo modo que perguntamos qual o significado de “universal”, podemos perguntar qual o significado de “particular”, ao que realistas responderiam que esse predicado refere-se ao universal Particularidade. Nesse caso, “Particularidade é um universal” é verdadeiro. Perguntamos então qual o significado de “um universal”. Realistas responderiam que se refere a Universalidade. Neste caso, Particularidade instancia Universalidade mas não instancia Particularidade. Logo,

Particularidade é um universal que não é instanciado por si mesmo. Pergunta-se agora qual o significado do predicado “é um universal que não é instanciado por si mesmo”. A resposta seria de que esse predicado refere-se ao Universal-dos-universais-que-não-são-instanciados-por-si-mesmos. Mas esse seria exatamente o universal R , que nos levaria ao paradoxo de Russell, de que: R instancia R se, e somente se, “ R é um universal que não é instanciado por si mesmo” é verdadeiro. Dessa forma, só resta aos realistas o segundo caso, em que se afirma a existência de um universal diferente, Universalidade*. Mas, nesse caso, ter-se-ia um regresso vicioso ao se perguntar pelo significado de “universal” quando atribuído ao Universalidade...* pois sempre se teria que postular um novo universal Universalidade...** a que “universal” se refere. Isto é, cada Universalidade...* deve instanciar um Universalidade...** diferente.

Novamente, apelar para uma relação diferente de *referir* é uma solução para parar o regresso. Bastaria aos realistas afirmarem que “universal” não se refere a algo, mas sim descreve algo, nomeadamente, descreve o universal vermelhidão. De modo similar, pararia o regresso responder que “vermelhidão é um universal” é verdadeiro porque vermelhidão é um universal.

De modo geral, uma vez que o Problema dos Universais é um problema para o qual realistas, mas não os nominalistas de avestruz, podem oferecer uma solução, então (PSP*) deveria poder ser levantado em relação a fatos como de que a é vermelho, mas não sobre o fato de que a instancia vermelhidão. Porém, a simples pergunta relativa a predicados não distingue “vermelho” de “instanciar”, ou de “universal”. Dessa forma, ou bem a resposta dos nominalismos de avestruz a (PSP*) é adequada, ou a dos realistas também não é. Ou seja, se (PSP*) satisfaz os critérios (CA3) e (CA4), não satisfaz o critério (CA1).

3.2 Critério quantificacional de compromisso ontológico

A proposta agora seria de que o Problema dos Universais pediria pelo compromisso ontológico segundo o critério quantificacional. *Grosso modo*, o critério quantificacional de compromisso ontológico diz que:

(CQ) *algo* está comprometido ontologicamente com a existência daquelas coisas sobre as quais quantifica.

Assim, o problema proposto pediria pelo compromisso ontológico segundo (CQ) em relação a algo.

Se há uma formulação do Problema dos Universais a partir de (CQ), a ideia seria de que perguntar pelo compromisso ontológico (CQ) dos fatos das formas (Dn) mostraria que as teorias dos nominalistas de avestruz são inadequadas. No entanto, e novamente para entender apropriadamente o problema, temos que resolver uma primeira dificuldade.

Por um lado, o Problema dos Universais deve ser relativo a coisas de quaisquer domínios, a fatos ubíquos. Mas, por outro lado, o critério quantificacional de compromisso ontológico aplica-se a itens linguísticos ou mentais, como sentenças, crenças, asserções, proposições ou teorias (a incluir regras de inferência, para além de um conjunto de sentenças, crenças, asserções ou proposições). Portanto, não poderíamos simplesmente substituir os fatos (Dn) por “algo” no critério acima.

Mas, assim como em relação ao pedido pelo significado de predicados na seção anterior, podemos relativizar o pedido pelo compromisso ontológico quantificacional a fatos quaisquer falando daquilo com que expressaríamos tais fatos. Assim, e assumindo que o critério quantificacional se aplica a sentenças, o problema seria:

(PCQ) qual o compromisso ontológico quantificacional das sentenças com que expressaríamos os fatos (Dn)?

Mas por que nominalistas de avestruz seriam obrigados a responder um tal problema? A resposta aqui é simples: a metafísica deve responder “o que existe?” e o critério quantificacional simplesmente diz que algo compromete-se com a existência daquilo que afirma existir. Assim, nominalistas de avestruz devem uma resposta a (PCQ). E, com efeito, já vimos como eles pretendem responder isso: nominalistas de avestruz puros dizem que existem particulares; e nominalistas de avestruz plenos dizem que existem particulares vermelhos, redondos, racionais etc.

Uma segunda dificuldade é que, por um lado, o critério quantificacional diria que uma sentença está comprometida com a existência daquelas entidades sobre as quais quantifica existencialmente, mas, por outro lado, naturalmente expressaríamos os fatos (Dn) sem qualquer quantificador existencial. Por exemplo, “a é vermelho” não nos comprometeria ontologicamente com qualquer coisa porque não há qualquer quantificador existencial aí. De modo geral, o critério ontológico quantificacional não levantaria qualquer problema se articulado diretamente às sentenças com que expressaríamos fatos (Dn). Como então se poderia formular um problema contra os nominalismos de avestruz?

O critério quantificacional tem sido utilizado frequentemente junto à regra de generalização existencial sobre indivíduos. Dessa forma, por essa generalização existencial, “a é vermelho” implica que “existe x tal que x é vermelho” e, pelo (CQ), tem-se que tanto esta sentença quanto a primeira sentença estariam comprometidas com a existência de coisas vermelhas. Quine (1948), por exemplo, frente à suposição de que nomes nos comprometeriam ontologicamente com algo, propõe que nomes sejam transformados em descrições e então eliminados em favor de quantificações existenciais ligando variáveis a posições de termos singulares – a exemplo da análise de descrições definidas de Russell. Mas uma razão independente a favor de associar (CQ) à generalização existencial sobre

indivíduos é simplesmente que esse tipo de inferência é uma inferência lógica e, por isso, ontologicamente inocente.

Em todo caso, o problema (PCQ) associado à generalização existencial sobre indivíduos não é algo que nominalistas de avestruzes não possam responder. Pelo contrário, nominalistas de avestruz afirmam exatamente a existência de indivíduos, isto é, coisas de ordem zero. Para formular um problema contra os nominalismos de avestruz – e, só assim, formular um Problema dos Universais – a partir de sentenças das formas “ (Dn) ”, dever-se-iam poder inferir sentenças em que quantificadores existenciais quantificam sobre propriedades.

Quantificação sobre propriedades?

Uma objeção que se poderia fazer nesse caso é: por que não associar o critério quantificacional a uma lógica em que, a partir de “ a é F ”, pode-se inferir “existe uma propriedade F tal que a é F ”, em vez de “existe (um indivíduo) x tal que x é F ”? Isto é, por que não generalizar existencialmente em relação a propriedades, em vez de generalizar em relação a indivíduos? Se fosse esse o caso, parece que teríamos uma proposta de formulação do Problema dos Universais para a qual nenhum dos nominalismos de avestruz poderia oferecer resposta. Mas a esta objeção está associada a objeção de Mellor e Oliver (1997, pp. 14-5) que vimos na seção anterior. E, do mesmo modo que anteriormente, pode-se nesse caso adotar um universalismo de avestruz, o que não favoreceria o Realismo, entendido como postulando ambos, particulares e universais.

Uma outra questão é por que não uma lógica em que a partir de “ a é F ”, pode-se inferir *ambos* “existe um indivíduo x , x é F ” e “existe uma propriedade F tal que a é F ”? Neste caso, sim, parece que os realistas seriam favorecidos. A favor de tal lógica pode-se argumentar que ela reflete melhor as inferências que normalmente fazemos na linguagem natural. Por exemplo, parece-nos raciocínios logicamente válidos que, se Sócrates é racional, então ambos: existe algo que é racional e existe uma propriedade que Sócrates tem.

Contra uma formulação do Problema dos Universais que siga essa linha, dois caminhos podem ser explorados: pode-se argumentar contra a adoção de uma tal lógica; ou pode-se, como no caso anterior, assumir essa lógica mas argumentar que ainda assim realistas não seriam favorecidos.

O primeiro caminho parece ter sido explorado por Quine. Com efeito, para ele, o segundo caminho não estaria disponível pois a visão dele é de que para generalizar existencialmente ligando o quantificador existencial a “ F ”, em “ a é F ”, deve-se tomar “ F ” como quantificando sobre certas entidades, e que essas entidades seriam diferentes de indivíduos – especificamente, para ele, conjuntos –, caso em que de fato os realistas poderiam ser favorecidos. Portanto, para Quine, só restaria o primeiro caminho, onde se nega que tal

tipo de generalização deva ser considerada uma inferência válida. Nessa direção, pode-se argumentar que no dia-a-dia não estamos preocupados com questões ontológicas; e que, portanto, as inferências envolvendo esse predicado na linguagem natural não devem sempre ser tomadas como reveladoras das inferências logicamente válidas acerca do predicado existencial relevante para nossas teorias. Quine (1948, p. 10) parece seguir essa linha ao considerar que só estamos dispostos a inferir “existe uma propriedade F tal que a é F ” como uma maneira popular de falar. E, nesse caso, não se teria por que adotar tal lógica em nossas teorias.

Mas além desse primeiro caminho, pode-se explorar ainda o segundo, pois a questão sobre quantificação de segunda-ordem comprometer ou não com entidades de um tipo diferente é controversa. Boolos (1984), por exemplo, tem um argumento a favor de que a lógica de segunda-ordem monádica não nos compromete com a existência de qualquer coisa para além de particulares. O argumento seria de que se pode interpretar quantificações sobre predicados monádicos como quantificações plurais, como em “existem alguns indivíduos que ...”, a qual, por sua vez, não nos comprometeria com nada para além de particulares.

Porém, ainda assim, contra os nominalismos de avestruz podem-se tomar fatos das formas (Dn) envolvendo relações, casos em que seria natural utilizar predicados poliádicos. Uma saída que nominalistas de avestruz poderiam explorar aqui seria não admitir fatos desse tipo, argumentando que fatos envolvendo relações podem ser explanados em termos de fatos envolvendo propriedades monádicas, as quais por sua vez podem ser interpretadas como propõe Boolos. No entanto, isso é controverso, e há algo mais que podemos argumentar a favor do Nominalismo de Avestruz.

Rayo e Yablo (2001) também argumentaram que quantificações de segunda-ordem não nos comprometem com nada para além de indivíduos. Seu argumento é de que essas quantificações podem ser interpretadas com quantificações efetivamente não-nominais, as quais, por sua vez, não seriam ontologicamente comprometedoras.

Tomando quantificadores não-nominais da língua portuguesa, o argumento a favor do nominalismo de avestruz seria o seguinte. Quantificações nominais são aquelas em que o quantificador se liga a algo na posição de um nome. Por exemplo, em “existe uma propriedade que a e b compartilham”, “existe uma propriedade que” só pode ser substituído por um nome: “vermelhidão”, “redondeza”; o que resultaria nas sentenças gramaticalmente corretas: “ a e b compartilham vermelhidão” e “ a e b compartilham redondeza”. Ao quantificar nominalmente sobre propriedades, nominalistas de avestruz teriam de fato que conceder a existência de algo para além de particulares – como pensou Quine. No entanto, eles podem argumentar que as inferências que intuitivamente achamos válidas na linguagem natural podem ser feitas utilizando quantificadores não-nominais, os quais alegadamente não nos comprometeriam com tais entidades. Isto é, em vez de derivar uma

sentença que introduziria o quantificador nominal “existe uma propriedade que”, o mais apropriado, diriam os nominalistas, seria derivar uma sentença em que é introduzido o quantificador não-nominal “existe algo”, como em “existe algo que a e b são”. Esse quantificador não é nominal porque não é gramaticalmente correto substituir “existe algo que” por nomes como “vermelhidão” ou “redondeza” – caso em que teríamos *e.g.* “a e b são vermelhidão” –, mas sim por termos predicativos como “vermelhos” ou “redondos” – caso em que teríamos *e.g.* “a e b são vermelhos”.⁸ Dessa forma, argumentam os nominalistas de avestruz, podem-se aceitar as inferências intuitivamente válidas sem que se tenha que aceitar quaisquer coisas para além de particulares.⁹

Essas questões, no entanto, são bastante controversas.¹⁰ Assim, talvez não se deva pensar até aqui em um argumento conclusivo contra a formulação do Problema dos Universais a partir do critério quantificacional de compromisso ontológico. No entanto, deve-se conceder, pelo menos até aqui, que é bastante obscuro como se poderia formular o Problema dos Universais dessa forma.

Regresso

Entretanto, parece-me haver mais um argumento a favor de que (PCQ) não é uma formulação adequada do Problema dos Universais. É que, novamente, se assumirmos que (PCQ) obriga uma explanação do fato de que a é vermelho, segue-se também que se devem explicar fatos como de que a é um particular e a instancia vermelhidão. Pois, da mesma forma que, de “a é vermelho”, derivaríamos que “existe uma propriedade que a tem”, também de “a é um particular” derivaríamos o mesmo; e de “a instancia vermelhidão” derivaríamos que “existe uma propriedade (relação) que a e vermelhidão têm”. E não haveria também motivo pelo qual não poderíamos continuar a generalizar existencialmente sobre quaisquer propriedades atribuídas em novos *explanantia*. Novamente, temos um regresso *ad infinitum*.

⁸ A rigor, ‘vermelho’ pode ser utilizado tanto como termo singular abstrato quanto predicativamente, mas consideremos que “vermelhidão” é o termo singular apropriado. Em todo caso, acerca de “redondeza” e “redondo” a distinção é clara.

⁹ Para argumentos diretos a favor de que esses quantificadores não comprometem ontologicamente e para uma interpretação em termos de quantificadores não-nominais – especificamente, adverbiais – cf. Rayo e Yablo (2001, §§VII-IX). Todavia, uma passagem bastante sugestiva a favor disso pode ser citada aqui: “If predicates are noncommittal, one might think, the quantifiers binding predicative positions are not committal either. After all, the commitments of a quantified claim are supposed to line up with those of its substitution instances” (RAYO; YABLO, 2001, p 79).

¹⁰ Oliver (1996, pp. 62-3), por exemplo, parece sugerir que “existe algo que a é” não quantifica na posição de predicado e, portanto, não é uma quantificação não-nominal, argumentando que, do contrário, se eliminaria a cópula “é”. Isto é, que se efetivamente o predicado tivesse sido substituído, então a cópula, que é indicativa de predicção, teria sido eliminada também. Esse argumento do Oliver não me convence pois, para além da cópula, pode-se diferenciar predicados pela gramática da linguagem natural. Assim, “a é redondo” é gramaticalmente correto, mas não “a é redondeza” e, uma vez que se pode substituir o primeiro, mas não o segundo, em “existe algo que a é”, o quantificador “existe algo que” seria não-nominal. Entretanto, uma resposta completa à objeção de Oliver deve esclarecer ainda a função da cópula na sentença em questão, o que não faço aqui.

Esse regresso em relação a (PCQ), assim como o da formulação que pedia pelo significado de predicados, não é desejável porque, se seria verdade que os nominalistas de avestruz não conseguiriam responder o Problema dos Universais, tampouco o conseguiriam os realistas e, por isso, essa formulação não satisfaz o critério (CA1).

3.3 Fazedores-de-verdade e ‘em virtude de’

A proposta agora é de que o Problema dos Universais pede pelos fazedores-de-verdade de algo. A ideia de fazedor-de-verdade está associada à intuição de que se algo é verdadeiro então é verdadeiro em virtude de algo na realidade. Há várias propostas de explicação da noção de ‘em virtude de’ neste contexto. Por ora a tomarei como primitiva. Deve-se observar, no entanto, que ‘em virtude de’ deve ser entendida como assimétrica, pelo menos nesse contexto, porque a ideia é que o que faz uma sentença verdadeira é algo na realidade e que, por sua vez, o que faz existir algo na realidade não é a verdade da sentença. Assim, podemos entender a noção de fazedor-de-verdade da seguinte forma.

(FV) x é fazedor-de-verdade de “P” se, e somente se, “P” é verdadeiro em virtude de x

Porém, novamente, o que é verdadeiro não é um fato, mas sim algo linguístico ou mental – ou pelo menos, representacional, como uma proposição. Isso nos colocaria em um problema similar ao que apontamos nas seções anteriores, a saber, de que os *explananda* não seriam ubíquos como esperamos que sejam os *explananda* do Problema dos Universais. Mas, assim como naqueles casos, relativizamos agora o pedido por fazedores-de-verdade a fatos quaisquer, das formas (Dn) , falando das sentenças com que expressaríamos esses fatos. Dessa forma, a proposta de formulação do Problema dos Universais seria:

(PFV) qual o fazedor-de-verdade da sentença com que expressaríamos o fato (Dn) ?

Por exemplo, qual o fazedor-de-verdade de “a é vermelho”? A ideia aqui é que pedir pelos fazedores-de-verdade dessas sentenças nos revele algo sobre a realidade. A resposta realista a essa questão é que o fazedor-de-verdade de “a é vermelho” são o particular a e o universal vermelhidão em relação de instanciação, pois “a é vermelho” é verdadeiro em virtude de existir o particular a , o universal vermelhidão, e a instanciar vermelhidão.

Por quê?

Por que seria obrigatória uma resposta a (PFV)? Antes de responder a essa questão é interessante apontar uma ambiguidade em relação à aplicação da noção de fazedor-de-verdade nesse contexto. Pois, a depender do sentido, uma resposta será ou não obrigatória. Primeiro, pode-se entender a questão (PFV) como questionando estritamente algo sobre uma sentença verdadeira. A questão nesse caso é semântica, sobre o que na realidade se

relaciona à *sentença* em virtude de que ela é verdadeira. Segundo, pode-se entender a questão (PFV) como questionando algo, não sobre uma sentença verdadeira, mas sobre o fato que ela expressa. Nesse caso a questão seria em virtude de que certo *fato* ocorre.¹¹ Para o primeiro caso, nós interpretaremos (PFV) estritamente, para o segundo caso, podemos formular o seguinte problema:

(PVirt) em virtude de que (Dn)?

No primeiro caso – isto é, de (PFV) estritamente –, a questão deve ser respondida pelo próprio motivo que parece dar razão à noção de fazedor-de-verdade, isto é, que se algo é verdadeiro, é verdadeiro em virtude de algo na realidade. A ideia é de que não poderia ser o caso que uma sentença da forma “(Dn)” fosse verdadeira sem que houvesse algo na realidade que a faz verdadeira. Dessa forma, nominalistas de avestruz devem uma resposta a (PFV).

Mas, no segundo caso, de (PVirt) nominalistas de avestruz não devem uma resposta. Por um lado, perguntar “em virtude de que (Dn)?” é nada mais, nada menos, do que perguntar “por que (Dn)?”, isto é, pedir por uma explicação desses fatos. Por outro lado, uma formulação adequada do Problema dos Universais deveria exatamente mostrar por que se devem explicar esses fatos. Concluir que se deve explicar fatos (Dn) porque se deve responder em virtude de que eles ocorrem é dar a questão como provada.

Confundir ambas as questões numa só, pode levar a crer, erroneamente, que, porque se deve responder à primeira, deve-se responder à segunda. Mas, se as mantemos separadas, não parece haver qualquer motivo pelo qual nominalistas de avestruz seriam obrigados a responder (PVirt). Para inferir isso deveria haver um argumento independente – o que nem me parece haver nem, tanto quanto sei, há na literatura. Assim, no que concerne a uma formulação do Problema dos Universais, (PVirt) não é uma formulação adequada, porque, por si só, não obriga uma explicação de fatos de qualquer das formas (Dn) – violando (CA3). Mas, ainda assim, voltaremos a considerar (PVirt) assumindo que haveria um motivo para respondê-lo – para avaliar (CA4), *i.e.* se a resposta dos nominalistas de avestruz puros seria adequada.

Resposta a (PFV)

Antes de avaliar se os nominalismos de avestruz conseguem responder (PFV) e (PVirt), vale observar que conceber o Problema dos Universais como pedindo por fazedores-de-verdade em qualquer dos sentidos, (PFV) ou (PVirt), implica que questões

¹¹ Uma distinção similar na aplicação da noção de fazedor-de-verdade foi feita, e melhor desenvolvida, por Schulte (2010) que argumenta que o poder explanatório envolvido nessa noção está em algo mais próximo ao que consideramos sob ‘em virtude de’ relativo a um fato. Fine (2012, §3) também faz distinções semelhantes.

sobre fatos conjuntivos, das formas (D2), (D3) e (D4), são automaticamente respondidas por respostas às questões sobre fatos atômicos da forma (D1). Isso, porque no primeiro caso, segundo a teoria de fazedores-de-verdade, o fazedor-de-verdade de “ p e q ” é o fazedor-de-verdade de “ p ” e (juntamente) o fazedor-de-verdade de “ q ”;¹² e, no segundo caso, porque seria verdade que p e q são o caso em virtude de p e de q . Portanto, uma vez que, nessa proposta, o Problema dos Universais pediria pelo fazedor-de-verdade de algo, qualquer que seja o motivo pelo qual nominalistas de avestruz deveriam explanar fatos das formas (D2), (D3) e (D4), deveria ser um motivo pelo qual eles deveriam explanar fatos da forma (D1). E, por sua vez, qualquer resposta a fatos da forma (D1) deve constituir respostas a fatos conjuntivos das formas (D2), (D3) e (D4).¹³

Nominalistas de avestruz plenos conseguem responder (PFV) em termos dos fatos que tomam como metafisicamente fundamentais porque, estritamente, não há um motivo pelo qual tais respostas deveriam consistir em explicações desses fatos. Isso, pois, de modo geral, as questões sobre fazedores-de-verdade de sentenças podem ser respondidas de modo trivial, como por exemplo da seguinte forma: o fazedor-de-verdade de “ a é vermelho” é que a é vermelho, pois “ a é vermelho” é verdadeiro em virtude de a ser vermelho.

Agora, pode-se objetar que “ a ser vermelho” é um nome; e que deveria nomear uma entidade que tem algo para além de a como constituinte – ao que realistas completariam: o universal Vermelhidão. A resposta aqui é que isso se dá somente porque a gramática de “em virtude de” exige um nome à sua direita. Porém, não é claro por que não poderíamos preservar a intuição original de que o que faz algo verdadeiro é algo na realidade expressando a noção de fazedor-de-verdade por meio de um operador sentencial primitivo;¹⁴ ou com ‘porque’ em vez de ‘em virtude de’, caso em que teríamos, por exemplo que: “ a é vermelho” é verdadeiro porque a é vermelho. Talvez queira-se permanecer com “em virtude de”, mas nesse caso então não é claro por que se deveria postular algo para além de a .¹⁵

¹² Cf. Rodriguez-Pereyra (2000, pp. 264-5).

¹³ Por isso, Devitt (1980), in Devitt (2010, p. 19), considerou, em relação à questão sobre ‘em virtude de’, que, se há algo problemático acerca de fatos de um em muitos – (D2), a é F e b é F –, é porque haveria algo problemático acerca de fatos atômicos – a é F ou b é F . Também por isso, Rodriguez-Pereyra (2000, p. 266), ao considerar o Problema dos Universais como pedindo por fazedores-de-verdade, concluiu que ele não é o Problema do Um em Muitos – isso é, que ele não é sobre fatos da forma (D2). Embora, pelo mesmo motivo, ao argumentar contra o Nominalismo de Avestruz, Rodriguez-Pereyra (2000, §6) não poderia ter afirmado que o Problema dos Universais é sobre fatos de muitos em um – *i.e.* fatos da forma (D3), a é F e a é G . (Algo similar a este ponto contra a formulação de Rodriguez-Pereyra também foi observado por MacBride (2002b, pp. 58-60).)

¹⁴ Melia (2005, 78-9) sugere ‘makes true that’ (‘faz verdadeiro que’), o que é igualmente controverso gramaticalmente – cf. Rodriguez-Pereyra (2006, p. 190) –, porém só se entendido comumente, e não como um operador primitivo, genuíno, como propõe Melia.

¹⁵ Há muito mais controvérsias na literatura sobre a intuição original de fazedores-de-verdade nos comprometer ou não com a existência de entidades para além daquelas sobre as quais tais verdades são. Eu me junto aqui, como devem-se juntar os nominalistas de avestruz, àqueles que aceitam a intuição original de fazedores-de-verdade, mas que não vêm qualquer necessidade em sempre admitir a existência de entidades diferentes como fazedores-de-verdade. A ideia é que também as diferenças

Poder-se-ia objetar também que a resposta trivial não é adequada porque não respeita a assimetria da noção de ‘em virtude de’. Mas isso seria confundir o que distinguimos entre (PFV) e (PVirt). Aquilo que efetivamente seria inadequado, por não respeitar a assimetria da noção de ‘em virtude de’, seria dizer que ‘a é vermelho em virtude de a ser vermelho’, mas não viola essa assimetria responder que ‘a sentença “a é vermelho” é verdadeira em virtude de a ser vermelho’. Não se deve confundir ambos os casos, porque a relação entre uma sentença e seu fazedor-de-verdade é diferente da relação entre um fato e aquilo em virtude de que ele ocorre. Certamente, há um motivo pelo qual toda sentença verdadeira tem um fazedor-de-verdade (e, portanto, pelo qual o fato de que *s* é verdadeiro tem um outro fato em virtude de que ele ocorre), mas nem todo fato deve ter um outro fato em virtude de que ele ocorre.

A questão (PFV) também não coloca qualquer problema em relação a nominalistas de avestruz puros. Primeiro, porque, assim como no caso da questão sobre o significado de predicados, uma vez que nominalistas de avestruz puros reconhecem os fatos que os nominalistas de avestruz plenos tomam como fundamentais, eles também poderiam responder à questão (PFV) da mesma forma que nominalistas de avestruz plenos respondem no parágrafo anterior, *i.e.* trivialmente. Segundo, porque ainda que haja um motivo para exigir uma resposta a (PFV) em termos dos fatos metafisicamente fundamentais dos nominalistas de avestruz puros, eles poderiam responder (PFV) afirmando, por exemplo, que o fazedor-de-verdade de “a é vermelho” é o particular *a*; isto é, que “a é vermelho” é verdadeiro em virtude de existir o particular *a*. Mas essa última resposta foi atacada por Rodriguez-Pereyra (2000) com sua formulação do Problema dos Universais como Problema do Muitos em Um. Vejamos.

Contra nominalistas de avestruz, Rodriguez-Pereyra (2000, pp. 268-9) argumentou que ele não poderiam responder adequadamente qual o fazedor-de-verdade de casos de muitos em um; isto é, qual o fazedor-de-verdade de sentenças, ou proposições, da forma (D3), como por exemplo de que *a* é vermelho e *a* é redondo. A ideia de Rodriguez-Pereyra é que os nominalistas de avestruz tenderiam a responder, em ambos os casos, que *a* é vermelho em virtude de *a* existir e *a* é redondo em virtude de *a* existir. Isto é, em ambos os casos aquilo em virtude de que *a* é vermelho e redondo seria o mesmo. Assumir que essa seria a resposta dos nominalistas de avestruz, entretanto, depende exatamente de tomá-los em sua versão pura e exigir uma resposta em termos de fatos que eles tomam como metafisicamente fundamentais – o que é a hipótese que consideramos no parágrafo anterior – e, portanto, já não valeria contra o Nominalismo de Avestruz Pleno. Dessa forma, se esse argumento é bem sucedido, e se há um motivo pelo qual os nominalistas de avestruz puros deveriam responder (PFV) em termos de fatos metafisicamente fundamentais, então o Problema do Muitos em Um satisfaria o critério de adequação (CA4). Porém, primeiro,

nos modos de ser dessas entidades são relevantes – especialmente, nos modos fundamentais, como seria o de ‘ser vermelho’ para a versão plena; cp. Lewis (2001, esp. §4).

não parece haver um tal motivo e, segundo, ainda assim, o Problema do Muitos em Um não satisfaria (CA3) – *i.e.* não serviria contra nominalistas de avestruz plenos.

Em todo caso, o que Rodriguez-Pereyra argumenta é que “[a] ideia de que *a* é o único fazedor-de-verdade dessas verdades deve ser vista como seriamente deficiente. Pois como pode a mesma coisa fazer verdadeiro que *a* é [vermelho] e que *a* é [redondo] [...]? Com certeza, é preciso mais que *a* para fazer dessas afirmações sobre *a* verdadeiras”¹⁶ Porém, esse argumento não é bem sucedido. O primeiro motivo, mais geral, é que, como vimos, qualquer problema levantado em relação a casos da forma (D3) – assim como (D2) e (D4) – deveria poder ser levantado em relação a casos da forma (D1)¹⁷.

O segundo motivo é que esse argumento de Rodriguez-Pereyra pressupõe um princípio na teoria de fazedores-de-verdade o qual ele, e muitos outros, explicitamente negam; a saber, que duas verdades diferentes não podem ter um mesmo fazedor-de-verdade. Um argumento contra esse princípio é que duas verdades devem poder ter um mesmo fazedor-de-verdade porque o fazedor-de-verdade de “*p*” deve poder ser também fazedor-de-verdade de qualquer disjunção envolvendo “*p*”, como “*p* ou *q*”; assim, apesar de “*p*” e “*p* ou *q*” serem diferentes, podem ter um mesmo fazedor de verdade.¹⁸ Portanto, se há motivo pelo qual “*a* é vermelho” e “*a* é redondo” não poderiam ter o mesmo fazedor-de-verdade, ele parece ir além da intuição original de fazedores-de-verdade.

Resposta a (PVirt)

Agora, assumindo que há qualquer motivo pelo qual nominalistas de avestruz deveriam responder (PVirt), obviamente nominalistas de avestruz plenos teriam que explanar os fatos que queriam tomar como fundamentais, pois perguntar por aquilo em virtude de que *a* é *F* é o mesmo que pedir por uma explicação desse fato. Mas, neste caso, também os realistas teriam que explanar seus fatos fundamentais. E, de modo geral, se se considera que se deve responder sempre à questão (PVirt) nenhum fato poderia ser tomado como fundamental. Dever-se-ia sempre explanar *ad infinitum*.

Vamos assumir, no entanto, que por algum motivo, uma resposta a (PVirt) é obrigatória em relação a fatos como de que *a* é vermelho, mas não em relação a fatos

¹⁶ No original: “The idea that *a* is the only truthmaker of these truths must be seen as seriously deficient. For how can the same thing make it true that *a* is white, that *a* is spherical and that *a* is hot? Surely it takes more than just *a* to make these claims about *a* true” (RODRIGUEZ-PEREYRA, 2000, pp. 268-9).

¹⁷ Cf. Nota de rodapé 13

¹⁸ Cf. Rodriguez-Pereyra (2000, p. 262). A rejeição a esse princípio vem desde Mulligan, Simons e Smith (1984). Os teóricos de fazedores-de-verdade costumam negar que a relação entre verdades e fazedores-de-verdade sejam um-a-um, afirmando, mais forte, que ela é muitos-muitos. O princípio um-a-um, no entanto, foi assumido pelo atomismo lógico no que concerne a verdades atômicas, o que já levantaria problemas para os nominalistas de avestruz – mas do que Mulligan, Simons e Smith (1984, p. 298) explicitamente fogem. (Note que o argumento a favor de que duas verdades diferentes podem ter um mesmo fazedor-de-verdade pressupõe que a noção de fazedor-de-verdade é a mesma em relação a verdades atômicas e não-atômicas – no caso acima, disjuntivas.)

como de que **a** é um particular, ou **a** instancia vermelhidão. Nesse caso, nominalistas de avestruz plenos teriam uma teoria inadequada, mas não os nominalistas de avestruz puros. Nominalistas de avestruz puros respondem que **a** é vermelho em virtude de existir um particular (espesso), **a**. Para esse último fato, no entanto, não haveria um motivo para responder (PVirt).

Poder-se-ia tentar nesse ponto um problema similar ao Problema do Muitos em Um de Rodriguez-Pereyra, mas agora em relação a (PVirt). Porém, esse argumento não funcionaria pelos mesmos motivos. O problema seria: em virtude de que **a** é vermelho e **a** é redondo? Agora, primeiro, nominalistas de avestruz puros poderiam responder que **a** é vermelho e **a** é redondo em virtude de **a** ser vermelho *e* em virtude de **a** ser redondo. O problema relativo à conjunção seria então dissolvido em qualquer problema que pudesse haver em relação aos fatos atômicos de que **a** é vermelho e de que **a** é redondo. Segundo, especificamente, não parece haver, na noção de ‘em virtude de’ nesse contexto, qualquer motivo pelo qual deveríamos excluir a possibilidade de que dois fatos diferentes sejam o caso em virtude de um mesmo fato; pelo menos, se assumirmos que essa noção deve poder relacionar tanto fatos complexos quanto atômicos. O motivo é que, presumivelmente, quer-se considerar verdadeiras quaisquer instâncias das seguintes formas: ‘*p* ou *q* em virtude de *p*’; e ‘*p* ou *r* em virtude de *p*’, ainda que *q* e *r* sejam diferentes. (Por exemplo, que “**a** é vermelho ou **b** é redondo em virtude de **a** é [ser] vermelho” e “**a** é vermelho ou **c** é quadrado em virtude de **a** é [ser] vermelho”.)

Regressos

Finalmente, temos de novo regressos *ad infinitum*. Se se supõe que devemos explicar por que **a** é vermelho para responder (PFV) – em virtude de que “**a** é vermelho”? –; também deveríamos explicar por que **a** é um particular, por que **a** instancia vermelhidão, por que **a** se assemelha a **b** e assim por diante. Do mesmo modo, se supomos que se deve explicar por que **a** é vermelho para responder (PVirt) em virtude de que **a** é vermelho, também deveríamos explicar por que **a** é um particular, e assim por diante.

Esses regressos são relativos a fatos das formas (D1) e não poderiam ser gerados em relação a fatos das formas (D3) porque realistas não têm fatos metafisicamente fundamentais dessas formas.¹⁹ Mas, ainda assim, primeiro, tem-se regressos em relação a fatos das formas (D1) e, segundo, uma vez que (PFV) e (PVirt) acabam dissolvendo (D2)-(D4) em (D1), regressos em relação a (D1) mostram que (PFV) e (PVirt) são inadequados como formulação do Problema dos Universais em relação a fatos de quaisquer das formas (Dn). O motivo, como antes, é que se se supõe que nominalistas de avestruz plenos devem explicar seus fatos fundamentais, também se segue que realistas têm que explicar os

¹⁹ A partir da formulação do Problema dos Universais que ofereço no próximo capítulo, pode-se entender melhor por que isso ocorre – cf. Capítulo 4, Nota de rodapé 2.

fatos que querem tomar como fundamentais e, portanto, os problemas (PFV) e (PVirt) não poderiam dar origem a um argumento a favor do realismo.

3.4 Análise conceitual

A proposta agora seria de que o Problema dos Universais pede por uma análise conceitual. Como em casos anteriores, esse pedido não é relativo à realidade independente de mente e linguagem. Novamente, para dar sentido à proposta, nós a relativizamos aos fatos. O problema seria:

(PAC) qual a análise conceitual dos conceitos com que entenderíamos (Dn)?

A ideia é de que uma análise conceitual nos mostraria algo sobre como a realidade é.

Antes de ver quem na literatura teria proposto isso, é interessante ver por que uma teoria metafísica deveria responder (PAC). Lewis (1983, p. 353) – após defender os nominalistas de avestruz – sugere que “uma teoria pode ser criticada por ter primitivos em superabundância, indevidamente misteriosos, ou indevidamente complicados”. Certamente esses seriam motivos pelos quais seria teoricamente interessante analisar esses primitivos. Mas esses motivos só remetem a critérios pelos quais se podem comparar qual a melhor teoria, isto é, às virtudes epistêmicas. Ainda que uma teoria tenha muitos primitivos, misteriosos e complicados, isso não seria um motivo para excluí-la do rol de candidatos, como inadequada. Assim, Lewis mesmo completa “estas não são falhas fatais, no entanto”.²⁰ Portanto, não se teria aqui um motivo pelo qual uma análise conceitual seria obrigatória. Quais poderiam ser tais motivos então?

Uma análise conceitual associada a certos fatos seria obrigatória se, uma vez admitidos pré-teoricamente, tais fatos nos fossem conceitualmente absurdos. Um caso óbvio desses seria em que nós admitíssemos os fatos de que a é vermelho e de que a não é vermelho, por exemplo. Se se tivesse efetivamente que admitir pré-teoricamente tais fatos, pareceria que algo deveria ser feito para que a teoria não resultasse em algo absurdo. Nesse caso, alguém poderia argumentar que se deve explicar esses fatos analisando os conceitos de ‘ a ’, ‘vermelho’ ou ‘não’. O mesmo pareceria ocorrer, por exemplo, se admitíssemos pré-teoricamente que a é vermelho e a é azul. No entanto, esses casos são meramente hipotéticos, pois o mais plausível é que a análise adequada para tais fatos não seria conceitual, mas empírica. Portanto, casos assim nunca chegariam a ser pré-teoricamente admitidos. Mas será que haveria casos assim conceitualmente absurdos em relação a fatos das formas (Dn) que efetivamente tenhamos que admitir pré-teoricamente e, portanto, com que devamos lidar em nossas teorias metafísicas?

²⁰ Para original, cf. Nota de rodapé 23, Capítulo 2.

Parece-me que é algo muito próximo a esse absurdo conceitual que tradicionalmente se quis apontar em relação aos fatos de um em muitos. Este parece ser o caso da formulação padrão do Problema do Um em Muitos, desde Platão (2003, 127e1-4), e certamente é o caso de Armstrong (1978a) na passagem citada na página 16; isso é, frente a fatos como de que *a* é vermelho e *b* é vermelho, tenta-se apontar tal absurdo perguntando-se como podem certas coisas ser uma e muitas, idênticas e não idênticas, ao mesmo tempo.

Mas por que uma análise conceitual nos diria algo sobre a realidade? A ideia é que ao analisar os conceitos com que entendemos esses fatos descobriríamos algo sobre como esses fatos são, sem o que eles nos pareceriam não poder ser parte da realidade, pois seriam absurdos. Ao responder que *a* é idêntico e não idêntico a *b* porque *a* e *b* são particulares diferentes mas que instanciam um mesmo universal, os realistas estariam resolvendo esse absurdo e descobrindo algo sobre como é o fato de que *a* é vermelho e *b* é vermelho, a saber, que nele existem particulares e universais em relação de instanciação.

Respostas dos nominalistas de avestruz

Contra (PAC) como uma formulação do Problema dos Universais, pode-se responder, como se respondeu algumas vezes, que não há qualquer confusão sobre as coisas serem idênticas mas diferentes, desde que elas sejam qualitativamente idênticas mas numericamente diferentes.²¹ Assim, pode-se dizer que *a* e *b* são idênticos e não idênticos (ao mesmo tempo) porque *a* e *b* são qualitativamente idênticos mas não são numericamente idênticos.

Frente à distinção entre identidades (e diferenças) numérica e qualitativa, Peacock (2009) formulou o problema de identidade e diferença *qualitativas*. O problema seria: como podem duas coisas serem qualitativamente idênticas e (também) qualitativamente diferentes? Por exemplo, como podem duas bolas, *a* e *b*, serem ambas redondas mas uma vermelha e a outra azul? A ideia de Peacock é que um caso desses só poderá ser analisado se admitirmos aspectos em que as coisas são qualitativamente idênticas e diferentes; e que, admitindo tais aspectos, deve-se dizer o que eles são. Isto é, a ideia é que, para analisar esses casos, deve-se dizer algo como: *a* e *b* são qualitativamente idênticos e qualitativamente diferentes porque *a* é idêntico a *b* quanto ao aspecto da forma e *a* é diferente de *b* quanto ao aspecto da cor.

Mas o argumento de Peacock também não funciona. Pois, tal qual se admitiu a análise conceitual em termos de ‘qualitativamente’ e ‘numericamente’ sem se admitir quaisquer entidades, pode-se responder que *a* e *b* são qualitativamente idênticos e quali-

²¹ MacBride (2002a), por exemplo, diz que “difficulties arise from fancifully imagining that we are crippled by a disabling defect – an ignorance of the distinction between numerical and qualitative identity.” (34).

tativamente diferentes porque **a** é formal-mente idêntico a **b** e **a** é colorida-mente diferente de **b**.²²

Porém, melhor que isso, nominalistas de avestruz podem responder o problema de análise conceitual de modo ainda mais simples. Voltemos à formulação tradicional, sobre como algo pode ser um e muitos ao mesmo tempo. Em vez de tentar-se responder esse problema distinguindo identidades, e diferenças, numéricas e qualitativas, pode-se simplesmente responder recorrendo a fatos como de que **a** é vermelho, os quais os nominalistas de avestruz já reconhecem em suas teorias. Isto é, frente ao fato de que **a** e **b** são idênticos e não-idênticos, o nominalista de avestruz pode simplesmente responder que isso não é bem assim, que Armstrong e outros expressam mal esses fatos, que eles têm uma explanação para esse absurdo, a saber: que **a** e **b** são idênticos e não-idênticos, um e muitos ao mesmo tempo, *porque a* é vermelho e *b* é vermelho. Assim, os fatos fundamentais são os fatos corriqueiros de que a maçã é vermelha e de que a rosa é vermelha; e não há qualquer perplexidade ou absurdo conceitual nisso. Da mesma forma, nominalistas de avestruz podem responder ao problema de Peacock que: **a** e **b** são qualitativamente idênticos e qualitativamente diferentes porque **a** é redondo e **b** é redondo e **a** é vermelho e **b** é azul.

Essa resposta mais simples está disponível tanto a nominalistas de avestruz plenos, que tomam esses fatos como metafisicamente fundamentais, quanto a nominalistas de avestruz puros que os reconhecem e os explicam – porque não parece haver um motivo pelo qual tais análises devessem se dar em termos com que expressamos fatos metafisicamente fundamentais. Especificamente, no caso dos nominalistas de avestruz plenos, eles não só não têm problemas em tomar ‘ser qualitativamente idêntico’ ou ‘ser formal-mente idêntico’ como conceitos primitivos, como eles já tomam ‘ser redondo’ e ‘ser vermelho’ como primitivos. Eles não só não têm problemas em tomar o fato de que **a** é qualitativamente idêntico a **b** como fundamental, como já tomam os fatos de que **a** é vermelho e redondo como fundamentais. O problema de análise conceitual (PAC) deveria mostrar por que eles não poderiam tomar esses conceitos como primitivos e, portanto, por que eles deveriam explicar fatos como de que **a** é vermelho. Penso que a estratégia de tentar mostrar nesses fatos *per se* problemas, ou absurdos, conceituais não pode funcionar, pois os nominalistas de avestruz plenos sempre poderão voltar aos fatos fundamentais que já tomam como fundamentais, e que claramente não são conceptualmente absurdos. Por sua vez, também os nominalistas de avestruz puros podem sempre recorrer a esses fatos, porque os reconhecem.

²² Peacock (2009, p. 197) aceita essa estratégia acerca de ‘ser qualitativamente idêntico’, mas não pondera quando sobre ‘ser colorida-mente idêntico’. Não havendo qualquer motivo pelo qual ele distinguiria entre um e outro, essa estratégia também deveria ser aceita para o segundo caso.

Regressos

Finalmente, no caso de se querer insistir que há algo conceptualmente absurdo nos fatos de um em muitos, temos regressos de novo. A saber, se se supõe que fatos de um em muitos são conceptualmente absurdos tal que nominalistas de avestruz deveriam explicar por que **a** é vermelho e **b** é vermelho, então também realistas deveriam explicar por que **a** é um particular e **b** é um particular; e por que **a** instancia vermelhidão e **b** instancia redondeza; e nominalistas de semelhanças deveriam explicar por que **a** se assemelha a **b** e **c** se assemelha a **d**. Isto é, se há algo conceptualmente absurdo em fatos de um em muitos, então há algo absurdo tanto em relação aos fatos que nominalistas de avestruz plenos querem tomar como fundamentais, quanto em relação a fatos que outras posições querem tomar como fundamentais.

Nesse caso, (PAC) não pode ser uma formulação adequada do Problema dos Universais pelo mesmo motivo que as outras formulações não puderam. A saber, porque, no caso em que (PAC) não poderia ser adequadamente respondido pelos nominalistas de avestruz puros, tampouco ele poderia ser respondido por qualquer outra teoria. E, portanto, assim como excluiria o Nominalismo de Avestruz Pleno do rol de candidatos, também excluiria as outras teorias; especificamente, não poderia dar origem a um argumento via IMT a favor do realismo – contra o critério (CA1).

4 O Problema de Categorização Ontológica de Muitos intersectando Muitos

Neste capítulo, ofereço uma formulação para o Problema dos Universais e argumento que ela é adequada. Minha proposta é de que o Problema dos Universais é o problema de categorizar ontologicamente a realidade dados certos fatos, como de que *a* é vermelho, Sócrates é racional, o elétron *e* tem carga eléctrica negativa, Aristóteles é filho de Nicômaco, e o vermelho é visível. Na [seção 4.1](#), eu introduzo a ideia geral do problema a partir de certas considerações acerca das formulações que vimos no [Capítulo 3](#). Na [seção 4.2](#), eu esclareço esse problema, e argumento que teorias metafísicas devem respondê-lo porque um dos papéis das teorias metafísicas é categorizar ontologicamente a realidade. Na [seção 4.3](#), argumento que Nominalistas de Avestruz Plenos, ao tomar esses fatos como metafisicamente fundamentais, não respondem esse problema adequadamente – o que satisfaz o critério de adequação (CA3). Na [seção 4.4](#), argumento que as explicações que Nominalistas de Avestruz Puros oferecem para esses fatos é inadequada – o que satisfaz o critério (CA4). Na [seção 4.5](#), argumento contra o que chamei no capítulo anterior Universalismo de Avestruz – garantindo que o critério (CA1) é satisfeito – e na [seção 4.6](#) observo que o problema de categorizar ontologicamente a realidade deve ter como dados fatos em que muitas entidades intersectam muitas propriedades, *i.e.* fatos da forma (D4): $a \text{ é } F \text{ e } b \text{ é } F \text{ e } b \text{ é } G$, que são dados que satisfazem (CA2).

4.1 Introdução

Há duas considerações acerca das propostas anteriores que sugerem que a noção de categoria ontológica é relevante na formulação do Problema dos Universais. Nesta seção eu as faço brevemente e a partir da próxima as desenvolvo.

A primeira consideração é sobre a relação entre categorias ontológicas e existência. No capítulo anterior, à exceção da proposta que pedia por análise conceitual, todas as outras propostas apresentavam motivos pelos quais deveríamos concluir que algo existe. Isso não é mais que natural uma vez que a metafísica deve responder a questão ‘o que existe?’. Porém, uma resposta verdadeira a essa questão não é suficiente. Físicos podem responder que existem elétrons, neutrinos, e assim por diante; matemáticos podem responder que existem números reais e que existem mais números reais entre zero e um do que números naturais, e assim por diante; e mesmo qualquer pessoa pode responder que existem maçãs, pessoas, pais etc. Da mesma forma, físicos, matemáticos e pessoas quaisquer podem responder questões sobre o compromisso ontológico dos seus predica-

dos e teorias, assim como sobre os fazedores-de-verdade de suas sentenças – como vimos com as respostas triviais. O problema com isso é que, apesar de verdadeiras e em algum sentido adequadas, nenhuma dessas respostas são respostas com as quais metafísicos estariam satisfeitos, pelo menos não tradicionalmente. Como Quine (1961, p. 1) observou em relação à questão sobre ‘o que existe?’ há até mesmo uma resposta muito simples e verdadeira: ‘tudo’. Disputas permanecem acerca de certos casos, diz Quine. Mas quais casos? Metafísicos normalmente se interessam pela existência de particulares, universais, tropos, possibilita, abstratos, concretos, partes temporais etc. Em algum sentido, todos – físicos, matemáticos, pessoas comuns e metafísicos – estão interessados e, de fato, estão aptos a responder verdadeiramente à questão sobre o que existe. Quais casos são relevantes e, portanto, quais respostas são adequadas dependem dos propósitos de cada um. Para responder quais são os casos relevantes do ponto de vista metafísico, deve-se responder quais os propósitos da metafísica. Tradicionalmente, considera-se que pelo menos um dos propósitos da metafísica é fornecer uma teoria de categorias ontológicas. Isso sugere que pelo menos alguns problemas metafísicos podem surgir frente a esse propósito; e, conseqüentemente, também viria daí a necessidade de se postular a existência de algo para responder esses problemas adequadamente.

A segunda consideração relaciona categorias ontológicas e explicações. Em relação ao Nominalismo de Avestruz Pleno, as propostas de formulação do Problema dos Universais, por um lado, deveriam apresentar qualquer motivo pelo qual seria obrigatório explicar fatos como de que *a* é vermelho ou *b* é redondo; mas, por outro lado, um tal motivo não deveria constituir também um motivo pelo qual seria obrigatório explicar fatos como de que *a* instancia vermelhidão e *a* é um particular. Isso porque, do contrário, o Problema dos Universais não poderia dar origem a um argumento a favor do Realismo, pois, por um lado, o Problema dos Universais não excluiria o Nominalismo de Avestruz do rol de candidatos – e esta teoria seria melhor; e por outro lado, pois excluiria também o Realismo, uma vez que, como vimos, cairia em regressos *ad infinitum*.

De modo geral, as propostas que vimos eram inadequadas porque não conseguiam distinguir fatos que se desejaria explicar dos fatos que não se desejaria explicar. Assim, todo motivo pelo qual explicar os fatos do primeiro tipo constituía também um motivo pelo qual explicar fatos do segundo tipo. Intuitivamente, o que ocorre é que quando se tenta empurrar uma explicação para os nominalistas de avestruz plenos, acaba-se empurrando demais, *ad infinitum*, de modo tal que nenhuma posição consegue responder adequadamente. Especificamente, se assumimos que deveríamos explicar o fato de que *a* é vermelho porque o predicado “vermelho” deve nos comprometer ontologicamente, segue-se também que deveríamos explicar os fatos de que *a* instancia vermelhidão e de que *a* é um particular; se assumimos que devemos explicar fatos do primeiro tipo para responder qual o fazedor-de-verdade das sentenças que os expressam, então se segue que devemos explicar fatos do segundo tipo para responder o mesmo; finalmente, se assumimos que

devemos explicar fatos do primeiro tipo porque nos são conceptualmente absurdos, então parece que deveríamos explicar fatos do segundo tipo pelo mesmo motivo. De modo geral, os argumentos pela legitimidade do nominalismo de avestruz pleno e os problemas com regressos explanatórios são dois lados de uma mesma moeda.

A minha proposta de formulação do Problema dos Universais tenta explorar qualquer que seja a diferença entre fatos como de que *a* é vermelho, *b* é vermelho e *b* é redondo, por um lado, e de que *a* instancia vermelhidão e *a* é um particular, por outro lado. A ideia inicial é de que, se há uma formulação adequada do Problema dos Universais, isto é, se há um motivo pelo qual explicar os primeiros mas não os segundos, ela deve conter, e justificar a relevância de, uma distinção entre os dois tipos de fatos. Uma tal distinção é, pelo menos, necessária, pois do contrário seguem-se regressos e, especificamente, o Realismo não é adequado.

A diferença que vejo, e que me parece valer a pena explorar, é de que predicados como “particular” e “instanciar” expressam categorias ontológicas e relações muito especiais entre membros de categorias ontológicas, enquanto “vermelho” e “redondo” não. Assim, parece que essa diferença pode ajudar a evitar os regressos.

Mas, além disso, se assumimos que um dos papéis centrais das teorias metafísicas é prover uma categorização ontológica da realidade, entendida como especificando categorias ontológicas e certas relações especiais, também temos um motivo inicial pelo qual, de fato, deveríamos explicar fatos como de que *a* é vermelho; a saber, que esses fatos não podem ser metafisicamente fundamentais pois não especificam nem categorias ontológicas nem relações especiais acerca de *a*, por exemplo.

Nas próximas seções eu tento desenvolver essa ideia e ver como ela nos ajuda a responder também porque a resposta do Nominalismo de Avestruz Puro não é adequada.

4.2 O Problema de Categorização Ontológica

Minha proposta é de que o Problema dos Universais é:

(PCO) como categorizar ontologicamente a realidade dado que (Dn) ?

Por ora, podemos tomar (Dn) como fatos da forma $(D1)$. Por exemplo, como categorizar ontologicamente a realidade dado que esta maçã é vermelha?

Agora, antes de responder por que uma resposta a (PCO) levaria os nominalistas de avestruz plenos a explicar os fatos que gostariam de tomar como fundamentais, esclareço antes o que entendo por ‘categorizar ontologicamente a realidade dado que’. O primeiro ponto a ser esclarecido é que uma tal categorização deve tomar a forma de explicações onde o *explanans* é um fato de uma teoria de categorias ontológicas.

Mas até aqui não há um motivo pelo qual nominalistas de avestruz plenos seriam obrigados a explicar os fatos que tomam como fundamentais – como de que *a* é vermelho. E nem poderia haver um tal motivo, pois, do contrário, eu estaria tentando mostrar que nominalistas de avestruz plenos devem uma explanação simplesmente chamando-a por outro nome mais apelativo – ‘categorizar ontologicamente’. Até aqui, nominalistas de avestruz plenos não têm por que categorizar ontologicamente a realidade dado que *a* é vermelho exatamente porque isso pode já ser parte de sua teoria de categorias ontológicas, isto é, como um fato fundamental. Da mesma forma, realistas não seriam obrigados a categorizar ontologicamente a realidade dado que *a* é um particular e *a* instancia vermelhidão; e nominalistas de classes não seriam obrigados a categorizar ontologicamente a realidade dado que *a* pertence a *V*. Até aqui, ‘categorizar ontologicamente a realidade dado que *p*’ é somente explicar o fato de que *p* em termos de uma teoria de categorias ontológicas.

Ainda para deixar mais claro o primeiro ponto, o que estou propondo é que todo fato deve poder ser explanado por uma teoria de categorias ontológicas, a não ser que seja ele mesmo um fato de uma teoria de categorias ontológicas. Em outras palavras, só são elegíveis como metafisicamente fundamentais fatos elegíveis como parte de uma teoria de categorias ontológicas. Meu argumento contra nominalistas de avestruz plenos será de que fatos como de que *a* é vermelho devem ser explanados porque não podem ser fatos de uma teoria de categorias ontológicas.

O segundo ponto a ser esclarecido é o que é uma teoria de categorias ontológicas. Entendo que uma teoria de categorias ontológicas reúne dois aspectos. Primeiro, uma tal teoria determina certas categorias ontológicas; segundo, ela determina certas propriedades muito especiais – normalmente, certas relações muito especiais. Intuitivamente, a ideia é de que uma teoria de categorias ontológicas é sobre os constituintes últimos e descreve a estrutura última da realidade. Os constituintes últimos da realidade são os exemplares das categorias ontológicas; e é uma descrição última que estes constituintes têm certas propriedades especiais – ou, normalmente, relacionam-se segundo certas relações especiais.

Alegadamente, seriam exemplos de teorias de categorias ontológicas, as dos realistas de universais, nominalistas de semelhanças e tropistas. Os realistas postulam duas categorias ontológicas, a de particulares e de universais, e uma relação especial, a de instanciação entre particulares e universais, e entre universais de ordem n e universais de ordem $n + 1$. Os nominalistas de semelhanças postulam uma categoria ontológica, a de particulares, e uma relação especial, a de semelhança entre particulares. Tropistas postulam uma categoria ontológica, a de tropos, e algumas versões, duas relações especiais, a de semelhança e a de co-presença entre tropos.

Conforme caracterizemos o que é elegível como categoria ontológica e o que é elegível como uma dessas propriedades especiais, argumentarei que os nominalistas de

avestruz plenos não podem responder (PCO) ao mesmo tempo em que mantêm como fundamentais os fatos que gostariam de tomar como fundamentais. O motivo é que eles teriam que tomar fatos como de que a é vermelho como parte de uma teoria de categorias ontológicas. Mas antes, mais alguns esclarecimentos.

Primeiro, pode-se pensar que as propriedades especiais devem ser sempre relações. Eu não afirmo isso porque não vejo qualquer motivo para isso. E não se pode presumir isso, porque os nominalistas de avestruz plenos – como veremos – podem tentar tratar propriedades que não são relações, como a de ser vermelho, como uma dessas propriedades especiais.

Segundo, deve-se observar que uma teoria de categorias ontológicas, como entendo, pretende descrever a realidade como ela é. Assim, ao categorizar entidades diferentes e categorias diferentes, essas entidades são, em si mesmas, diferentes, independentemente de que haja uma teoria sobre elas. Da mesma forma, ao afirmar que certa entidade tem certa relação com outra, pretende-se que isso é independente de mente e linguagem. Portanto, essas propriedades são propriedades no nosso sentido; e que uma entidade é membro de certa categoria e que está em certa relação com outra é um fato no nosso sentido.¹

Terceiro, deve-se observar que há um sentido de ‘categoria ontológica’ em que diferentes teorias podem concordar acerca da realidade. Nesse sentido, realistas e nominalistas de classes, por exemplo, concordam que existem as categorias ontológicas de ‘indivíduo’ e ‘propriedade’. Esse sentido, no entanto, é pré-teórico. O sentido de ‘categoria ontológica’ pressuposto pelo problema (PCO) é aquele com que podemos esclarecer qual a diferença entre essas teorias. Inicialmente, podemos dizer que a diferença entre essas posições é acerca de quais categorias ontológicas elas dizem ser – do ponto de vista teórico – basilares, *i.e.* a partir das quais constrói-se tudo aquilo que se admite pré-teoricamente. Por exemplo, nesse sentido realistas diriam que a categoria pré-teórica dos indivíduos é basilar, correspondendo à categoria dos particulares em sua teoria; a categoria das propriedades também é basilar, corresponde aos universais; nominalistas de classes também dizem que indivíduos formam uma categoria basilar, particulares, mas negam que propriedades sejam basilares; para eles propriedades são classes, constituídas por particulares; alguns tropistas tomam outra categoria como basilar, a dos tropos e afirmam que indivíduos são feixes de tropos (co-presentes) e que propriedades são classes de tropos (semelhantes).

Algo similar pode ser dito em relação ao segundo aspecto das teorias de categorias ontológicas, isto é, o que tenho chamado propriedades ou relações ‘especiais’. Por exemplo, há um sentido em que todas as teorias concordam que indivíduos ‘exemplificam’ propriedades. Esse sentido é pré-teórico. Ao pedir por uma categorização ontológica da realidade em (PCO), a questão é quais propriedades (ou relações) especiais certa teoria diz ser basilares. Realistas tomam ‘exemplificar’ como especial, a que em sua teoria cha-

¹ Cf. seção 1.2 e Nota de rodapé 5

mam ‘instanciar’; nominalistas de classes tomam ‘exemplificar’ como ‘pertencer’; alguns tropistas dizem que um indivíduo exemplificar uma propriedade é certo feixe de tropos co-presentes conter um tropo que pertence a certa classe de tropos semelhantes.

Quarto, pode-se perguntar como exatamente se dá essa relação entre o que se admitiu pré-teoricamente e teoricamente. Como as categorias ontológicas e as propriedades (ou relações) especiais basilares constroem as pré-teóricas? Pode-se pensar que há certa correspondência, como, por exemplo, entre a propriedade de ser F e o universal F -idade; entre essa propriedade e a classe dos particulares a, b, \dots ; e assim por diante. No entanto, esse modo de entender não favorece o nominalismo de avestruz, uma vez que em nenhuma versão sua há algo correspondente a propriedades, exatamente porque não parece haver um motivo para haver um correspondente. Para os nominalistas de avestruz, propriedades não existem. No entanto, nominalistas de avestruz concordam que certas entidades têm propriedades. Em que sentido então eles concordariam pré-teoricamente com realistas, nominalistas de classes etc?

Entender, como proponho entender, a relação entre as categorias e propriedades pré-teóricas e as categorias e propriedades teóricas como entre *explanandum* e *explanans* dá sentido à posição dos nominalistas de avestruz – diferente de entendê-la como certa ‘correspondência’. O sentido é dado da seguinte forma. Nominalistas de avestruz admitem fatos em que certas entidades (indivíduos) têm certas propriedades da mesma forma que outras posições. Mas nominalistas de avestruz plenos dizem que o indivíduo a tem a propriedade de ser vermelho porque existe um particular, a , e a tem a propriedade de ser vermelho. Portanto, a diferença entre o nominalismo de avestruz pleno e as outras posições é que esse nominalismo não explica por que algo tem a propriedade de ser vermelho. Por sua vez, nominalistas de avestruz puros dizem que o indivíduo a tem a propriedade de ser vermelho porque existe um particular, a . A diferença entre o nominalismo de avestruz puro e as outras posições é que nas explicações oferecidas por esse nominalismo não aparece nada que corresponda exatamente às propriedades. Assim, falamos de indivíduos e propriedades no sentido pré-teórico de categoria ontológica como aquilo que aparece em fatos admitidos pré-teoricamente. E falamos de categorias ontológicas no sentido teórico como aquilo que aparece em fatos fundamentais de certa teoria metafísica.

4.3 Contra o Nominalismo de Avestruz Pleno

Nesta seção abordo finalmente a questão sobre o que é elegível como categoria ontológica e propriedade (ou relação) especial. Porém, não faço isso de modo sistemático, mas sim, somente tanto quanto nos interessa para responder se nominalistas de avestruz plenos poderiam ou não tomar como metafisicamente fundamentais fatos como de que a é vermelho, a é redondo, Sócrates é racional etc. Dadas nossas concepções de fato

metafisicamente fundamental e de teoria de categoria ontológica, nominalistas de avestruz plenos teriam que tomar ‘vermelho’, ‘redondo’ e ‘racional’ ou como expressando categorias ontológicas ou propriedades (ou relações) especiais.

Categorias ontológicas?

Parece claro que termos como ‘vermelho’, ‘redondo’ etc. não expressam o que entendemos normalmente como categorias ontológicas. Há várias características, muitas vezes preservadas por categorias ontológicas de teorias diferentes, que não são satisfeitas por esses termos. Algumas dessas características são muitas vezes explicitamente exigidas como características sem as quais algo não seria uma categoria ontológica.

Primeiro, tradicionalmente considera-se como uma condição necessária que, para quaisquer duas categorias ontológicas de uma teoria, não existe uma entidade categorizada por ambas, *i.e.* exige-se que categorias ontológicas sejam *mutuamente exclusivas*. Nesse caso, o argumento contra nominalistas de avestruz plenos seria que eles não conseguem responder (PCO) em relação a um fato da forma (D3), como de que *a* é vermelho e *a* é redondo. O motivo é que teriam que tomar ‘ser vermelho’ e ‘ser redondo’ como expressando categorias ontológicas, o que é absurdo, uma vez que não seriam mutuamente exclusivas exatamente porque são ambas atribuídas a *a*.

Contra essa concepção de categoria ontológica, pode-se objetar que algumas teorias amplamente aceitas – isto é, como adequadas, embora talvez não as melhores – têm categorias ontológicas que se intersectam. Por exemplo, a teoria de quatro categorias, defendida por E. J. Lowe, classificaria uma entidade como “a redondeza de *a*” como um particular e como um modo. Em geral, em teorias de categorias apresentadas como árvores porfirianas, em que uma categoria aparece como espécie de outra, não haveria exclusividade mútua.

No entanto, o próprio Lowe (2005, pp. 302-3) toma ‘ser um particular’ como uma ‘mera abstração’ das categorias ontológicas dos modos e das substâncias. Se aceitarmos essa distinção entre categorias ontológicas e ‘meras abstrações’, o critério de exclusividade mútua continuaria valendo como o expressamos acima. Pois, no caso de Lowe, somente os modos – e não os particulares – constituiriam uma ‘categoria ontológica’ propriamente dita. De modo geral, em sistemas de categorias ontológicas apresentados em árvores, somente as categorias que não têm espécies – que aparecem como ‘folhas’ das árvores – seriam categorias ontológicas propriamente ditas. Se não é possível uma tal distinção, isto é, se são categorias ontológicas tanto a dos particulares quanto dos modos, o critério de exclusividade mútua ainda é preservado em relação a categorias ontológicas que não estão inteiramente contidas umas nas outras – como estariam a dos modos nas dos particulares. Em geral, em sistemas de categorias apresentados em árvores, o critério é preservado em relação a categorias de um mesmo nível. Nesse caso, uma vez que haveria entidades ver-

melhas e redondas mas que nem tudo o que é vermelho é redondo nem vice-versa, as coisas vermelhas não estão inteiramente contidas nas coisas redondas nem vice-versa. Assim, ‘ser vermelho’ e ‘ser redondo’ não são mutuamente excludentes e, portanto, nominalistas de avestruz plenos teriam que explicar esses fatos.²

Contra o problema formulado em termos de (D3), pode-se objetar que não há instancias dessa forma. Especificamente, pode-se argumentar que quando *a* é vermelho e redondo, é porque *a* não é ainda uma entidade fundamental, um particular; que se deve ainda analisar *a*; que os verdadeiros particulares são entidades para as quais não há instâncias de *a* é *F* e *G*. Porém, isso não convence pois seria uma defesa *a priori* de uma tese empírica – como no caso da objeção da seção 3.1.

A segunda característica normalmente preservada por categorias ontológicas, e na qual podemos basear um argumento contra nominalistas de avestruz plenos, é que expressamos essas categorias com predicados *sortais*. Por exemplo, dizemos que “*a* é *um particular*”, “*vermelhidão* é *um universal*”, “*a vermelhidão de a* é *um tropo*”. Mas os predicados com que nominalistas de avestruz plenos expressariam seus fatos metafisicamente fundamentais envolvem predicados não-sortais como “ser vermelho”, “ser redondo”, “ter carga elétrica negativa” etc. Essa característica, no entanto, é superficial, pois pouco diz sobre categorias ontológicas a não ser que se esclareça por que elas deveriam ser expressas somente por termos sortais.³

Há algumas características comuns atribuídas na literatura tanto a termos sortais quanto a categorias ontológicas que podem esclarecer a relação entre ambos. Uma delas é que ambos surgem de respostas adequadas à questão “o que é isso?”. Em relação a termos sortais, um dos critérios com que eles são distinguidos de termos não-sortais é que somente sortais são adequados para responder a questões da forma “o que é isso?”.⁴ Pergunta-se, por exemplo, de uma maçã “o que é isso?” e pode-se responder com sortais como “isso é uma fruta”, “isso é uma maçã” etc., mas não com “isso é vermelho” – que seria uma resposta mais adequada, por exemplo, à questão “como é isso?”. Já em relação a categorias ontológicas, uma concepção tradicional é de que elas são os *tipos mais gerais*

² Vale observar que isso esclarece, pelo menos no que concerne a fatos em que se atribuem categorias ontológicas, por que teorias metafísicas não costumam ter fatos da forma (D3) como metafisicamente fundamentais e, portanto, porque não pudemos desenvolver *diretamente* regressos quando o problema de fazedores-de-verdade foi articulado a casos de muitos em um – o que como vimos, pudemos fazer, indiretamente, por recursos que a própria teoria de fazedores-de-verdade nos dá – cf. seção 3.3.

³ Obviamente, nem todo termo sortai expressa uma categoria ontológica. Por exemplo, “ser um elétron” é um termo sortai mas presumivelmente não é uma categoria ontológica. Se nos restringimos a esse argumento, isso implica que, enquanto (PCO) serviria para dar origem a argumentos a favor da existência de propriedades, ele não daria origem a argumentos a favor da existência de tipos naturais. Uma vez que se tenha uma caracterização mais precisa, capaz de distinguir categorias ontológicas de outros tipos naturais, (PCO) deverá também dar origem a um argumento a favor de quaisquer tipos naturais que não sejam categorias ontológicas. Uma vez que nesta dissertação nosso propósito é restrito a propriedades, não faremos isso aqui.

⁴ Cf. Grandy (2008).

sob os quais se pode classificar o que existe. Por sua vez, um dos métodos tradicionalmente propostos – *e.g.* por Loux (2006, p. 11-2) – para descobrir categorias ontológicas segundo essa concepção é exatamente como respostas, as mais gerais possíveis, à mesma questão: “o que é isso?”. Assim, uma vez que somente sortais são adequados para tais respostas, somente sortais podem expressar categorias ontológicas.

Um argumento mais preciso depende de uma explicação mais precisa do que são categorias ontológicas. Para esse fim, talvez seja esclarecedora também a relação entre termos sortais e categorias ontológicas com critérios de identidade – isto é, de que tanto um quanto outro proveem critérios de identidade para aquilo que classificam.⁵ Eu não farei isso aqui. Primeiro, porque não parece assim controverso que predicados não-sortais como “ser vermelho” não podem expressar categorias ontológicas. Segundo, porque, em vez desses predicados, parece muito claro qual predicado nominalistas de avestruz plenos realmente propõem expressar sua única categoria ontológica, a saber, “ser um particular” – que tanto é um sortal quanto satisfaria o critério de exclusividade mútua pois é a única categoria ontológica que eles supõem haver. Terceiro, porque muito menos claro é que esses predicados, como “ser vermelho”, “ser pai de” etc., não possam ser tratados como expressando propriedades e relações especiais, como “instanciar” e “pertencer”, em vez de categorias ontológicas – o que passaremos agora a avaliar.

Propriedades ou relações especiais?

A questão agora é: por que ‘ser vermelho’, ‘ser redondo’, ‘ser pai de’ etc. não poderiam ter – na teoria de categorias ontológicas dos nominalistas de avestruz plenos – o mesmo estatuto que têm ‘instanciar’, ‘pertencer’, ‘assemelhar-se’ etc. nas outras teorias? Inicialmente, poder-se-ia tentar argumentar, contra nominalistas de avestruz plenos, que aquelas propriedades são monádicas e não poliádicas. Porém, não parece haver um motivo pelo qual somente relações (propriedades poliádicas) poderiam ser atribuídas a constituintes fundamentais em uma teoria de categorias ontológicas. Além disso, uma vez que nominalistas de avestruz plenos já têm uma categoria ontológica com a qual categorizam tudo o que existe, a de particulares, o mais adequado seria exatamente considerar ‘ser vermelho’ da mesma forma que outras posições tomam a relação de ‘instanciar’, ‘assemelhar-se’ etc; isto é, como exemplares dessas propriedades especiais. Se isso é legítimo, (PCO) não seria uma formulação adequada do Problema dos Universais. No que se segue, eu exploro três argumentos a favor de que isso não é legítimo baseados em supostas condições necessárias para algo ser uma propriedade ou relação especial.

⁵ Cf. Grandy (2008) e Thomasson (2013, §2.3). Também a esse respeito é interessante a defesa do critério de exclusividade mútua que Linnebo (2005, esp. §5) faz com base numa definição de categoria a partir da noção de sortal.

Lowe (2005) e Simons (2012) discutem essas relações que tenho dito ‘especiais’ em contextos mais abrangentes, para além da metafísica das propriedades – com o que estamos ocupados. Lowe chama ‘relações ontológicas formais’ relações como as de identidade, exemplificação, instanciação, caracterização e dependência. Por sua vez, Simons chama ‘factors’ relações segundo as quais categorias ontológicas são divididas, dentre as quais estariam as relações da teoria das quatro categorias de Lowe – *i.e.* exemplificação, dependência, caracterização etc. –, bem como as relações de essência, parte-todo, causalção e outras. O que tenho chamado no nosso contexto ‘propriedades ou relações especiais’ parece ser uma espécie dessas relações, e ambos os filósofos parecem sugerir que uma característica comum a essas relações é que elas são todas internas.⁶ Isso sugere que ser interna seja uma condição necessária para algo ser uma propriedade ou relação especial. E, neste caso, poderíamos argumentar que nominalistas de avestruz plenos não satisfazem tal condição. Porém, Lowe e Simons propõem isso em sentidos diferentes de ‘relação interna’. Eu vou argumentar contra nominalistas de avestruz plenos com base em ambos os sentidos, e vou mostrar também algumas restrições dessas propostas no nosso contexto do Problema dos Universais.

Podemos definir que uma relação R é *interna* às entidades a, \dots, n , sse, necessariamente, se a, \dots, n têm as propriedades intrínsecas que têm, então estão na relação R .⁷ Nesse caso, a propriedade de ‘estar a certa distância de’ não seria interna, por exemplo; enquanto seriam as de ‘pertencer’ (entre classes e particulares) e de ‘assemelhar-se’ (entre tropos). E, portanto, se ser uma relação interna é uma condição necessária para uma relação ser uma relação especial, então ‘estar a certa distância de’ não poderia ser uma relação especial, e nominalistas de avestruz plenos não poderiam tomar o fato de que a está a certa distância de b como metafisicamente fundamental. De modo geral, assim como qualquer outra teoria metafísica, nominalistas de avestruz plenos não poderiam tomar como fundamentais relações que não são internas nesse sentido, o que presumivelmente eles gostariam de fazer.

Porém, há dois problemas com essa proposta. Primeiro, tampouco é claro que a relação de instanciação dos realistas seja interna. Pelo menos alguns realistas, gostariam de dizer que a existência de universais é independente da existência dos particulares que os instanciam; para esses realistas, pelo menos alguns particulares e universais são tais

⁶ Porém, ao que parece, para Simons, ‘assemelhar-se’ não seria um factor, mas sim o que ele chama ‘conceito auxiliar’ (‘auxiliary concept’), como é o caso de ‘identidade’, por exemplo. Simons (2012, p. 129) também especula se ‘exemplificar’ não seria apenas um conceito auxiliar, mas de todo modo coloca ‘exemplificar’ como um candidato a factor.

⁷ Essa definição de relação interna em termos de propriedades intrínsecas é a de Lowe (2005, pp. 310-1). Lowe sugere que relações ontológicas formais têm essa característica para argumentar, em uma tarefa similar à que temos aqui, que ‘instanciar’ e ‘ser universal’ por exemplo não correspondem a algo na realidade. Lowe explicitamente rejeita que essa condição seja suficiente – cf. *ibid.* p. 311.

que, das propriedades intrínsecas de certo particular e de certo universal não se segue que um instancia o outro.⁸ Segundo, esse critério não é bom para analisar o tratamento de propriedades monádicas como propriedades especiais, pois a única condição necessária para uma propriedade ser especial seria que ela fosse intrínseca, o que diversas propriedades que nominalistas de avestruz plenos tenderiam a tomar como fundamentais de fato seriam – *e.g.* a propriedade de ser redondo.

Frente a esses problemas, talvez fosse o caso de rejeitar os realismos em que ‘instanciar’ não é interno e exigir dos nominalistas de avestruz plenos que uma resposta adequada a (PCO) deveria pelo menos explicar toda propriedade em termos de propriedades intrínsecas. Com efeito, não é claro que rejeitar esses realismos seja absurdo; e exigir isso dos nominalistas de avestruz plenos já lhes levantaria problemas o bastante, como por exemplo em relação a ‘estar a certa distância de’. Porém, a meu ver, o problema maior é que essa condição necessária para relações especiais não parece elucidar tanto a diferença intuitiva que haveria entre ‘ser vermelho’, ‘ser redondo’, ‘ter carga elétrica negativa’, ‘ser pai de’, por um lado, e ‘instanciar’, ‘assemelhar-se’ e ‘pertencer’, por outro; assim, se mais pode ser feito, melhor.

O segundo argumento baseia-se em outro sentido de ‘interna’, segundo o qual uma relação R é *interna* a a, \dots, n sse R é ‘conjuntamente essencial’ para a, \dots, n . Por sua vez, uma relação R seria conjuntamente essencial a a, \dots, n somente se, necessariamente, se a, \dots, n existem, então $R(a, \dots, n)$.⁹ Nesse sentido, novamente as relações de ‘pertencer’ e ‘assemelhar-se’ seriam internas e, portanto, poderiam ser relações especiais. Enquanto a relação de ‘estar a certa distância de’ não seria interna e, portanto, nominalistas de avestruz plenos não a poderia tomar como relação especial.

No caso de quisermos tratar propriedades monádicas, como a de ser vermelho, a par com essas relações especiais, as ‘propriedades monádicas internas’ a uma entidade seriam nada mais que as propriedades essenciais a tais entidades. De modo geral e mais preciso, poderíamos então dizer que uma propriedade P (seja monádica ou poliádica) é *interna* às entidades a, \dots, n sse P é conjuntamente essencial a a, \dots, n . Por sua vez, uma propriedade P seria conjuntamente essencial a a, \dots, n somente se, necessariamente, se a, \dots, n existem, então $P(a, \dots, n)$.

No entanto, não me parece adequado assumir, sem mais especificações, que ser interna nesse sentido é uma condição necessária para propriedades e relações especiais. Inicialmente, porque uma propriedade ser interna, ou não, depende da entidade a que

⁸ Na teoria de quatro categorias de Lowe a relação de ‘instanciação’ é interna e, portanto, essa objeção que estamos explorando não valeria contra ele; mais precisamente, a relação de instanciação dele é tal que objetos (*e.g.* o cachorro Fido) instanciam tipos (cachorro) internamente, e modos (*e.g.* a fofura de Fido) instanciam propriedades ou relações (ser fofo) também internamente; e, portanto, não ocorre entre particulares e universais.

⁹ Essa definição em termos de propriedades conjuntamente essenciais é a definição de Simons (2012, p. 138).

se atribui essa propriedade. Para resolver isso, talvez pudéssemos exigir, como condição necessária, que tais propriedades sejam internas independentemente da entidade a que é atribuída. Isto é, que uma propriedade P , de aridade n , é *interna* sse, para todo x_1, \dots, x_n , P é conjuntamente essencial a x_1, \dots, x_n . Nesse caso, teríamos um motivo para excluir as propriedades de *ser vermelho*, *ser redondo* e a relação de *estar a certa distância de*, pois claramente há casos em que tais relações não são essenciais àquilo a que são atribuídas. E, portanto, nominalistas de avestruz plenos não poderiam tomar fatos envolvendo propriedades desse tipo como fatos metafisicamente fundamentais.

Porém, ainda assim, há problemas como no caso da primeira definição de relação interna. Primeiro, para alguns realistas ‘instanciar’ não poderia ser uma relação especial porque Sócrates e o universal sabedoria poderiam existir sem que Sócrates fosse sábio, caso em que a relação de instanciação não seria conjuntamente essencial e, portanto, não poderia ser interna. Segundo, há casos de propriedades monádicas que os nominalistas de avestruz plenos gostariam de tomar como fundamentais que não caem frente a tal condição, a saber, propriedades essenciais, como a de ser racional. Terceiro, há também relações que não parecem ser especiais mas são internas nesse sentido, como a de ‘ser irmão de’ – supondo que ‘ser filho de Nicômaco’ por exemplo seja essencial a Aristóteles.

Novamente, pode-se insistir a favor de (PCO) como formulação adequada do Problema dos Universais, argumentando que Nominalistas de Avestruz Plenos já teriam problemas suficientes para reduzir todas as propriedades e relações que admitem pré-teoricamente a propriedades e relações internas neste último sentido. Porém, da mesma forma que no caso anterior, o problema a meu ver não é tanto isso, quanto que o critério explorado aqui não elucida a diferença intuitiva que há entre ‘ser vermelho’, ‘ser redondo’, etc. e ‘instanciar’, ‘pertencer’ etc.

Em suma, as características que Lowe (2005) e Simons (2012) apontam para as propriedades e relações especiais são suficientes para levantar problemas em relação a algumas instâncias de (D1), mas não para todas, nem para tanto quanto sugeri inicialmente na seção 4.1 a partir da ideia de teoria de categorias ontológicas. (Contudo, deve-se observar que o único problema para o critério de internalidade enquanto critério necessário – mas não suficiente – para uma relação ser especial, concerne à relação de instanciar, que para alguns realistas não seria interna em qualquer dos sentidos que vimos.)

O terceiro argumento a favor de que ‘ser vermelho’, ‘ser redondo’, ‘ser pai de’ etc. não podem ser tomados como relações especiais – e portanto a favor de (PCO) como formulação adequada – é o seguinte. Inicialmente, deve-se observar que as relações de ‘instanciar’, ‘assemelhar-se’, ‘pertencer’ etc. são *mais gerais* do que ‘vermelho’, ‘redondo’, ‘pai de’ etc. No entanto, se essa diferença fosse somente uma diferença gradual, entre mais

e menos geral, então ela não seria suficiente para (PCO) ser uma formulação adequada do Problema dos Universais, porque ela remeteria somente a virtudes epistêmicas com que avaliariamos qual a melhor teoria – e não a um critério sem o qual uma teoria não é candidata.

Acontece que as relações especiais tradicionais se aplicam a *tudo* o que as respectivas teorias categorizam ontologicamente. Por exemplo, para os realistas, tudo o que existe instância ou é instanciado por algo; para os nominalistas de semelhanças, tudo se assemelha a algo; para os tropistas, tudo se assemelha e está co-presente a algo; para os nominalistas de classes tudo pertence ou é membro de algo. Porém, para os nominalistas de avestruz plenos nem tudo é vermelho, redondo, racional ou tem carga elétrica negativa; e nem tudo é pai ou filho de alguém, ou está a certa distância de algo e assim por diante. Dessa forma, teríamos um critério que ou bem uma teoria satisfaz ou não, que é exatamente o gênero de critério com que avaliamos se uma teoria é ou não candidata.

Porém, apontar a diferença entre um grupo e outro de propriedades e relações não é suficiente para se excluir uma posição do rol de candidatas. Tudo o que temos até aqui é um critério que, ou bem certa teoria satisfaz, ou não, mas não temos nenhum motivo para crer que tal critério é relevante para teorias metafísicas. Argumentos conclusivos a favor disso dependem de uma explicação mais precisa do que é uma teoria de categorias ontológicas, o que não farei aqui. Mas me parece haver uma boa indicação de qual seria a razão para isso, a saber, a relação entre a pretensa exaustividade das teorias de categorias ontológicas e o papel das propriedades e relações especiais na definição dessas categorias ontológicas.

Tradicionalmente, considera-se que as categorias ontológicas fundamentais de uma teoria ontológica devem categorizar tudo o que existe, isto é, devem ser *conjuntamente exaustivas*. Por sua vez, categorias ontológicas e propriedades ou relações especiais parecem estar numa relação tal que, ao classificar algo sob uma dada categoria, as possibilidades de combinação segundo as relações especiais são dadas.¹⁰ Por exemplo, na teoria dos realistas, se algo é um universal, então pode ser instanciado, e se algo é um particular, então pode somente instanciar algo; no nominalismo de classes, se algo é um particular, então pode ser membro de algo, e se algo é um conjunto, então pode ter membros; para os tropistas, se algo é um tropo, então pode estar co-presente, assim como pode assemelhar-se a outros tropos. Assim, parece que categorias ontológicas e propriedades ou relações especiais são dadas conjuntamente.

Agora, uma forma de garantir que duas categorias sejam exaustivas é defini-las

¹⁰ Essa relação também é explorada por Lowe (2005, p. 312) no contexto de sua caracterização das propriedades especiais como internas. Ele diz: “The ontological form of an entity is provided by its place in the system of categories, for it is in virtue of a being’s category that it is suited or unsuited to combine in various ways with other beings of the same or different categories.” Por sua vez, Simons (2012) caracteriza factors exatamente como aquilo com que distinguimos categorias ontológicas.

de modo tal que ou bem algo pertence a uma, ou a outra. Um modo simples, mas nem sempre adequado, de fazer isso seria, para toda categoria, definir seu complemento também como categoria. Por exemplo, poder-se-ia definir a categoria das coisas vermelhas e a categoria das coisas que não são vermelhas. Porém, isso não é adequado pois, primeiro, nada garante que há uma unidade entre aquilo que não é vermelho. Pelo contrário, Sócrates, a propriedade de ter carga elétrica negativa e a propriedade de ser primo teriam pouco em comum. Segundo, também nada garante que as categorias complementares sejam mutuamente exclusivas. Pelo contrário, algumas coisas que não são vermelhas nem redondas, como Sócrates e a propriedade de ser primo, pertenceriam a ambas as categorias complementares – das coisas não-vermelhas e não-redondas. Por outro lado, as relações de instanciar, assemelhar-se e pertencer são de tal modo gerais, que teorias de categorias ontológicas podem ser especificadas a partir delas garantindo exaustividade. Para argumentar contra a teoria realista, por exemplo, dever-se-ia argumentar que há algo que nem é particular nem universal e, portanto, que nem instancia nem é instanciado por algo; para argumentar contra o Nominalismo de Classes, dever-se-ia mostrar que há algo que nem é membro de algo nem tem membros; e assim por diante. Mas não é claro como se pode argumentar isso – ou pelo menos não é tão claro como no caso de ‘ser vermelho’, ‘ser redondo’, ‘ser pai de’ etc.

Em suma, o terceiro argumento é que ‘ser vermelho’, ‘ser redondo’, ‘ser pai de’ não poderiam ser propriedades e relações especiais porque não são capazes de especificar categorias ontológicas, como são capazes ‘instanciar’, ‘pertencer’, ‘assemelhar-se’. Por sua vez, essas relações, e não aquelas, são capazes de especificar categorias ontológicas porque são tão gerais que podem garantir a exaustividade das categorias ontológicas. Porém, como eu disse, uma resposta mais precisa só pode ser dada a partir de uma explicação mais precisa do que são categorias ontológicas e, especificamente, de qual o papel dessas propriedades e relações especiais na caracterização dessas categorias.

Satisfazendo (CA3) sem cair em regressos

Dados os argumentos acima, segue-se que (PCO) deve ser respondido por qualquer teoria metafísica por meio de explicações dos fatos dados sempre que os fatos dados não puderem ser nem atribuições de categoria ontológicas nem de propriedades ou relações especiais. Por sua vez, como esse é o caso em relação a muitos dos fatos que nominalistas de avestruz plenos gostariam de tomar como metafisicamente fundamentais, (PCO) não poderia ser adequadamente respondido por esses nominalistas; e, portanto, satisfaz o critério de adequação (CA3).

Por outro lado, dados os argumentos acima, *não* se seguem regressos *ad infinitum*. Especificamente, não se segue que (PCO) deve ser respondido em relação a fatos como de que *a* é um universal, *a* instancia vermelhidão, *a* pertence a *V*, *a* se assemelha a *b* e

assim por diante. Portanto, (PCO) ainda pode dar origem a um argumento a favor do realismo, pois o problema não poderia ser recolocado – não com tais justificativas para ser respondido – em relação aos fatos que realistas pretendem tomar como metafisicamente fundamentais. Assim, (PCO) não sofre do problema de que sofrem todas as formulações do Capítulo 3, isto é, de que, quando satisfazem (CA3), não satisfazem (CA1).

4.4 Contra o Nominalismo de Avestruz Puro

No caso do Nominalismo de Avestruz Puro, diz-se que a é F porque existe um particular espesso, a . Por exemplo, que a é vermelho porque existe uma particular espesso, a . Meu argumento contra o Nominalismo de Avestruz Puro pressupõe que (PCO) tem como dado um fato conjuntivo da forma (D3) – de que a é F e a é G . O argumento contra o nominalismo de avestruz puro é que eles explanariam o fato de que a é F e o fato de que a é G pelo mesmo *explanans*, a saber, que existe um particular espesso, a , o que seria inadequado. Eles explanariam, por exemplo, que ‘ a é vermelho porque existe um particular espesso, a ’ e que ‘ a é redondo porque existe um particular espesso, a ’. O meu argumento contra isso é que atribuições de propriedades diferentes a uma mesma entidade não podem ser explanadas pelo mesmo *explanans*. Por quê? Para mostrá-lo, eu vou apelar à intuição; comparar outras teorias; mostrar que essa objeção é análoga a uma outra objeção – contra o nominalismo de classes – clássica e bem aceita; e supôr alguns princípios para explicações metafísicas.

Intuitivamente, o problema é o seguinte. Considere o caso da forma (D3) de que a é vermelho e redondo. Se essas duas propriedades são mesmo propriedades e se elas são mesmo diferentes, então elas são diferentes independentemente de mentes e linguagem; elas são diferentes na realidade. A explicação dos nominalistas de avestruz puros não é adequada exatamente porque ao oferecer o mesmo *explanans* para ambos os fatos, ela não diferencia essas propriedades. Contudo, com isso eu não estou alegando ainda que tal diferença deva ser explanada em termos existenciais; os nominalistas de avestruz (plenos) nos ensinaram bem que essa diferença pode ser uma diferença fundamental, sobre o modo como as coisas são. Mas, de qualquer forma, deve haver alguma diferença, na realidade, entre aquilo com que explanamos que a é redondo e aquilo com que explanamos que a é vermelho. Os nominalistas de avestruz plenos, ao tomar esses fatos como fundamentais, tomavam-nos também como fundamentalmente diferentes e, assim, conseguiam diferenciar esses fatos. Isto é, a diferença não se daria em termos existenciais; ser vermelho e ser redondo seriam modos de ser diferentes, e ambos modos de a . Como vimos na seção anterior, o problema com isso é que ‘ser vermelho’ e ‘ser redondo’ não podem ser atribuições fundamentais em uma teoria de categorias ontológicas; não poderiam ser ‘modos’

metafisicamente fundamentais. Mas agora, os nominalistas de avestruz puros, ao quererem explicar que a é F e a é G por um mesmo *explanans*, incorrem em outro erro, o de não explicar (adequadamente), nem tomar como fundamental (como fazem os plenos), uma diferença que há na realidade.

Para reforçar esse argumento, comparemos outras posições. Realistas claramente diferenciam, na realidade, as propriedades de ser vermelho e ser redondo, pois para eles os universais vermelhidão e redondeza são, na realidade, diferentes; realistas dizem que existem dois universais e que eles são diferentes um do outro. Da mesma forma, nominalistas de classes quantificam existencialmente sobre duas classes diferentes, a dos particulares vermelhos e a dos redondos. Assim, eles conseguem diferenciar as propriedades, pois as classes dos particulares vermelhos é, na realidade, diferente da classe dos particulares redondos. Da mesma forma, nominalistas de semelhanças conseguem diferenciar as propriedades de ser vermelho e ser redondo porque os particulares sobre os quais quantifica para explicar por que a é vermelho são diferentes dos particulares sobre os quais quantifica para explicar por que a é redondo. Portanto, todas essas posições se diferenciam do que vimos ser o caso em relação aos nominalistas de avestruz puros.

Mas eis aqui um caso claro de fracasso similar ao que estou tentando apontar para o Nominalismo de Avestruz Puro: é o da famosa objeção aos nominalistas de classes de que sua explanação não é adequada porque não é adequada para casos – também da forma (D3) – em que duas propriedades são co-extensionais, como de que a tem rim e a tem coração. Assim como nos casos das propriedades de ser vermelho e de ser redondo, as propriedades de ter rim e de ter coração seriam diferentes. Os nominalistas de classes explanariam esses fatos afirmando que ‘metafisicamente, a tem rim porque existe um particular, a , e uma classe R e a pertence a R ’ e que ‘metafisicamente, a tem coração porque existe um particular, a , e uma classe C e a pertence a C ’. Porém, uma vez que o critério de identidade para classes diz que classes são tais que, se tudo aquilo que pertence a uma classe A , pertence a uma classe B , e se tudo o que pertence a B , pertence a A , então $A = B$, segue-se que a classe R é idêntica à classe C , pois todo indivíduo que tem rim, tem coração, e todo indivíduo que tem coração tem rim. Portanto, não haveria diferença alguma entre a pertencer a R e a pertencer a C e, conseqüentemente, entre os *explanantia* oferecidos pelos nominalistas de classes. O problema com isso é exatamente que a diferença objetiva que há entre as propriedades de ter rim e ter coração não é preservada na teoria metafísica, pois as supostas classes sobre as quais o nominalista de classes quantificou são, na verdade, uma só.

Mais precisamente, podemos argumentar contra a explanação dos nominalistas de avestruz puros apelando diretamente para um de dois princípios. Eu não ofereço um

argumento a favor desses princípios, embora espere que eles sejam intuitivos o bastante para convencer o leitor. O propósito ao estabelecê-los é tornar mais preciso o argumento acima quanto a seus pressupostos.

O primeiro princípio, mais forte e menos intuitivo, é de que: se, metafisicamente, p porque q e, metafisicamente, r porque s , e p é diferente de r , então q é diferente de s . Dessa forma, ao explicar que ‘ a é vermelho porque existe um particular espesso, a ’, e ‘ a é redondo porque existe um particular espesso, a ’, os nominalistas de avestruz puros estariam propondo explicações que violam esse princípio, pois a ser vermelho é diferente de a ser redondo, enquanto os *explanantia* são um só. Esse princípio é satisfeito pelas explicações dos realistas, nominalistas de classes e de semelhanças acerca dos fatos de que a é vermelho e a é redondo, por exemplo, mas não é satisfeito pelos nominalistas de classes exatamente no caso de a ter rim e ter coração. Da mesma forma, ele não é satisfeito pela explicação dos nominalistas de avestruz puros de que, metafisicamente, a é vermelho porque existe um particular espesso, a , e que a é redondo porque existe um particular espesso, a .

Outro princípio, mais fraco, mas suficiente para o nosso exemplo é de que: se, metafisicamente, p porque q , então, necessariamente, p sse q . Esse princípio parece bastante intuitivo no que concerne a explicações metafísicas. Por exemplo, a explicação dos realistas – de que, metafisicamente, a é vermelho porque existem um particular a e um universal vermelhidão e o primeiro instancia o segundo –, implicaria que não poderia ser o caso que a é vermelho, mas não existe a ou não existe vermelhidão ou a não instancia vermelhidão. Também assumindo a mesma explicação, parece que não poderia ser o caso que a e vermelhidão existem e a instancia vermelhidão mas não é o caso que a é vermelho.

Agora suponha a explicação dos nominalistas de avestruz puros de que, ‘metafisicamente, a é vermelho porque existe um particular espesso, a ’, e que ‘ a é redondo porque existe um particular espesso, a ’. Segundo esse princípio fraco, segue-se que ‘necessariamente a é vermelho sse existe um particular espesso, a ’ e que ‘necessariamente a é redondo sse existe um particular espesso, a ’; e, por sua vez, segue-se que ‘necessariamente, a é redondo sse a é vermelho’. O problema com isso é que poderia ser o caso que a fosse vermelho, mas não redondo.¹¹

¹¹ O explananda aqui é o mesmo do Problema do Muitos em Um de Rodriguez-Pereyra (2000), que vimos no Capítulo 3, seção 3.3. A diferença é que lá Rodriguez-Pereyra pedia pelo fazedor-de-verdade dessas sentenças e, por isso, limitava sua argumentação àqueles princípios que devem reger a noção de fazedor-de-verdade em diferentes contextos. Mais precisamente, seu argumento não pode apelar para princípios paralelos aos nossos porque a mesma noção de fazedor-de-verdade deve reger verdades disjuntivas, por exemplo. O princípio forte não poderia valer por razões que já vimos. (Cf. p. 77) O princípio forte não pode valer porque, por exemplo, apesar de ‘Sócrates é filósofo ou Sócrates é músico’ ser verdadeiro em virtude de Sócrates ser filósofo, parece que poderia ser o caso que essa disjunção fosse verdadeira e não fosse o caso que Sócrates é filósofo, a saber, no caso em que Sócrates fosse músico; de modo geral, assumindo que uma disjunção é feita verdadeira pelo que quer que faça verdadeiro um dos seus disjuntos, não poderia se seguir que, necessariamente, se ela é verdadeira, então ocorre o que quer que faça verdadeiro aquele mesmo disjunto. (Cp. tb. Nota de rodapé 18 do

Pode-se querer objetar aqui que (PCO) não poderia ser uma formulação do Problema dos Universais porque esse problema não é um problema modal. De fato, vimos que o Problema do Um em Muitos não era um problema modal; e, se (PCO) tivesse *explananda* envolvendo noções modais, então ele não poderia ser uma formulação adequada do Problema dos Universais – pois não seria tão mooreano quanto exigimos com o critério (CA2). Mas o pressuposto dessa objeção é que, no argumento acima, eu teria tentado mostrar que o Nominalismo de Avestruz Puro é inadequado porque não lida com o fato de que é possível que a fosse vermelho mas não redondo. Porém, esse pressuposto está errado. O que o argumento acima mostra é que *as explicações* são inadequadas. E essas explicações são inadequadas porque há uma diferença entre as propriedades dos *explananda* que não é preservada nos *explanantia*. De fato, para mostrar que há uma diferença entre as propriedades de ser vermelho e ser redondo apelamos para contextos modais. Porém, essas propriedades são diferentes independentemente disso. Por sua vez, para mostrar que a explicação é inadequada porque essa diferença não é preservada, utilizamos um princípio que diz o que deveria se seguir da explicação. De fato, o que se seguiria da explicação seria uma verdade envolvendo noções modais. Porém, se o princípio está correto, é porque explicações metafísicas são, elas mesmas, de tal modo que implicam verdades modais. O princípio nos esclarece certas características da explicação, mas não se deve pensar por isso que os *explananda* foram alterados. Assim, ao apelarmos para tal princípio não estamos modificando os *explananda*; eles continuam sendo que *a* é vermelho e *a* é redondo e, portanto, o problema continua sendo um problema sobre propriedades e não sobre fatos modais.

No caso dessas propriedades foi possível mostrar isso a partir desse princípio fraco, mas, na verdade, há casos em que não é. Considere, por exemplo, *ser racional* e *ser filho de Sophroniscus* atribuídas a Sócrates. As explicações dos nominalistas de avestruz puros seriam de que Sócrates é racional porque existe um particular espesso, Sócrates, e de que Sócrates é filho de Sophroniscus porque existe um particular expresso, Sócrates. Se assumirmos que, necessariamente, Sócrates é racional e filho de Sophroniscus, o princípio mais fraco não é suficiente para mostrar que essa explicação é inadequada. Especialmente, isso ocorre porque não poderia ser o caso que Sócrates existisse mas não fosse racional, por exemplo. Entretanto, desse caso não se deve concluir que as explicações dos nominalistas de avestruz puros para esses casos são adequadas, pois de ‘necessariamente, *p* sse *q*’ não se segue que ‘metafisicamente, *p* porque *q*’. E, portanto, do fato de que, necessariamente, Sócrates existe sse Sócrates é racional, não se segue que, metafisicamente, Sócrates é racional porque Sócrates existe. Esse caso é somente um caso em que não poderíamos argumentar contra o nominalismo de avestruz puro com base no princípio fraco. Mas poderíamos fazê-lo com base no princípio mais forte que vimos anteriormente.

Portanto, uma vez que nominalistas de avestruz puros não conseguem responder adequadamente (PCO), segue-se que o critério (CA4) é satisfeito; isto é, para oferecer a explanação exigida por (PCO) não é adequado ter como *explanans* somente a existência de um particular correspondendo ao indivíduo – como em ‘metafisicamente, a é vermelho porque existe o particular espesso a’.

4.5 Contra o Universalismo de Avestruz

Nas seções 3.1, 3.2, desenvolvi o Universalismo de Avestruz, uma posição segundo a qual só existem universais mas nenhuma relação especial entre universais; e o distingui em duas versões, pleno e puro, a exemplo dos nominalismos de avestruz. Naquela ocasião argumentei que uma formulação adequada do Problema dos Universais teria que excluir também os universalismos de avestruz como candidatos à melhor teoria metafísica, pois, do contrário, seriam melhores do que o realismo. Os argumentos contra o universalismo de avestruz espelham os argumentos contra o nominalismo de avestruz. A principal diferença é que onde precisávamos de casos da forma (D3) para argumentar contra os nominalistas avestruz, precisamos de casos da forma (D2) contra os universalistas de avestruz. Abaixo indico mais precisamente como são esses argumentos.

No que concerne ao universalismo de avestruz pleno, o problema deve ter como dados fatos da forma (D1), como de que a é vermelho, e fatos da forma (D2), como de que a é vermelho e b é vermelho. Nesse caso, para os universalistas de avestruz plenos existiria o universal vermelhidão e o fato de que a vermelhidão está em a seria metafisicamente fundamental. O argumento contra essa posição é que esse fato não pode ser um fato metafisicamente fundamental porque não pode ser um fato fundamental em uma teoria de categorias ontológicas. Por sua vez, isso não pode ser um fato de uma teoria de categorias ontológicas porque ‘estar em a’ nem pode ser uma categoria ontológica nem uma propriedade ou relação especial. Os motivos para isso se devem às características que exploramos na seção 4.3 em relação a categorias ontológicas e propriedades especiais. Assim, ‘estar em a’ não pode expressar uma categoria ontológica porque, no caso de fatos da forma (D2), por exemplo, as propriedades de ‘estar em a’ e ‘estar em b’ não seriam mutuamente exclusivas; ‘estar em a’ também não poderia ser uma categoria ontológica porque não é um sortal, nem é uma resposta adequada à questão ‘o que é isso?’ acerca do universal vermelhidão. Também ‘estar em a’ não pode ser uma propriedade ou relação especial porque, primeiro, não é interna em qualquer dos sentidos que exploramos e, segundo, porque não é tão geral tal que se possa a partir disso especificar categorias ontológicas.

Por sua vez, para argumentar contra o universalismo de avestruz puro, (PCO) deve ter como dados fatos da forma (D2). Isso porque, assim como o argumento contra a versão

pura do nominalismo de avestruz, o argumento contra a versão pura do universalismo de avestruz pressupõe dois *explananda* diferentes, cujos *explanantia* não preservariam tal diferença. O argumento é o seguinte. Universalistas de avestruz puros explanariam que **a** é vermelho porque existe um universal vermelhidão e que **b** é vermelho porque existe um universal vermelhidão. Mas isso viola o princípio forte, segundo o qual: se, metafisicamente, p porque q e, metafisicamente, r porque s , e p é diferente de r , então q é diferente de s . Pois (D2) pressupõe que **a** e **b** são diferentes independentemente de mentes e linguagem e, portanto, enquanto ‘**a** é vermelho’ seria diferente de ‘**b** é vermelho’, as explicações dos universalistas de avestruz puros teriam o mesmo *explanans*. Essas explicações também violariam o princípio mais fraco, segundo o qual: se, metafisicamente, p porque q , então, necessariamente, p sse q . Pois decorreria delas que ‘necessariamente, **a** é vermelho sse **b** é vermelho’, o que é claramente falso.

4.6 O que é dado no Problema dos Universais

Antes de concluir deve-se notar qual tipo de fato devemos ter como dado para que (PCO) seja uma formulação adequada do Problema dos Universais. Neste capítulo, recorri a fatos das formas (D1) e (D3) para argumentar contra os nominalismos de avestruz. Fosse somente contra esses nominalismos, o Problema dos Universais teria aí seus *explananda*. Mas também recorri a fatos das formas (D1) e (D2) para mostrar que o Universalismo de Avestruz também seria inadequado, pelo que (CA1) seria garantido. Assim, uma vez que fatos da forma (D4) incluem também fatos das formas (D1), (D2) e (D3), podemos oferecer uma formulação única para o Problema dos Universais de modo óbvio. A saber, o Problema dos Universais é o problema (PCO) de categorizar ontologicamente a realidade dados fatos da forma (D4), como de que **a** é vermelho e **b** é vermelho e **b** é redondo. Fatos da forma (D4) podemos chamar *fatos de muitos intersectando muitos*.

Uma vez que (D4) pode ter instâncias envolvendo coisas abstratas, concretas, mentais, linguísticas e de quaisquer domínios, (D4) é ubíquo – cf. p. 32 – assim como são os fatos da forma (D2) com que se formulou tradicionalmente o Problema do Um em Muitos. Também, uma vez que pode ter instâncias em que a e b são indivíduos ou propriedades de ordem superior, fatos da forma (D4) são transcendentais – cf. p. 33. Portanto, (D4) é tão mooreano quanto fatos da forma (D2); ou, pelo menos, (D4) é mais mooreano do que fatos dados em outros problemas, pelos mesmos motivos com que argumentamos a favor de (D2) é mais mooreano – cf. seção 1.4. Consequentemente, (PCO) articulado com (D4) satisfaz (CA2); e assim o problema (PCO) pode dar origem a um argumento mais cogente do que outros argumentos a favor da existência de universais, pois a premissa (1) do argumento via IMT a que daria origem é mais plausível do que a premissa dos outros argumentos – cf. seção 1.3. Por isso, o problema de categorização ontológica da realidade dados fatos de muitos intersectando muitos deve ocupar um lugar tão privilegiado quanto

se pensou que o Problema do Um em Muitos ocupava.

Finalmente, deve-se notar que (PCO) articulado a (D4), apesar de ser uma formulação adequada do Problema dos Universais, pode não ser a única formulação desse problema e pode também não ser a melhor. Pelo contrário, aqui mesmo neste capítulo temos uma indicação de como uma formulação ainda mais simples poderia ser feita, a saber, com (PCO) articulado apenas a fatos os mais simples possível, isto é, da forma (D1). Em linhas gerais meu argumento contra nominalistas de avestruz plenos é de que eles deveriam explanar metafisicamente fatos que gostariam de tomar como metafisicamente fundamentais porque esses fatos não seriam elegíveis como fatos fundamentais em uma teoria de categorias ontológicas. Eventualmente, ao argumentar a favor disso a partir de certas características que essas teorias teriam, conveio apelar para fatos da forma (D3). Mas talvez isso não seja necessário tão logo tenhamos uma explicação melhor do que são tais teorias, ou pelo menos tão logo possamos decidir para todo fato da forma (D1), se ele pode ou não ser um fato fundamental em uma teoria de categorias ontológicas. De modo similar, em linhas gerais meu argumento contra nominalistas de avestruz puros foi de que a explanação deles somente em termos da existência de um particular espesso era inadequada. Eventualmente, para mostrar que esse tipo de explanação é inadequada, tive que recorrer a fatos da forma (D3), mas tão logo tenhamos mais claro o que explicações metafísicas devem satisfazer, talvez possamos argumentar a favor disso sem apelar para fatos da forma (D3). Finalmente, de modo similar aos nominalismos de avestruz e fatos da forma (D3), ocorre em relação aos universalismo de avestruz e fatos da forma (D2).

Logo, a indicação que temos aqui é que, se tivéssemos mais claro o que é ‘categorizar ontologicamente a realidade dado que’, o Problema dos Universais poderia ser formulado como (PCO) articulado a quaisquer instâncias da forma (D1). E, uma vez que fatos da forma (D1) são ubíquos e transcendentais, o Problema dos Universais poderia ser levantado em relação a qualquer fato em que se atribui uma propriedade a algo, desde que esse fato não pudesse ser ele mesmo um fato metafisicamente fundamental.

Conclusão

O propósito desta dissertação foi formular um problema que substituísse o Problema do Um em Muitos. O motivo pelo qual gostaríamos de ter um substituto para o Problema do Um em Muitos é que esse problema parecia ter algo especial dentre os problemas no debate sobre universais, tanto assim que foi chamado *o Problema dos Universais*. Essa importância do Problema do Um em Muitos foi especificada no [Capítulo 1](#). Nomeadamente, mostrei que, nesse contexto, o Problema do Um em Muitos seria um problema a partir do qual se poderia argumentar a favor da teoria realista acerca de universais – cf. [seção 1.1](#). Mas ressalvei também que o Problema do Um em Muitos poderia ao mesmo tempo dar origem a um argumento a favor de outras teorias que o respondem – cf. [seção 1.2](#). Essas duas características eu reuni no critério (CA1) para um problema ser um substituto adequado para o Problema do Um em Muitos. Mostrei precisamente como esse problema poderia dar origem a um argumento e que tipo de argumento seria esse. Nomeadamente, especifiquei que esse argumento seria uma inferência à melhor teoria (IMT) – cf. [seção 1.3](#) –, onde esse tipo de inferência teria três premissas: na premissa (1) seriam admitidos pré-teoricamente certos fatos – cf. tb. [seção 2.1](#); na premissa (2) seria afirmado que uma teoria lida de um modo R com esses fatos; e na premissa (3), seria afirmado que tal teoria seria a melhor dentre as teorias candidatas, isto é, dentre as teorias que lidariam de modo R com os fatos admitidos pré-teoricamente. Argumentei, finalmente, que o Problema do Um em Muitos seria mais importante do que outros argumentos porque daria origem a um argumento a favor do Realismo que seria mais cogente do que outros argumentos. O motivo para isso seria que o que é dado no Problema do Um em Muitos, isto é, fatos de um em muitos – cf. [seção 1.2](#) –, daria origem a uma IMT com a premissa (1) mais plausível, porque os fatos de um em muitos seriam mais mooreanos do que os fatos dados em outros problemas – cf. [seção 1.4](#). Por sua vez, esse tipo de fato é mais plausível porque é ubíquo e transcendental, isto é, eles podem ser sobre coisas de vários domínios e de várias ordens, o que constituiu o critério de adequação (CA2) para uma formulação adequada do Problema dos Universais.

No [Capítulo 2](#), mostrei que o Problema do Um em Muitos não poderia desempenhar o papel acima se o Nominalismo de Avestruz o pudesse responder adequadamente. O motivo para isso é que, caso fosse candidato, o Nominalismo de Avestruz teria uma teoria melhor do que a dos realistas e também melhor do que outras posições. Mais precisamente, na [seção 2.1](#) distingi dois modos de lidar com fatos pré-teoricamente admitidos, reconhecer e explanar. Na [seção 2.2](#), defini duas versões do nominalismo de avestruz: o Pleno reconheceria fatos pré-teoricamente admitidos, mas não os explanaria, tomando-os como metafisicamente fundamentais; o Nominalismo de Avestruz Puro, reconheceria esses

fatos e os explanaria somente pela existência de um particular correspondente ao indivíduo sobre o qual tais fatos seriam. E, na seção 2.3, defendi que, se esses nominalismos de avestruz fossem teorias candidatas a responder o Problema do Um em Muitos, então essas teorias seriam melhores do que o realismo e do que outras teorias. Por isso, conclui que um substituto para o Problema do Um em Muitos deveria, contra o Nominalismo de Avestruz Pleno, (CA3) ser um problema explanatório, exigindo uma explicação dos fatos sobre os quais fosse; e, contra o Nominalismo de Avestruz Puro, (CA4) não permitir que tal explicação se desse apenas pela existência de um particular correspondente ao indivíduo.

No Capítulo 3, argumentei que vários problemas que poderiam substituir o Problema do Um em Muitos, porque teriam as mesmas qualidades que ele – satisfazendo o (CA2) –, ou bem têm respostas adequadas por parte dos nominalistas de avestruz plenos e puros – não satisfazendo os (CA3) e (CA4) –, ou não podem ter repostas adequadas de qualquer teoria, nem mesmo da realista – não satisfazendo (CA1). Especificamente, mostrei isso em relação aos problemas que pedem pelo significado de predicados, aos que pedem pelo compromisso ontológico segundo o critério quantificacional, aos que pedem por fazedores-de-verdade e aos que pedem por análise conceitual.

No Capítulo 4, argumentei que o Problema de Categorização Ontológica de Muitos intersectando Muitos é um substituto adequado para o Problema do Um em Muitos. Esse problema é o problema de categorizar ontologicamente a realidade dado que a é F , b é F e b é G , onde a categorização ontológica da realidade dado certo fato deveria consistir em uma explicação daquele fato em termos de uma teoria de categorias ontológicas. Ele é um substituto adequado, primeiro, porque é sobre fatos ubíquos e transcendentais, satisfazendo (CA2); segundo, porque para respondê-lo adequadamente os nominalistas de avestruz teriam que explicar os fatos que gostariam de tomar como metafisicamente fundamentais – pois esses fatos não poderiam ser eles mesmo já fatos fundamentais em um teoria de categorias ontológicas – o que satisfaz (CA3); terceiro, porque a explicação dos nominalistas de avestruz puros somente em termos da existência de particulares correspondentes aos indivíduos é inadequada, o que satisfaz (CA4); e, finalmente, porque realistas podem respondê-lo adequadamente, sem gerar regressos *ad infinitum*, bem como o podem responder outras posições metafísicas, o que satisfaz (CA1). Conclui assim que o Problema de Categorização Ontológica de Muitos intersectando Muitos é uma formulação adequada do Problema dos Universais.

Referências

- ARISTOTLE. *Complete Works of Aristotle: The Revised Oxford Translation*. [S.l.]: Princeton University Press, 1984. ISBN 9780691099507. Citado na página 15.
- ARMSTRONG, D. M. *Universals and Scientific Realism I: nominalism and realism*. London, New York, Melbourne: Cambridge university press, 1978. ISBN 9780521217415. Citado 8 vezes nas páginas 16, 18, 29, 43, 45, 62, 63 e 80.
- ARMSTRONG, D. M. *Universals and Scientific Realism II: a theory of universals*. London, New York, Melbourne: Cambridge university press, 1978. ISBN 9780521219501. Citado na página 16.
- ARMSTRONG, D. M. Against ostrich nominalism: A reply to michael devitt. *Pacific Philosophical Quarterly*, v. 61, 1980. Citado 4 vezes nas páginas 19, 32, 45 e 62.
- ARMSTRONG, D. M. *Universals: an opinionated introduction*. Boulder: Westview Press, 1989. ISBN 0813307724 9780813307725. Citado na página 56.
- AUNE, B. Armstrong on universals and particulars. *RJ Bogden, DM Armstrong. Dordrecht, Holland: Reidel*, p. 161–170, 1984. Citado na página 19.
- AUNE, B. *Metaphysics: the elements*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985. ISBN 9780816614127 0816614121. Citado na página 19.
- BEEBEE, H.; DODD, J. *Reading Metaphysics : selected texts with interactive commentary*. Oxford: Blackwell, 2007. ISBN 9781405123662. Citado 4 vezes nas páginas 19, 32, 45 e 62.
- BOOLOS, G. To be is to be a value of a variable (or to be some values of some variables). *The Journal of Philosophy*, v. 81, n. 8, p. 430–449, 1984. ISSN 0022-362X. Citado na página 71.
- BROWNSTEIN, D. *Aspects of the Problem of Universals*. [S.l.]: University of Kansas, 1973. Citado na página 24.
- CAMPBELL, K. *Abstract Particulars*. Oxford UK; Cambridge Mass. USA: B. Blackwell, 1990. ISBN 9780631147077. Citado 2 vezes nas páginas 17 e 29.
- CLEVE, J. van. Predication without universals? a fling with ostrich nominalism. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 54, n. 3, p. 577–590, 1994. ISSN 0031-8205. Citado 3 vezes nas páginas 18, 19 e 45.
- DALY, C. So where's the explanation? In: DODD, J.; BEEBEE, H. (Ed.). *Truthmakers: The Contemporary Debate*. [S.l.: s.n.], 2005. p. 85. Citado na página 29.
- DEVITT, M. Ostrich nominalism or mirage realism? *Pacific Philosophical Quarterly*, v. 61, 1980. Citado 4 vezes nas páginas 18, 45, 63 e 75.
- DEVITT, M. *Putting Metaphysics First: Essays on Metaphysics and Epistemology*. [S.l.]: Oxford University Press, USA, 2010. ISBN 9780199280803. Citado 6 vezes nas páginas 18, 20, 45, 48, 63 e 75.

- DEVITT, M.; STERELNY, K. *Language and reality : an introduction to the philosophy of language*. Oxford: Blackwell, 1999. ISBN 0631214046 9780631214045 0631196897 9780631196891. Citado na página 19.
- FINE, K. Guide to ground. In: *Metaphysical Grounding*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2012. ISBN 9781139149136. Citado 3 vezes nas páginas 39, 40 e 74.
- FRAASSEN, B. C. van. 'World' is not a count noun. *Noûs*, v. 29, n. 2, p. 139–157, jun. 1995. ISSN 0029-4624. Citado na página 29.
- GRANDY, R. E. Sortals. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Fall 2008. [S.l.: s.n.], 2008. Citado 2 vezes nas páginas 90 e 91.
- INWAGEN, P. van. Relational vs. constituent ontologies. *Philosophical Perspectives*, v. 25, n. 1, p. 389–405, 2011. ISSN 1520-8583. Citado 2 vezes nas páginas 19 e 29.
- KLIMA, G. The medieval problem of universals. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Winter 2008. [S.l.: s.n.], 2008. Citado 3 vezes nas páginas 24, 25 e 34.
- LEWIS, D. *Counterfactuals*. [rev. ed.]. Malden Mass.: Blackwell Publishers, 1973. ISBN 9780631224952. Citado na página 53.
- LEWIS, D. New work for a theory of universals. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 61, n. December, p. 343–377, 1983. Citado 8 vezes nas páginas 19, 20, 25, 27, 39, 45, 53 e 79.
- LEWIS, D. *On the Plurality of Worlds*. Malden Mass.: Blackwell Publishers, 1986. ISBN 9780631224969. Citado 2 vezes nas páginas 54 e 57.
- LEWIS, D. Truthmaking and difference-making. *Noûs*, v. 35, n. 4, p. 602–615, dez. 2001. ISSN 0029-4624. Citado na página 76.
- LINNEBO, Ø. To be is to be an f. *Dialectica*, v. 59, n. 2, p. 201–222, 2005. ISSN 1746-8361. Citado na página 91.
- LOUX, M. J. *Metaphysics: a contemporary introduction*. 3. ed. [S.l.]: Routledge, 2006. ISBN 978-0-415-40133-3. Citado 4 vezes nas páginas 46, 53, 55 e 91.
- LOWE, E. J. Some formal ontological relations. *Dialectica*, v. 58, n. 3, p. 297–316, jun. 2005. ISSN 1746-8361. Citado 4 vezes nas páginas 89, 92, 94 e 95.
- MacBride, F. The problem of universals and the limits of truth-making. *Philosophical Papers*, v. 31, p. 27–37, mar. 2002. ISSN 0556-8641, 1996-8523. Citado 2 vezes nas páginas 24 e 80.
- MacBride, F. Truth-making and analysis: A reply to rodriguez-pereyra. *Philosophical Papers*, v. 31, n. 1, p. 49–61, 2002. ISSN 0556-8641. Citado na página 75.
- McMullin, E. The problem of universals. *Philosophical Studies*, v. 8, n. 0, p. 122–139, 1958. Citado na página 24.
- MELIA, J. Truthmaking without truthmakers. In: DODD, J.; BEEBEE, H. (Ed.). *Truthmakers: The contemporary debate*. [S.l.: s.n.], 2005. p. 67–84. Citado 8 vezes nas páginas 19, 45, 46, 48, 54, 63, 66 e 75.

- MELLOR, D. H.; OLIVER, A. (Ed.). *Properties*. [S.l.]: Oxford University Press, 1997. ISBN 9780198751779. Citado 3 vezes nas páginas 63, 64 e 70.
- MULLIGAN, K.; SIMONS, P.; SMITH, B. Truth-makers. *Philosophy and phenomenological research*, v. 44, n. 3, p. 287–321, 1984. Citado na página 77.
- NOLAN, D. Quantitative parsimony. *The British Journal for the Philosophy of Science*, v. 48, n. 3, p. 329–343, set. 1997. ISSN 0007-0882, 1464-3537. Citado na página 53.
- OLIVER, A. The metaphysics of properties. *Mind*, v. 105, n. 417, p. 1–80, jan. 1996. ISSN 0026-4423. Citado 5 vezes nas páginas 20, 25, 29, 53 e 72.
- PEACOCK, H. What's wrong with ostrich nominalism? *Philosophical Papers*, v. 38, p. 183–217, jul. 2009. ISSN 0556-8641, 1996-8523. Citado 4 vezes nas páginas 18, 20, 80 e 81.
- PICKEL, B.; MANTEGANI, N. A quinean critique of ostrich nominalism. v. 12, n. 6, mar. 2012. Citado 2 vezes nas páginas 18 e 54.
- Platão. *Parmênides*. [S.l.]: Edicoes Loyola, 2003. ISBN 9788515026685. Citado 2 vezes nas páginas 15 e 80.
- QUINE, W. V. O. On what there is. *The Review of Metaphysics*, v. 2, n. 5, p. 21–38, 1948. ISSN 0034-6632. Citado 4 vezes nas páginas 17, 63, 69 e 71.
- QUINE, W. V. O. *From a Logical Point of View*. [S.l.]: Harvard University Press, 1961. ISBN 9780674323513. Citado 2 vezes nas páginas 17 e 84.
- RAYO, A.; YABLO, S. Nominalism through de-nominalization. *Noûs*, v. 35, n. 1, p. 74–92, 2001. ISSN 1468-0068. Citado 2 vezes nas páginas 71 e 72.
- RODRIGUEZ-PEREYRA, G. What is the problem of universals? *Mind*, v. 109, n. 434, p. 255–273, abr. 2000. Citado 7 vezes nas páginas 18, 20, 60, 75, 76, 77 e 99.
- RODRIGUEZ-PEREYRA, G. *Resemblance nominalism: a solution to the problem of universals*. [S.l.]: Clarendon Press, 2002. ISBN 9780199243778. Citado 5 vezes nas páginas 17, 27, 32, 52 e 57.
- RODRIGUEZ-PEREYRA, G. Truthmakers. *Philosophy Compass*, v. 1, n. 2, p. 186–200, mar. 2006. ISSN 1747-9991. Citado na página 75.
- SCHULTE, P. Truthmakers: a tale of two explanatory projects. *Synthese*, v. 181, n. 3, p. 413–431, fev. 2010. ISSN 0039-7857, 1573-0964. Citado na página 74.
- SIMONS, P. Four categories - and more. In: TAHKO, T. E. (Ed.). *Contemporary Aristotelian Metaphysics*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2012. ISBN 9781107000643 1107000645. Citado 4 vezes nas páginas 92, 93, 94 e 95.
- SUMMERFORD, J. Neither universals nor nominalism. kinds and the problem of universals. *Pacific Philosophical Quarterly*, v. 61, p. 441, 1980. Citado na página 19.
- SWOYER, C. Theories of properties: From plenitude to paucity. *Noûs*, v. 30, p. 243–264, jan. 1996. ISSN 0029-4624. Citado na página 29.

SWOYER, C. How ontology might be possible: Explanation and inference in metaphysics. *Midwest Studies In Philosophy*, v. 23, n. 1, p. 100–131, 1999. ISSN 1475-4975. Citado 2 vezes nas páginas 25 e 29.

SWOYER, C.; ORILIA, F. Properties. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Winter 2011. [S.l.: s.n.], 2011. Citado na página 25.

THOMASSON, A. Categories. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Spring 2013. [S.l.: s.n.], 2013. Citado na página 91.